



CADERNO DE TEXTOS 2 0 2 5



**“Os desafios da Seguridade Social
frente aos avanços da
extrema-direita no Brasil e no mundo”**

REALIZAÇÃO





SUMÁRIO

Clique sobre o título para ir à página desejada

Botões abaixo à direita: ▲ página anterior

▼ próxima página



sumário

6 APRESENTAÇÃO

8 REGIMENTO INTERNO DO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

18 CONJUNTURA INTERNACIONAL

- 18** Avanço da extrema-direita neofascista
- 19** Nova onda ultraconservadora e neofascista
- 20** Configuração do neofascismo
- 21** Tentáculos da ultradireita neofascista
- 22** Neofascismo: movimento político, econômico e cultural
- 23** Panorama internacional: guerras e geopolítica
- 25** Reviravolta armamentista
- 26** Baixo crescimento econômico mundial
- 27** Avanço do tigre chinês
- 28** Panorama Latino-Americano
- 30** Retorno de Donald Trump
- 31** Pacto entre redes sociais e a extrema-direita neofascista
- 32** Mundo discute regulamentação das redes sociais
- 33** Avanço da Inteligência Artificial
- 34** Inteligência Artificial: o ataque ao emprego
- 35** Discutir Inteligência Artificial nas Mesas de Negociação
- 36** Inteligência Artificial como mecanismo de controle
- 36** Apropriação das novas tecnologias
- 37** CUT e governo federal discutem Inteligência Artificial

39 CONJUNTURA NACIONAL

- 39** Ecos da crise econômica e da pandemia
- 40** Ressaca pós-Bolsonaro e Lava Jato
- 40** Antagonismo: concentração de renda x fome
- 41** Bolsonaro arquiteta golpe contra a democracia e o país
- 42** Mais crise deixada por Bolsonaro
- 43** Avanço da extrema-direita neofascista no país
- 45** Retomada do projeto democrático e popular
- 45** Mais e melhores políticas sociais
- 47** Recuperando o protagonismo internacional
- 47** Criação de empregos e geração de renda
- 48** Estratégias apontadas no 14º CONCUR



51 BALANÇO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DO MANDATO 2021- 2025

- 51** Classe trabalhadora: resistir e avançar sempre
- 51** Ataques contra a Seguridade Social e a disputa do Fundo Público
- 53** Defesa permanente da Seguridade Social
- 55** Contrarreformas: ataques aos trabalhadores e às políticas sociais
- 56** Participação nos espaços de Controle Social
- 57** Contribuindo: 16ª Plenária Nacional e 14º CONCURT
- 59** Marcha dos Trabalhadores e das Trabalhadoras
- 60** Defesa do Estado, do servidor e das políticas públicas
- 61** Parcerias nacionais e internacionais
- 62** Internacional de Serviços Públicos (ISP)
- 63** UNI Global Union e UNI Américas
- 65** Atuar contra toda forma de violência e discriminação racial
- 66** Desigualdade no mercado de trabalho
- 67** Retomar e avançar nas conquistas
- 68** Mulheres da Seguridade Social mobilizadas por mais direitos
- 68** Tragédia da violência ainda persiste
- 70** Por mais igualdade no mercado de trabalho
- 71** Mobilizadas nas ruas
- 72** Comunicação: “decifra-me ou te devoro”
- 73** Brigadas Digitais da CUT: o desafio nas redes
- 74** Ampliando espaços de discussão

76 SAÚDE ESTADUAL

- 76** Defesas da saúde pública, dos trabalhadores e do SUS
- 77** Mais financiamento para o SUS e valorização dos trabalhadores
- 77** Controle das *big techs* sobre os dados da saúde
- 78** Retomada da Mesa de Negociação do SUS
- 79** 17ª Conferência Nacional de Saúde e demais espaços de participação
- 80** 1ª Conferência Livre da CNTSS/CUT

81 SAÚDE PRIVADA

- 81** Lutas e conquistas dos trabalhadores do setor da saúde privada
- 82** Denúncia contra o avanço do capital internacional no SUS
- 83** Defesa do piso salarial da enfermagem

85 AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

- 85** Defendendo os ACSs e ACEs durante a crise sanitária
- 86** Trabalhadores conquistam sanção da PEC nº 22/2011



- 86 Mobilizados pela aplicação do piso salarial
- 87 Reforçando a agenda de diálogo
- 90 ENFERMAGEM**
 - 90 Enfermagem na linha de frente salvando vidas
 - 91 CNTSS/CUT na coordenação do Fórum Nacional da Enfermagem
 - 91 Piso da Enfermagem: luta histórica da Confederação
 - 93 Pioneirismo da CNTSS/CUT por jornada de até 30 horas semanais
- 95 MÉDICOS**
 - 95 Defesa dos médicos durante a pandemia
 - 95 Manutenção da pauta da categoria e luta contra retrocessos
 - 96 Médicos presentes nas muitas lutas da classe trabalhadora
 - 97 #Retroativojá!: conquistas nas campanhas salariais
 - 98 Contra todas as formas de privatização da saúde
- 100 PSICÓLOGOS**
 - 100 Embate contra o negacionismo e ataques bolsonarista
 - 100 Resistir contra os retrocessos
 - 101 Contra o Ensino a Distância (EaD)
 - 101 Pela ratificação da Convenção nº 190 da OIT
 - 102 Nas ruas por democracia e direitos
 - 103 Contra os manicômios e em defesa da Reforma Psiquiátrica
 - 103 Preparando a discussão sobre a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental
 - 104 Governo democrático e popular: um novo diálogo
 - 105 Bandeiras históricas: piso salarial e jornada de até 30 horas
 - 105 Pela Regulamentação da Lei nº 13.935/2019
 - 106 Pelos direitos dos trabalhadores da Fundação Casa
- 107 ASSISTÊNCIA SOCIAL**
 - 107 Defendendo a vida e a renda dos trabalhadores
 - 107 Contra o desfinanciamento da Assistência Social
 - 108 Ataques ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
 - 109 Defesa das legislações de interesse da Assistência Social
 - 110 Ocupando os espaços na defesa da Assistência Social
 - 111 Em sintonia com a agenda da CUT e movimento social
- 112 FEDERAIS**
 - 112 Resistência e defesa da vida nos governos pós-golpe
 - 113 Resistir contra a retirada de direitos
 - 113 Defesa dos beneficiários da GEAP



- 114 Mobilização permanente nas greves de 2022 e 2024
- 114 Pelo cumprimento dos Acordos de Greves
- 115 Retorno do diálogo democrático e os novos desafios
- 116 Mesa Nacional de Negociação Permanente do Serviço Público Federal
- 117 Defesa do servidor em Audiências e Mesas de Negociação
- 120 PROPOSTAS DE PLANO DE LUTAS AO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT APROVADAS NOS ENCONTROS SETORIAIS**
- 120 SETOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**
 - 123 Prioridades do Setor da Assistência Social para o mandato 2025–2029
- 123 SETOR DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**
 - 124 Prioridades do Setor de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias para o mandato 2025–2029
- 125 SETOR DA SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL**
 - 128 Propostas gerais contidas no Plano de Lutas do SINDSAÚDE PARÁ para contribuição ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT
 - 128 Propostas gerais contidas no Plano de Lutas do SINDSAÚDE GOIÁS para contribuição ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT
 - 131 Prioridades do Setor de Saúde Pública para o mandato 2025–2029
- 132 SETOR PÚBLICO FEDERAL**
 - 135 Prioridades do Setor dos Federais para o mandato 2025–2029
- 135 SETOR DA SAÚDE PRIVADA E CATEGORIA**
 - 137 Prioridades do Setor de Saúde Privada e Categorias para o mandato 2025–2029
- 138 POLÍTICAS TRANSVERSAIS**
 - 138 Violência contra as mulheres
 - 139 Aumento do feminicídio
 - 139 Preconceito racial contra as mulheres
 - 140 Homofobia
 - 141 Assédio moral e doenças psíquicas
 - 141 Desigualdade salarial
 - 142 Assédio moral
 - 142 Adoecimento físico e mental
 - 142 Assédio no ambiente de trabalho
- 143 FONTES DE PESQUISA**
- 145 FICHA TÉCNICA**
- 148 EXPEDIENTE**



APRESENTAÇÃO

Companheiras e companheiros,

A realização do 9º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT) é um acontecimento de grande importância para todos nós, trabalhadoras e trabalhadores da Saúde, Assistência Social e Previdência Social, dos setores público e privado, que cotidianamente nos empenhamos para que as políticas públicas da Seguridade Social se materializem em ações e programas voltados a possibilitar melhores condições de vida para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. Um trabalho árduo, mas, sem dúvida alguma, gratificante e dignificante – e fundamental para a construção da cidadania em nossa sociedade.

Estamos reunidos, no período de 19 a 21 de junho de 2025, de forma virtual, para avançar em nossas estratégias em defesa das políticas públicas, do Estado Democrático de Direito e de Bem-Estar Social, dos direitos estabelecidos na Constituição Federal Cidadã de 1988, no seu capítulo da Seguridade Social, e pela valorização dos profissionais das inúmeras categorias que desenvolvem essas políticas. É um momento muito especial que todos assumiram como mais uma tarefa a ser cumprida com muita seriedade e compromisso.

Desde o nosso 8º Congresso, em 2021, presenciávamos um grande retrocesso civilizatório, político e de direitos a partir do golpe de 2016, que se materializou com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff - que posteriormente foi inocentada pela Justiça –, levando ao poder o ilegítimo Michel Temer, e cujo declínio destes indicadores foi potencializado no governo de extrema-direita neofascista de Bolsonaro. Lutamos, resistimos, conquistamos e, em alguns momentos, sofremos retrocessos. Porém, a unidade da classe trabalhadora nos fez manter a capacidade de nos reinventarmos para avançar no projeto de sociedade que almejamos, no aprofundamento do modelo sindical cutista e na busca por mais direitos.

Defendemos vigorosamente a democracia contra os ataques golpistas de Bolsonaro e seus asseclas, que queriam a perpetuação no poder por meio da força. Em 2022, conquistamos o retorno de um projeto democrático e popular com a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, a partir da consolidação de uma Frente Democrática. Mas ainda há muito que lutar contra o avanço da extrema-direita no Congresso Nacional, nos demais espaços políticos e na sociedade. Este, inclusive, é o tema do nosso 9º Congresso Nacional: “*Os desafios da Seguridade Social frente aos avanços da extrema-direita no Brasil e no mundo.*” Temos, ainda, o olhar sobre as mudanças tecnológicas, com destaque para a presença da Inteligência Artificial no cotidiano laboral de vários setores da classe trabalhadora.

É nesse contexto de novos desafios e oportunidades que as delegadas e os delegados se reúnem no 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT para avaliar as lutas, traçar estratégias e aprofundar as conquistas da classe trabalhadora e, em particular, no que se refere às políticas públicas e aos direitos dos trabalhadores da Seguridade Social. O processo de discussões do 9º Congresso já teve início com a realização dos Encontros Setoriais – Federais, Saúde



Privada e Categorias, Saúde Pública Estadual, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias e Assistência Social. Um trabalho muito rico e consolidado com a participação de inúmeros companheiros e companheiras.

Nesses encontros, dialogamos sobre os avanços conquistados a partir do Plano de Lutas aprovado no 8º Congresso e nos preocupamos em atualizá-lo frente aos novos desafios das conjunturas nacional e internacional. Também foram elencadas prioridades por setor, que agora serão apresentadas durante a Plenária do 9º Congresso para avaliação e deliberação com vistas à aprovação. Nosso Congresso também tem em sua agenda a realização de momentos de reflexão sobre temas estruturais fundamentais para nossas lutas, que contarão com a colaboração generosa de valorosos companheiros e companheiras comprometidos com a classe trabalhadora.

Como tem sido de costume, nossos trabalhos terão início com a realização do *“Encontro Nacional de Mulheres da Seguridade Social”*. Em sua quinta edição, o encontro é um espaço de reflexão fundamental para traçar estratégias de mobilização na luta contra a violência, a misoginia, todas as formas de discriminação e pela valorização das mulheres. O 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT tem entre suas prioridades definir a nova Direção da Confederação para o próximo quadriênio (2025-2029). Sem dúvida, uma programação fundamental para a organização da CNTSS/CUT. Um ótimo trabalho durante o 9º Congresso e o 5º Encontro Nacional de Mulheres da Seguridade Social. Parabéns a todas e todos. Somos fortes, somos CUT.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT)

São Paulo, junho de 2025.



REGIMENTO INTERNO DO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

REGIMENTO INTERNO DO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

Art. 1º – O 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT tem como objetivos propor e deliberar sobre o seguinte temário:

- Conjuntura Internacional e Nacional;
- Balanço Político e Organizativo da CNTSS/CUT;
- Aprovação do Plano de Lutas da CNTSS/CUT para o quadriênio 2025–2029;
- Eleição, apuração e posse da nova Direção e Conselho Fiscal para o quadriênio 2025–2029;
- Outros assuntos.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

Art. 2º – O 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT será realizado nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2025, via plataforma Zoom, por meio do link do 9º Congresso: (cntsscvt.votabem.com.br);

Parágrafo Primeiro: O 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT será realizado de forma 100% virtual, com exceção da Comissão Organizadora, que poderá se reunir presencialmente durante a sua realização;

Parágrafo Segundo: Todos(as) os(as) participantes receberão um e-mail com a documentação do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, instruções de acesso e o link da transmissão, com senha individual e intransferível;

Parágrafo Terceiro: Para acessar a transmissão, é necessário ter o aplicativo Zoom instalado em um computador ou celular. Ao ingressar no evento, os(as) delegados(as) devem se identificar e aguardar para serem admitidos(as) na transmissão. O evento será interativo, e os(as) delegados(as) poderão se comunicar via chat e participar das discussões utilizando câmera e microfone;

Parágrafo Quarto: Encorajamos todos(as) os(as) delegados(as) a manterem suas câmeras abertas durante todo o tempo, para que possam ver e serem vistos(as) pelos(as) demais participantes. Os microfones só serão habilitados nos momentos definidos pela organização do evento, respeitando a ordem de inscrição;

Parágrafo Quinto: Apenas os(as) delegados(as) terão direito a voz e voto, permanecendo em



ambiente exclusivo, garantindo que apenas eles(as) participem das votações. Os(as) observadores(as) e convidados(as) serão direcionados(as) a uma plataforma segura, onde poderão assistir ao evento em tempo real e interagir via chat com os(as) outros(as) participantes;

Art. 3º – A Direção da Confederação e a Comissão Organizadora são responsáveis pela organização do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT. A Comissão Organizadora é composta pelos(as) seguintes diretores(as):

- **Presidenta:** Maria Júlia Reis Nogueira
- **Vice-presidente:** Mauri Bezerra dos Santos
- **Secretário de Finanças:** Sandro Alex de Oliveira Cezar
- **Secretária-Geral:** Isabel Cristina Gonçalves
- **Secretária de Formação:** Miriam de Oliveira Andrade
- **Secretária de Comunicação:** Maria Aparecida Godoi de Faria
- **Secretária da Mulher:** Maria de Fátima Veloso Cunha
- **Secretária de Políticas Sociais:** Margareth Alves Dallaruvera
- **Representante da CUT Socialista Democrática (CSD):** Ronaldo Augusto

CAPÍTULO III

DOS(AS) PARTICIPANTES

Art. 4º – Participam do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT os(as) delegados(as) das entidades do Ramo da Seguridade Social filiadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e em dia com suas obrigações estatutárias; as oposições sindicais reconhecidas pela CUT e acompanhadas pela CNTSS/CUT; e os(as) delegados(as) natos(as), de acordo com os critérios definidos pelo Estatuto da CUT (Art. 24 do Estatuto da CUT);

Parágrafo Primeiro – As assembleias para eleição dos(as) delegados(as) ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT poderão ser realizadas de forma virtual ou presencial, conforme a realidade de cada entidade sindical, podendo ser acompanhadas por dirigente representante da Região na Direção da Confederação ou da CUT Estadual;

Parágrafo Segundo: Toda a documentação para inscrição dos(as) delegados(as) deverá ser encaminhada e recebida de forma eletrônica, pelo e-mail (diretoria@cntssc.org.br) ou pelo WhatsApp (11) 99440-7767;

Art. 5º – São delegados(as) ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT aqueles(as) eleitos(as) conforme critérios estabelecidos na reunião da Direção da CNTSS/CUT realizada em 9 de dezembro de 2024, via plataforma Zoom:

I. Os Sindicatos que possuem 500 (quinhentos) ou mais sócios(as) quites elegerão delegados(as) ao 9º Congresso da CNTSS/CUT na proporção de 1 (um/uma) delegado(a) para cada 500 (quinhentos) sócios(as) quites ou fração de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um). A entidade com menos de 500 sócios(as) quites terá direito a eleger 1 (um/uma) delegado(a);

II. As Federações Nacionais e Estaduais, orgânicas e filiadas, participam do 9º Congresso da CNTSS/CUT com 3 (três) delegados(as), escolhidos(as) em suas respectivas instâncias em reunião de Direção ou Conselho, não podendo haver dupla representação do Ramo;



III. As oposições reconhecidas e acompanhadas pela Confederação participarão do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT desde que tenham obtido o mínimo de 500 (quinhentos) votos NA ÚLTIMA ELEIÇÃO. Com essa condição, terão direito a eleger 1 (um/uma) delegado(a) para cada 1.000 (mil) votos obtidos ou fração de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) (Art. 25, III, do Estatuto da CUT);

- a)** A oposição reconhecida que não concorreu à última eleição do Sindicato tem direito a eleger 1 (um/uma) delegado(a) (Art. 25, III, “b”, do Estatuto da CUT);
- b)** As oposições que participaram de eleições cujo processo eleitoral tenha sido julgado fraudulento pela Confederação escolherão seus(as) delegados(as) de acordo com critérios específicos estabelecidos pela CNTSS/CUT, buscando garantir o nível de representação junto à categoria (Art. 25, III, “c”, do Estatuto da CUT);
- c)** As oposições vencedoras de eleições sindicais cujas eleições realizaram-se dentro do período de até 3 (três) meses anteriores ao prazo de inscrição ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, e ainda não filiadas à CUT, elegerão um número de delegados(as) proporcionais ao número de votos obtidos. Após esse prazo, a oposição e a entidade perdem o direito de eleger delegados(as) ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT (Art. 25, III, “d”, do Estatuto da CUT);

IV. Para a eleição de delegados(as) é obrigatório obedecer ao critério da cota de gênero em no mínimo 30% (trinta por cento), sendo vedada a substituição de um sexo pelo outro;

V. As inscrições dos(as) delegados(as) ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT e o pagamento das taxas são de responsabilidade das entidades que os(as) elegeram;

VI. São delegados(as) natos(as) ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT:

- d)** Os membros da Direção Nacional da CUT do Ramo da Seguridade Social (Art. 25, IV, “a”, do Estatuto da CUT);
- e)** Os membros da Direção Executiva e Nacional da CNTSS/CUT (Art. 25, IV, “b”, do Estatuto da CUT);

Art. 6º – A eleição de delegados(as) para o 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT deve ser feita em uma única assembleia geral, obedecendo os seguintes critérios:

I. A convocação da instância que elegerá os(as) delegados(as) deverá ser ampla, pública e ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias que antecedem à sua realização (Art. 25, II, “c”, do Estatuto da CUT). Avisando também a CNTSS/CUT, bem como as CUTs Estaduais, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecedem sua realização;

II. O quórum das assembleias virtuais ou presenciais para eleição dos(as) delegados(as) deve ser de 3 (três) vezes o número total de delegados(as) que as entidades e oposições têm direito (Art. 25, II, “g”, do Estatuto da CUT);

III. A ficha de inscrição será única e padronizada pela Comissão Organizadora do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

IV. Havendo mais de uma Chapa de candidatos(as), delegados(as), na assembleia do Sindi-



cato ou oposição, deve-se proceder à eleição com base na proporcionalidade definida no Estatuto da CUT (Art. 58);

V. Todos os Sindicatos devem eleger até 30% (trinta por cento) do número de delegados(as) a que a entidade tem direito, como suplentes;

VI. Para substituição de delegados(as) ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, serão considerados(as) os(as) suplentes eleitos(as) nos fóruns que elegeram os(as) delegados(as) efetivos(as);

VII. As Federações Nacionais e Estaduais poderão eleger seus(suas) delegados(as) em reunião da Direção, obedecendo aos prazos estabelecidos;

CAPÍTULO IV

DAS INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO

Art. 7º – Os(as) delegados(as) participantes do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT serão inscritos(as) em sistema de credenciamento eletrônico, conforme descrito no Capítulo II, parágrafo segundo do Artigo 2º deste Regimento Interno;

Parágrafo Primeiro: Do sistema de credenciamento constarão todos os nomes dos(as) delegados(as), de acordo com os critérios estatutários e as normas estabelecidas pela Direção da CNTSS/CUT. Cada delegado(a) deverá ser incluído(a) no Sistema de Credenciamento Virtual por meio do número de seu CPF, sendo criada uma senha intransferível para acesso à plataforma digital;

Parágrafo Segundo: Os(as) suplentes serão credenciados(as) em substituição aos(as) delegados(as) efetivos(as) impossibilitados(as) de comparecer, mediante apresentação de requerimento do coordenador da delegação do Estado e autorização por escrito de membro da Comissão Organizadora do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

CAPÍTULO V

DO TEMÁRIO DO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

Art. 8º – O temário do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT é o seguinte: *“Os desafios da Seguridade Social frente aos avanços da extrema-direita no Brasil e no mundo”*

- Conjuntura Internacional e Nacional;
- Balanço Político e Organizativo da CNTSS/CUT;
- Aprovação do Plano de Lutas da CNTSS/CUT para o quadriênio 2025–2029;
- Eleição, apuração e posse da nova Direção e do Conselho Fiscal para o quadriênio 2025–2029;

Art. 9º – O Caderno de Textos, sob responsabilidade da Direção da CNTSS/CUT, subsidiará os debates do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

Parágrafo Primeiro: As propostas de Plano de Lutas para o próximo período, aprovadas nos Encontros Setoriais Nacionais que antecederam o 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT,



deverão ser levadas ao Plenário e, após a realização de um resumo dos debates, serão aprovadas em bloco;

Parágrafo Segundo: As propostas de Emendas Aditivas, Substitutivas ou Supressivas encaminhadas pelas entidades antes do início do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT deverão ser avaliadas pela Comissão Organizadora e encaminhadas ao Plenário para votação, devendo obter a aprovação de, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos(as) delegados(as) presentes;

Parágrafo Terceiro: A Comissão Organizadora do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT colocará à disposição dos(as) delegados(as) um relatório único com todas as propostas a serem encaminhadas ao Plenário;

Parágrafo Quarto: O Plenário do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT apreciará as propostas de Moção que forem encaminhadas à coordenação da Mesa, que, por sua vez, fará a leitura para os(as) demais e, em seguida, colocará em votação. A proposta será considerada aprovada caso obtenha o apoio de, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos(as) delegados(as) presentes;

Parágrafo Quinto: Os formulários de Moções deverão ser entregues à Comissão Organizadora do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, via e-mail (diretoria@cntsscut.org.br) ou via chat, até às 18h00 do dia 20 de junho de 2025;

Art. 10º – Não serão realizados Grupos de Trabalho no 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT. Cada setor deverá apresentar um panorama das propostas e das bandeiras de luta prioritárias aprovadas nos Encontros Setoriais, em Plenário virtual do Congresso;

Parágrafo Primeiro: Caberá ao Plenário do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT debater as Emendas e Moções encaminhadas pelos(as) delegados(as) ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

Parágrafo Segundo: Ao final das apresentações e debates do Plano de Lutas, das propostas de Emendas ao texto e das Moções, as votações deverão ser realizadas em um único bloco, com os(as) delegados(as) de câmeras abertas e com a “mão” levantada;

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO DO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

Art. 11º – O 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT será composto pelas seguintes instâncias deliberativas:

- I. Plenária de delegados(as);
- II. Direção da CNTSS/CUT;
- III. Comissão Organizadora;

Art. 12º – A Direção da CNTSS/CUT se reunirá, de forma virtual, sempre que necessário, durante o 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

Art. 13º – A Comissão Organizadora, composta por dirigentes designados(as) pela Direção da CNTSS/CUT, é responsável, em primeira instância, por todas as medidas necessárias à



realização do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

Art. 14º – O programa do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT é o seguinte:

PROGRAMAÇÃO DO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT

19 DE JUNHO – QUINTA-FEIRA

PERÍODO DA MANHÃ

08h30 às 11h00 – Encontro Nacional das Mulheres do Ramo da Seguridade Social

Objetivo: “Fortalecer a participação das mulheres nas decisões políticas e sindicais, promover a igualdade de gênero e combater a violência contra as mulheres no ambiente de trabalho e na vida, por meio da conscientização sobre a problemática e os desafios impostos pela sociedade atual. A participação das mulheres nesta nova governança política global.”

08h30 às 09h10 – Mesa 1: Abertura

- Maria de Fátima Veloso Cunha – Secretária de Mulheres da CNTSS/CUT
- Maria Júlia Reis Nogueira – Presidenta da CNTSS/CUT
- Benedita da Silva – Deputada Federal
- Luciana Melo – Comitê de Mulheres da Internacional de Serviços Públicos (ISP)
- Amanda Gomes Gorcino – Secretária Nacional de Políticas para Mulheres da CUT
- Denise Motta Dau – Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres
- Márcia Lopes – Ministra das Mulheres

09h10 às 10h00 – Mesa 2: Exposições

- **Expositora 1** – Tema: “Trabalho igual para salário igual – Lei nº 14.611/2023”
- **Expositora 2** – Tema: “Violência contra as mulheres”
- **Expositora 3** – Tema: “A importância dos temas acima para o Ramo da Seguridade Social”

10h00 às 11h00 – Abertura para debate em Plenário

Coordenação:

Dirigente 1

Dirigente 2

12h00 às 13h45 – Almoço

PERÍODO DA TARDE

14h00 às 14h30 – Mesa 3: Apresentação e aprovação do Regimento Interno do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT

- Isabel Cristina Gonçalves – Secretária-Geral da CNTSS/CUT

14h30 às 15h50 – Mesa 4: Conferência “Os desafios da Seguridade Social frente aos avanços da extrema-direita no Brasil e no mundo”

Proposta de organização da mesa:

- **Expositor(a) 1** – Tema: “Seguridade Social em risco? O avanço da extrema-direita e o desmonte das políticas públicas”



- **Expositor(a) 2** – Tema: *“Automação e desigualdade: A inteligência artificial no mundo do trabalho e a Seguridade Social”*

Debatedores(as):

- Representante do Setor dos Federais na Direção da CNTSS/CUT
- Representante do Setor dos Estaduais na Direção da CNTSS/CUT
- Representante do Setor da Assistência Social na Direção da CNTSS/CUT

15h50 às 17h00 – Debate

Coordenação:

- **Dirigente 1**
- **Dirigente 2**

17h00 às 17h30 – Espaço livre para atividade cultural

17h30 às 19h00 – Mesa 5: Abertura Política do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT

20 DE JUNHO – SEXTA-FEIRA

PERÍODO DA TARDE

14h00 às 15h00 – Mesa 6: “Análise de conjuntura internacional e nacional frente ao avanço da extrema-direita no Brasil e no mundo e seus impactos para os(as) trabalhadores(as)”

- **Expositor(a) 1**
- **Expositor(a) 2**
- **Expositor(a) 3**

15h00 às 16h00 – Debate

Coordenação:

- **Dirigente 1**
- **Dirigente 2**

16h00 às 16h15 – Espaço livre

16h15 às 16h45 – Mesa 7: Organização e financiamento sindical

- **Expositor(a) 1**
- **Expositor(a) 2**

16h45 às 17h45 – Debate

Coordenação:

- **Dirigente 1**
- **Dirigente 2**

17h00 – Prazo final para apresentação da Comissão Eleitoral

17h45 às 19h00 – Mesa 8: Balanço Político e Organizativo da CNTSS/CUT

19h00 às 19h30 – Comentários

Coordenação:

- **Dirigente 1**
- **Dirigente 2**



21 DE JUNHO – SÁBADO

09h00 às 11h00 – Mesa 9: Plenária para apresentação e votação das propostas de Plano de Lutas, Emendas ao texto e Moções

Coordenação:

- **Dirigente 1**
- **Dirigente 2**

11h00 às 11h30 – Mesa 10: Apresentação da Chapa e eleição da Direção para o período 2025–2029

Presidente(a) da Comissão Eleitoral: 5 (cinco) minutos para cada força defender sua Chapa

11h30 às 12h00 – Mesa 11: Posse da nova Direção

Coordenação:

- Presidente(a) da Comissão Eleitoral
- Maria Júlia Reis Nogueira – Presidenta da CNTSS/CUT
- Próximo(a) presidente(a)

Art. 15º – O Plenário constitui-se como instância máxima do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT e será composto pelos(as) delegados(as) credenciados(as), tendo competência para discutir, aprovar ou rejeitar, parcial ou totalmente, as Resoluções, Emendas e Moções apresentadas, observando-se o Temário, o Regimento e a Ordem do Dia;

Art. 16º – A Plenária final terá uma Mesa Diretora organizada pela Comissão Organizadora do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT composta por dirigentes indicados(as) e acompanhada por assessoria de relatoria, sendo realizada de forma virtual;

Art. 17º – Para fazer uso da palavra nas Plenárias, o(a) delegado(a) deverá se inscrever previamente mediante o botão “Levantar a mão” da plataforma Zoom;

Nas votações por Aclamação, todos(as) os(as) delegados(as) deverão ligar as câmeras e levantar as mãos para o registro do voto;

Art. 18º – As votações se darão da seguinte forma:

I. Cada delegado(a) terá direito a um voto;

II. As votações nas Plenárias e na Plenária Final serão feitas mediante Aclamação;

III. No momento da votação por Aclamação, todos(as) os(as) delegados(as) deverão ligar suas câmeras para que sejam computados os votos;

IV. Os(as) delegados(as) inscritos(as) para os momentos de debate sobre o Temário e defesa de Propostas ou Emendas terão um tempo improrrogável de 3 (três) minutos para o uso da palavra;

V. Não serão aceitas questões de Ordem, Esclarecimento ou Encaminhamento durante o Regime de Votação;

VI. As deliberações em Plenário serão por maioria simples;

VII. Em caso de dúvidas quanto à proposta vencedora por contraste, a Mesa deverá repetir a votação e, persistindo a dúvida, deverá ser realizada uma votação *on line* com os(as) dele-



gados(as) dentro do sistema da plataforma Zoom;

VIII. Serão aceitas, a critério da Mesa ou do Plenário, declarações de voto verbais ou por escrito dos(as) delegados(as) que se abstiverem nas votações. No caso de declaração de voto verbal, essa não poderá exceder o tempo máximo de 2 (dois) minutos;

Art. 19º – Questões de Ordem e Encaminhamento serão apresentadas diretamente à Mesa Diretora, que decidirá sobre seu acolhimento, sempre ouvindo o Plenário;

CAPÍTULO VII

DA ELEIÇÃO DA DIREÇÃO DA CNTSS/CUT E DO CONSELHO FISCAL

Art. 20º – Somente poderão concorrer aos cargos de Direção e do Conselho Fiscal da CNTSS/CUT os(as) delegados(as) eleitos(as) em assembleias e credenciados(as) ao 9º Congresso Nacional;

Art. 21º – Todas as Chapas inscritas para a eleição da Direção da CNTSS/CUT devem ter, obrigatoriamente, no mínimo, 30% (trinta por cento) de um dos gêneros. Chapas que não atenderem esse requisito não poderão concorrer à eleição (Art. 57, VI, do Estatuto da CUT);

a) No cálculo do número mínimo de gênero, todo arredondamento percentual deverá ser para cima, sempre que o decimal após a vírgula for 5 (cinco) ou maior que 5 (cinco) (Art. 57, VI, do Estatuto da CUT);

b) O cálculo da quota de gênero deve compreender todas as instâncias de decisão, a saber: Direção, Conselho Fiscal, respectivamente efetivos(as) e suplentes (Art. 57, VI, do Estatuto da CUT);

Art. 22º – A eleição da Direção da CNTSS/CUT e do Conselho Fiscal dar-se-á a partir das Chapas devidamente inscritas junto à Comissão Eleitoral do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, observando-se os critérios estabelecidos nos Arts. 57 e 58 do Estatuto da CUT;

Art. 23º – Somente concorrerão à eleição da Direção da CNTSS/CUT e do Conselho Fiscal para o quadriênio 2025-2029 as Chapas que forem inscritas até às 10h00 do dia 21 de junho de 2025;

Art. 24º – A eleição da Direção e do Conselho Fiscal dar-se-á através dos seguintes procedimentos:

I. Apresentação e defesa das Chapas concorrentes, observando-se o tempo de 10 (dez) minutos para cada uma delas;

II. Após apresentação e defesa das respectivas Chapas, se encaminhará o processo de votação, o qual dar-se-á através da plataforma “Vota bem”, onde cada delegado(a) votará, de forma virtual, com seu CPF e senha;

III. Em caso de Chapa Única, poderá haver eleição por Aclamação, conforme parágrafo II e III do Artigo 18 deste Regimento;

IV. Os(as) integrantes da Comissão Eleitoral não poderão constar de nenhuma das Chapas inscritas para a eleição da Direção e do Conselho Fiscal da CNTSS/CUT para o quadriênio 2025-2029;



V. A Comissão Eleitoral será composta por delegados(as) credenciados(as) ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT;

VI. Cada uma das Chapas concorrentes poderá indicar 1 (um/uma) fiscal para coordenar o processo de votação e apuração dos votos;

Art. 25º – Após o processo de votação e apuração dos votos, a Comissão Eleitoral do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT divulgará o resultado para o conjunto dos(as) delegados(as) presentes à Plenária;

Art. 26º – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, Direção da CNTSS/CUT e, em última instância, pelo Plenário do 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT.

São Paulo, 19 de junho de 2025

Comissão Organizadora do 9º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT)



CONJUNTURA INTERNACIONAL

Avanço da extrema-direita neofascista

1) Lançar um olhar sobre a conjuntura para uma reflexão, neste momento de realização do “9º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social (CNTSS/CUT)”, entidade orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT), é uma tarefa de grande importância. Realizamos, em 2021, nosso 8º Congresso Nacional em um período histórico de grande turbulência e transformações, inclusive atravessando a pandemia de Covid-19, que afetou o planeta de forma cruel e inimaginável, vitimando milhões de pessoas — fato que ainda possui desdobramentos humanitários e econômicos sentidos até os dias atuais — e, já naquele momento, demonstrou a inoperância e incapacidade de respostas adequadas das políticas econômicas do neoliberalismo nesta fase atual do capitalismo.

2) Na verdade, como veremos, houve um retrocesso civilizatório das práticas democráticas e liberais em vários países ao redor do planeta, incluindo expoentes do capitalismo avançado, com o crescimento e recrudescimento da ultradireita neofascista, que disputa de forma truculenta — como a história sempre comprovou — os espaços sociais e institucionais com a finalidade de, também pela força, perpetuar-se no poder de forma ditatorial por tempo indeterminado. Fenômeno este derivado da crise do capitalismo mundial e fomentado pelo sistema como forma de manter sob seu controle a produção e acumulação de riquezas, que, nas últimas décadas, têm demonstrado uma dinâmica de hiperconcentração nas mãos de poucos indivíduos ou conglomerados transnacionais.

3) Nesse contexto, a classe trabalhadora demonstra grande vivacidade na perspectiva de encontrar alternativas e estratégias para avançar na busca pela superação do capitalismo e das formas perversas de dominação e exclusão características desse sistema, cuja gênese se constituiu a partir da propriedade privada dos meios de produção e da expropriação da classe trabalhadora de seus direitos e de suas condições de existência. Tem sido uma tarefa difícil para os trabalhadores, em virtude dos processos de superexploração do trabalho e da hiperacumulação de riquezas. Na estrutura do próprio capital, há conflitos endógenos que demonstram tensões latentes entre o setor produtivo, o setor financeiro/rentista e o setor de tecnologia e de plataformas.

4) Nos últimos anos, vimos avançar o apetite voraz dessas empresas chamadas de “pontocom” ou “economia de plataforma”, que viram crescer exponencialmente seus ativos nas bolsas de valores de todo o mundo. Se, no período do 8º Congresso da Confederação, nos deparávamos com discussões sobre a “indústria 4.0” ou a “4ª revolução industrial” e seus modelos de automação e tecnologia da informação, hoje temos, de forma ainda mais intensa, a realidade da Inteligência Artificial se apropriando de inúmeras funções do mercado de trabalho e a sinalização do “metaverso” — “utopia” futurista das empresas de tecnologia que busca unir os mundos real e virtual. O mundo digital e sua voracidade por dados, que estabelecem padrões e comportamentos focados em consolidar novas formas de dominação do



capital, é uma realidade inexorável e está presente em cada recanto do planeta, independentemente do grau de desenvolvimento humano e tecnológico alcançado pelo país.

5) O período recente demonstrou, de forma clara, que é cada vez mais rápida a velocidade com que as mudanças nesse campo acontecem e repercutem nos padrões sociais, no mercado de trabalho, nos modelos de produção e levam a mecanismos refinadíssimos de controle e ideologização do tecido social. O fenômeno da “uberização” da economia — como é conhecida a “economia de plataforma” que vinha sendo foco do debate da classe trabalhadora —, hoje, mesmo reconhecendo ainda sua atualidade, teve seu protagonismo ofuscado pelo surgimento das iniciativas relacionadas à Inteligência Artificial.

6) São novas formas de exploração focadas na produtividade, competitividade, aumento da eficiência e diminuição de custos, voltadas a garantir, conseqüentemente, a concentração de renda. No âmbito da classe trabalhadora, essas novas tecnologias, diferentemente de melhorarem as condições e relações de trabalho, têm trazido precarização, subemprego, desemprego e adoecimento. Está entre os muitos desafios do movimento sindical incorporar estratégias de resistência contra os efeitos nefastos que essas novas tecnologias trazem à dinâmica das lutas da classe trabalhadora mundial.

Nova onda ultraconservadora e neofascista

7) A guerra por dados vai muito além dos interesses econômicos como forma de acumulação e expropriação de capital, desdobrando-se de forma bastante eficaz no campo ideológico, da perpetuação da dominação, da consolidação das forças da ultradireita neofascista e sua legitimação. É inquestionável o avanço das ideologias neofascistas por todo o planeta. Esta é uma condição observada pelos estudiosos como característica de um momento de crise do capitalismo, como aconteceu no período entre as duas grandes guerras mundiais do século passado, acentuada também pela disputa pela manutenção da hegemonia por parte do imperialismo norte-americano, cuja expressão maior tem sido o posicionamento ditatorial e expansionista do atual presidente dos Estados Unidos, o republicano Donald Trump.

8) O planeta revive agora uma onda ultraconservadora e profascista já sinalizada no período do primeiro governo de Trump, de 2017 a 2021, cujo cenário mundial alardeava, à época, a ascensão de personagens ultraconservadores como Marine Le Pen, na França; o ressurgimento de movimentos fascistas e neonazistas na Ucrânia, Grécia e em diversos países do Leste Europeu; assim como políticos ultraconservadores em países da Europa Ocidental. A saída da Inglaterra da União Europeia é decorrente desse movimento com características xenofóbicas. O Brexit, como ficou denominada a saída da Inglaterra do bloco, foi um movimento conservador.

9) Outro aspecto marcante destes tempos recentes tem ligação com as estratégias focadas na intolerância política e religiosa e na pauta de costumes. No caso brasileiro, presenciemos a chegada ao poder de Bolsonaro, de 2019 a 2022, cujo resultado foi a tentativa de sua manutenção no governo a partir da construção sistemática de um golpe contra a democracia e as instituições brasileiras, sendo que o ápice foi a intentona golpista de 8 de janeiro de 2023, com a invasão e a depredação dos prédios dos três Poderes no Planalto



Central. Um acontecimento análogo ao ataque feito ao Capitólio dos Estados Unidos, em 2021, incentivado por Donald Trump e que indicou um sinal de alerta para os EUA e demais países com respeito ao avanço da extrema-direita e do neofascismo.

10) Para muitos estudiosos, o avanço da extrema-direita pelo mundo está fortemente interligado à decadência das políticas liberais, substituídas por um movimento ultraliberal que agravou a desigualdade social, aprofundou a austeridade e levou ao enfraquecimento dos movimentos de esquerda, por conta do empobrecimento e fragmentação de sua base social: os trabalhadores. Outro aspecto tem a ver com o atual estágio de ultrafinanceirização do capital, que contribui para colapsos econômicos que fragilizam os países e ampliam o processo de redução dos direitos trabalhistas e sociais.

Configuração do neofascismo

11) Destacam esses pensadores que o neofascismo surge como elemento capaz de sustentar o atual estágio do capitalismo voltado aos interesses dos super-ricos, cerca de 1% da população mundial, ao assegurar as medidas repressivas com a finalidade de garantir a implantação de políticas cada vez mais austeras e excludentes nos campos da economia e dos direitos. Para eles, o fascismo do início do século passado e o atual conservam o mesmo *modus operandi*: a recusa da razão, com elevado grau de negacionismo, e a ação truculenta para se manter no poder.

12) Ressurgem, segundo os estudiosos, o culto à identidade nacional, os valores conservadores, a falácia do inimigo interno e externo, a xenofobia, os discursos punitivistas e militaristas, o conservadorismo social, o anti-intelectualismo, o negacionismo, o combate à cultura, o anticomunismo e o discurso anticorrupção. Como forma de legitimar a retirada de direitos trabalhistas, além de alimentar a alienação da consciência de classe dos trabalhadores, é fomentada a figura do empreendedor capaz de, sozinho, construir sua riqueza — uma estratégia importante para manter o trabalhador sem vínculos empregatícios estáveis e com jornadas de trabalho cada vez maiores.

13) Tem importante papel nessa disputa ideológica neofascista a ação orquestrada pelas *Big Techs*, empresas globais de tecnologia, e *startups* situadas principalmente no Vale do Silício, nos Estados Unidos, com suas estratégias de uso de dados privados, censura e direcionamento de conteúdos por meio de algoritmos e sua postura de sobrepujar as leis nacionais. A proliferação de *fake news*, a estruturação de “bolhas” de isolamento e o disparo massivo de mensagens são ferramentas de controle ideológico utilizadas por essas empresas, que estão à disposição da extrema-direita mundial. O Brasil é o país que mais consome redes sociais no continente e o terceiro no mundo.

14) O neofascismo interage com o fundamentalismo religioso para estimular o conservadorismo na sociedade. Incrementa sua guerra cultural e de costumes para trazer unidade entre os conservadores na luta contra os avanços civilizatórios, como a ciência, os direitos LGBTQIA+, ativismo transgênero, aborto, políticas climáticas, direitos das mulheres e minorias étnicas, direitos sociais e políticas emancipatórias, questões raciais, entre outros. As redes sociais têm importante papel na proliferação dessas visões e nos preceitos que defendem o neoliberalismo, assim como na produção de coesão entre os diversos grupos



associados ao neofascismo.

15) Mesmo se apresentando com a máscara de antissistema, esses movimentos de extrema-direita são organizados e orgânicos em suas estruturas locais e transnacionais, têm um perfil centralizado e contam com vasto financiamento. Para os especialistas, mesmo com o enfraquecimento das entidades representativas dos trabalhadores, pela ofensiva neoliberal que empobreceu os trabalhadores e debilitou o financiamento da estrutura sindical, é preciso que a disputa com esse setor se dê de forma a não se limitar às suas localidades, mas tenha um caráter internacional. É necessário construir alianças que envolvam a classe trabalhadora, partidos, movimentos sociais e instituições progressistas para atuação neste novo momento.

Tentáculos da ultradireita neofascista

16) A Europa sofre com o avanço da extrema-direita em suas instituições e governos. As eleições para o Parlamento Europeu, em 2024, resultaram num avanço desse setor. Para analistas, trata-se do reflexo da crise financeira que se arrasta desde 2008, além da ofensiva neoliberal que desconfigurou o Estado de Bem-estar Social, que mantinha certo equilíbrio entre as forças econômicas e sociais. Há, ainda, a desilusão com os partidos tradicionais e as promessas irresponsáveis feitas por esse segmento neofascista. Esse fenômeno pode ser observado na França, Itália e Alemanha, com o avanço do neoliberalismo e a repressão aos movimentos populares e imigrantes.

17) De forma impensável, viu-se o avanço de partidos políticos com tendências neonazistas, como a Alternativa para a Alemanha, e outros com inclinações anti-imigração e discursos xenófobos, como o Reagrupamento Nacional, da francesa Marine Le Pen. Essa tendência de crescimento da extrema-direita percorreu outros países europeus. Na Itália, o partido de Giorgia Meloni, que é de extrema-direita, ganhou espaço. Na Holanda, ficou em segundo lugar; na Áustria, pela primeira vez, um partido de extrema-direita venceu. Ou seja, há uma óbvia tendência desse setor em toda a Europa.

18) O neofascismo atual, de caráter mais radical e populista, resultante do avanço do neoliberalismo e das crises do capital, atinge os países latino-americanos ao avançar em espaços sociais antes ocupados pela esquerda e pela direita tradicional. Observa-se que a nova onda progressista na Região, com vitórias de governos com esse perfil, para alguns estudiosos, vem mais fragilizada, com a extrema-direita fortalecida na esfera local e internacional. Um exemplo é o caso da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ampliou seu arco de alianças, o que, até certo ponto, comprometeu seu projeto original presente em seus governos anteriores, somado ao fato de ter que lidar com forte resistência dos grupos de extrema-direita no Congresso Nacional.

19) O neofascismo surge como um fenômeno político-social de forma específica na periferia do capitalismo. Nessas Regiões, segundo especialistas, a crise da ordem liberal precede a onda neofascista com seu retrocesso político, econômico e cultural. A involução do neoliberalismo nas últimas décadas, com baixo crescimento econômico, desemprego, precarização do Estado e o aumento da concentração de renda, fomentaram o avanço da extrema-direita. Na Região, as crises fiscais da década de 1980 e o avanço dos governos neoliberais a

partir da década de 1990 acentuaram as políticas privatistas, de desinvestimento e de desregulação e precarização de direitos.

20) A crise econômica mundial de 2008 ampliou a prática neoliberal. No caso da América Latina, foram intensificados golpes de Estado ou ações de desgaste dos governos de esquerda, orquestrados pelas classes dominantes nacionais, pelo capital internacional (com participação dos EUA) e com apoio dos meios privados de comunicação. Para os setores conservadores, era preciso aprofundar o neoliberalismo com reformas trabalhistas, previdenciárias e políticas econômicas ultraliberais, além da superexploração do trabalho.

21) São medidas que buscam dar respostas à crise do capital e à reação do capital financeiro para manter intactos os mecanismos de acumulação. Para garantir sua rearticulação, os setores conservadores utilizaram meios legais e ilegais. Resultados dessas estratégias podem ser observados nas últimas décadas com exemplos como os golpes contra Manuel Zelaya, em 2009, em Honduras; Fernando Lugo, em 2012, no Paraguai; Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil; Evo Morales, na Bolívia, em 2019; a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018, no Brasil; e a perseguição política contra Cristina Kirchner, na Argentina, em 2022.

Neofascismo: movimento político, econômico e cultural

22) Para muitos estudiosos, o neofascismo na América Latina deve ser observado como movimento político, econômico e cultural baseado nos seguintes eixos: *“a bem-sucedida implantação de uma ideologia neoliberal; um anti-intelectualismo das elites promovendo o culto à ação e a recusa à razão; a produção de uma identidade nacional pela síntese única do ‘cidadão de bem’; a mobilização da ideologia anticomunista, que, apoiada no fundamentalismo religioso, funde conservadorismo social e o moralismo político”*. Na Região, a religião tem sido um dos principais campos de batalha do projeto neoliberal para ocupar espaços institucionais e estar presente no cotidiano da população.

23) No caso da América Latina, é perceptível o fenômeno da extrema-direita ocupar massivamente as ruas de alguns países para se manifestar, tendo como referência principalmente as pautas focadas em *“temas morais”*. *“A aliança entre religiosos e políticos conservadores tem o mesmo discurso e a mesma estética em diversos países, envolvendo principalmente jovens e mulheres, criando movimentos articulados nas redes sociais, nas igrejas e nas ruas”*, enfatizam especialistas.

24) A tradição do discurso anticomunista é considerada por muitos como fator que contribui para a ascensão do neofascismo, que mantém seu propósito histórico de fragmentar a classe trabalhadora e desmobilizar a luta de classes. Para especialistas, esses grupos se articulam em torno dos partidos fascistas na Europa. Porém, na opinião deles, na América Latina essa articulação está vinculada por meio de *think tanks* estimulados por organizações semelhantes às dos EUA e da Espanha. Trata-se de instituições que podem ser *“autônomas ou ligadas a governos, universidades, fundações, partidos políticos ou ao setor privado”*. No Brasil, existem mais de cem *think tanks*. E o número continua em ascensão na América Latina, inclusive com diversificação dos tipos.

25) A ascensão da extrema-direita com Bolsonaro representa uma forma de alinhar a di-

nâmica interna do país aos interesses da acumulação global de capital. Seu governo, sempre conectado ao movimento internacional de extrema-direita, resultou da convergência entre os interesses do capital nacional e imperialista, visando implementar ajustes necessários para garantir a superexploração da classe trabalhadora e o desmantelamento do Estado. Usou e abusou das estratégias de comunicação focadas nas redes sociais, com a utilização massiva de *fake news*, disseminação de blogs e páginas de conteúdo conservador, transmissões ao vivo, entre outros mecanismos voltados a construir sua hegemonia comunicacional.

26) No Brasil, dizem os especialistas, o neofascismo se manifesta com características próprias da semiperiferia do sistema imperialista. Conserva sua gênese reacionária de massa, mobilizando uma crítica conservadora — especialmente da classe média — à corrupção e à política democrática, apresentando-se como antissistema. Sua política econômica se baseou na transferência de Fundos Públicos, serviços estatais e empresas para o controle do setor privado, favorecendo a acumulação de capital. Para além dos ajustes estruturais centrados na desregulamentação e precarização de direitos, o governo Bolsonaro fez uso da violência neofascista para conter e controlar as classes populares, além de incentivar o armamentismo, o que levou ao recrudescimento da violência.

27) A extrema-direita neofascista no Brasil também busca ampliar sua articulação internacional. Nos últimos anos, foi promovida uma versão brasileira da *Conservative Political Action Conference (CPAC)*, dos EUA. Desde a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, foram realizadas cinco reuniões envolvendo 43 lideranças neofascistas latino-americanas e 82 estadunidenses. Aqui, como nos demais países, há uma forte aliança deste setor com as empresas do Vale do Silício, que ocupam uma posição tecnológica estratégica para a produção do consenso social em torno do neofascismo. Um exemplo foi a aliança do atual governo Trump com os donos da Meta e da X, antigo Twitter, tendo Elon Musk como um dos mentores do novo governo republicano disputando espaço com Steve Bannon, assessor político que serviu como assistente e estrategista-chefe da Casa Branca no primeiro governo Trump.

Panorama internacional: guerras e geopolítica

28) No campo da geopolítica internacional, o governo do democrata Joe Biden, 2021–2024, conseguiu conter parcialmente o avanço ultraconservador promovido por seu antecessor, Donald Trump. No entanto, pouco mudou na essência da política imperialista dos EUA. Durante sua gestão, foram intensificados os ataques à Rússia e à China, considerados os principais adversários dos interesses norte-americanos. No caso chinês, houve agravamento nas disputas comerciais e tecnológicas entre as duas potências.

29) As tensões entre os dois países se acirraram também no campo militar. Como em um jogo de xadrez, cada uma das potências tenta se consolidar em blocos na Região Ásia-Pacífico. EUA, Reino Unido e Austrália firmaram acordos de cooperação com foco nuclear. Biden buscou aproximação com Índia, Filipinas e Japão, este último voltando a investir pesado na área militar, cerca de US\$ 320 bilhões. Há a celeuma envolvendo Taiwan como território chinês. A China, por sua vez, se aproximou de países do Oriente Médio, conquistando acordos e novas relações diplomáticas com Arabia Saudita e Irã. Houve, ainda, a aproximação da China com a Rússia.

30) Biden manteve a política de expulsão de imigrantes e os embargos contra Cuba. Agiu dubiamente com referência à Venezuela, mas sem nunca se afastar do opositor Juan Guaidó e sua tentativa de tomar o poder à força naquele país. Se posicionou favorável à política genocida e de ataques de Israel contra o povo palestino, intensificada pela guerra iniciada em outubro de 2023, com o pretexto de derrotar o Hamas, organização política e militar palestina de resistência Islâmica. O conflito teve início em 7 de outubro de 2023, quando, segundo Israel, o Hamas atravessou a fronteira matando 1.200 pessoas e fazendo mais de 250 reféns.

31) Estudos da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, Universidade de Yale e outros, divulgados na *Revista Lancet*, publicação científica sobre medicina, indicam que, entre outubro de 2023 e junho de 2024, as campanhas militares israelenses causaram 64.260 mortes em Gaza — 59,1% entre mulheres, crianças e idosos — além de mais de 127 mil feridos. Do lado israelense, foram registradas 1.139 mortes e cerca de 8.730 feridos. Apesar de um acordo de cessar-fogo e troca de reféns, em março, Israel retomou os ataques à população palestina.

32) Biden se mostrou parcial no conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em 24 de fevereiro de 2022. As causas da guerra vão desde o avanço de facções neonazistas no país, a representação da Ucrânia para a nacionalidade russa, a problematização da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) frente à área de influência russa, além dos massacres sofridos pelas populações de maioria russa nas províncias de Donetsk e Luhansk – Regiões reconhecidas como independentes por Moscou. Em dezembro de 2021, a Rússia tentou um acordo com Estados Unidos e OTAN para preservar seus interesses na Região, que incluía a neutralidade militar da Ucrânia e a não concentração de mísseis nas fronteiras russas, mas as medidas foram ignoradas pelos norte-americanos e pela OTAN.

33) Essa empreitada envolve países da Europa que estão investindo somas estratosféricas para manter o poder de fogo ucraniano contra os russos. De acordo com a mídia privada, com dados dos dois primeiros anos e meio do conflito, os EUA gastaram US\$ 66 bilhões, com outros US\$ 60 bilhões sendo avaliados. A União Europeia e aliados destinaram mais de US\$ 100 bilhões no mesmo período, e, em fevereiro de 2024, anunciaram um pacote adicional de US\$ 54 bilhões. O Reino Unido prometeu mais de US\$ 15 bilhões desde 2022.

34) Especialistas afirmam que a guerra extrapola o campo militar, tornando-se também uma disputa informacional e econômica, impulsionada por sanções contra a Rússia promovidas pelo G7 visando a exclusão da economia russa do sistema global, de suas relações de comércio, de trocas e meios de pagamentos. Essas medidas, no entanto, tiveram efeitos colaterais, prejudicando principalmente a Europa. Com a chegada de Trump ao poder, os EUA passaram a buscar o fim do conflito, postura que enfrenta resistência da União Europeia, excluída das primeiras negociações.

35) Para estudiosos, estes conflitos revelam o *“aprofundamento da crise da ordem internacional liberal e a explicitação dos limites do sistema multilateral; a intensificação da crise da globalização vinculado a eclosão de um período de instabilidade política e social; um novo ambiente geoestratégico global com uma nova corrida armamentista no mundo”*. Fala-se que está em jogo uma transição para um mundo multipolar, um novo centro hegemônico de poder ou a manutenção do atual, com os EUA e seu bloco norte-atlântico.

36) Esse cenário é ainda mais complexo diante das medidas controversas adotadas nas primeiras semanas do novo governo Trump, que tenta restaurar o poder imperialista dos EUA, comprometendo o relacionamento econômico e diplomático com a União Europeia e inúmeros outros países. A guerra da Ucrânia impacta financeiramente os países europeus, alimenta o sentimento de russofobia – incentivado pela política externa dos EUA, tendo como porta-voz a própria OTAN – e fortalece a extrema-direita com seu discurso nacionalista baseado em rivalidades continentais históricas.

37) A guerra na Ucrânia atinge dramaticamente a classe trabalhadora e, assim como o conflito entre Israel e Hamas, coloca em risco a paz mundial. Desde o início, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) manifestou-se contrária ao conflito. O mesmo posicionamento pelo fim da guerra foi assumido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não mediu esforços para ampliar o diálogo entre os países envolvidos na busca de conquistar a paz. A Central tem levado a defesa do fim do conflito nos foros internacionais.

Reviravolta armamentista

38) É evidente que essas situações bélicas presentes no cenário europeu e os tensionamentos entre as grandes superpotências — principalmente EUA, China e Rússia — transformam o planeta em um verdadeiro barril de pólvora, cujo resultado mais imediato é a corrida armamentista. Para além das crises militares explicitadas por conflitos espalhados pelo mundo, que minam as democracias, os Estados nacionais, as instituições e permitem a ascensão de líderes autoritários e de extrema-direita neofascista, há sua gênese na questão econômica, cuja centralidade está na crise do capitalismo.

39) Esse espírito belicoso se espalha pela Europa. Há indícios de que a União Europeia está mudando seu comportamento e retomando o controle policial de suas fronteiras — um sinal perigoso de fragmentação, que tende a ser alimentado pelas ideologias separatistas e xenófobas da extrema-direita neofascista. É mensurável o crescimento desses partidos em todo o velho continente, ao sequestrar a pauta política dos conservadores e até da esquerda. Países como França e Alemanha estão fragilizados frente às investidas da extrema-direita, que já domina países como Hungria e Itália e influencia os governos dos países escandinavos. Na Península Ibérica, Portugal e Espanha também são vítimas dessas investidas.

40) As respostas encontradas pelos países frente a essas situações têm sido canalizar os recursos estatais para os setores militares. Com isso, mais uma vez, quem paga a conta pela crise são as populações locais e a classe trabalhadora. Há, sem dúvida alguma, o comprometimento do papel do Estado como indutor do crescimento econômico e garantidor dos direitos sociais, principalmente os ligados à Seguridade Social, que também são minados por políticas de austeridade fiscal.

41) A classe trabalhadora desses países europeus não se calou e foi às ruas protestar contra essas medidas. Os Sindicatos e movimentos sociais progressistas se uniram em grandes mobilizações contra o desvio de recursos públicos e salários para a corrida armamentista. Na França, a Reforma da Previdência foi combatida. A Alemanha passou por inúmeras greves por salários. O Reino Unido enfrentou uma greve no sistema de saúde. Na Espanha, Grécia e Itália, entre outros países, as mobilizações se multiplicaram a partir da ação da classe trabalhadora.



42) Intensificou-se um período de restrição, desregulamentação e flexibilização trabalhista, previdenciária e sindical. O capital internacional aproveita a oportunidade estabelecida pelas novas tecnologias, automação e economia de plataformas para achatamento de salários, ampliar o desemprego estrutural e precarizar ainda mais as condições de vida das populações, levando à ampliação severa das desigualdades econômicas e sociais. A concentração de renda é escancarada em todo o planeta, numa proporção nunca antes presenciada.

43) Em 2024, o Brasil ganhou 19 novos bilionários, atingindo um total de 60 pessoas. De acordo com o relatório *Billionaire Ambitions Report 2024*, do banco suíço UBS, o país é o segundo com maior número de bilionários nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos, que têm 835. No mundo, segundo relatório da Oxfam — confederação de 19 organizações e mais de 3.000 parceiros, que atua em mais de 90 países na busca de soluções para os problemas da pobreza, desigualdade e injustiça — a riqueza dos bilionários aumentou em US\$ 2 trilhões no ano de 2024, três vezes mais rápido do que no ano anterior, enquanto o número de pessoas vivendo na pobreza mal mudou desde 1990.

44) Esse contexto de acentuada desigualdade social e de precarização das condições de vida da classe trabalhadora fomenta o discurso da extrema-direita neofascista, pautado no ódio, na xenofobia e no ressentimento como forma de dar resposta às angústias de amplos setores sociais. Na história do século XX, o fascismo e o nazismo cresceram na Itália e Alemanha, respectivamente, canalizando esses sentimentos. As eleições de Bolsonaro, Trump, Milei e tantos outros representantes desse pensamento se deram na esteira desses sentimentos, a partir da ocupação dos espaços da direita tradicional.

Baixo crescimento econômico mundial

45) Dados apresentados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) demonstram um baixo índice de crescimento econômico mundial. De acordo com o relatório *World Economic Outlook* do FMI, apresentado em reunião dos presidentes dos Bancos Centrais do Grupo dos Vinte (G20), em julho de 2024, o crescimento mundial para aquele ano estava estimado em 3,2% e em 3,3% para 2025 — índices abaixo da média de 3,8% registrada entre a virada do século e a pandemia. As projeções para o crescimento de médio prazo continuam sendo as mais baixas das últimas décadas. A avaliação do Banco Mundial é ainda menos otimista: a economia global deve crescer 2,7% em 2024 e 2025.

46) Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu “Relatório Mundial sobre Salários 2022-2023”, os salários mensais diminuíram 0,9% em termos reais no primeiro semestre de 2022 — a primeira vez neste século que o crescimento do salário real global foi negativo. A classe trabalhadora mundial também amarga o aumento permanente do custo de vida. Políticas econômicas restritivas e focadas na austeridade fiscal, trazidas à tona para dirimir a crise do capital e do neoliberalismo, desdobram-se em crescentes taxas de inflação, aumento das taxas de juros, recessão, reservas fiscais esgotadas, altos níveis de dívida pública, assim como juros crescentes nos mercados financeiros globais.

47) São indicadores que demonstram a baixa capacidade do capitalismo de se recuperar de suas crises endógenas e sistêmicas — seja a crise cíclica de 2008, seja a causada pela pandemia da Covid-19, ou ainda a crise de reprodução do capital e de produção de bens.



Os dados macroeconômicos reproduzem uma face cruel para as populações: o aumento da pobreza e das guerras. De acordo com estudo divulgado em 2024 pela ONU, a pobreza extrema atinge cerca de 1,1 bilhão de pessoas no mundo. Desse total, cerca de 34 milhões vivem na América Latina, 553 milhões nas Regiões da África Subsaariana e 402 milhões no Sul da Ásia.

48) No Brasil, graças às políticas públicas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — com destaque para as de transferência de renda e de geração de emprego — foi possível reverter um quadro dramático de exclusão social desencadeada pelos governos Temer e Bolsonaro, que fizeram com que o país retornasse ao Mapa da Fome, atingindo mais de 33 milhões de brasileiros. O país tirou 9,6 milhões de brasileiros da condição de extrema pobreza e retirou 20 milhões do quadro de insegurança alimentar moderada ou grave em 2023.

49) Neste complexo contexto de crise, evidencia-se o acirramento das contradições do sistema capitalista e dos interesses das nações que detêm o controle hegemônico — com destaque para os Estados Unidos — frente aos demais países. Para além das guerras na Europa, como já mencionamos, potencializadas pela guinada à extrema-direita neofascista em vários países, essa disputa se manifesta nas demais Regiões. Na África, presencia-se a tomada do poder em várias nações por forças militares. A América Latina sofre ataques desferidos pelos interesses imperialistas norte-americanos. Em entrevista recente concedida à *Fox News*, o atual secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, criticou a influência da China na Região e se referiu à América Latina, textualmente, como “quintal de Washington”.

50) Entre as iniciativas está a de enfraquecer o Mercosul — formado originalmente por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (esta última suspensa de seus direitos e deveres) — além dos “Estados Associados”, que são: Bolívia (em processo de adesão), Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. A mesma ação se manifesta contra o BRICS, bloco inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, até que, em 1º de janeiro de 2024, se somaram Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. Tornaram-se parceiros do bloco 13 nações: Argélia, Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Indonésia, Malásia, Nigéria, Tailândia, Turquia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã.

Avanço do tigre chinês

51) É de vital importância compreender a disputa entre EUA e China, que acirra a polarização entre as duas potências mundiais. A ascensão econômica chinesa coloca em risco a hegemonia norte-americana. Hoje, o país asiático já é, em termos comerciais, a maior potência do planeta. Dados de 2022 demonstram que suas exportações representam 14% do mercado internacional, somando mais de US\$ 3,5 trilhões. No mesmo período, os Estados Unidos, segundo colocados, exportaram US\$ 1,5 trilhão a menos que os chineses. Mesmo com a política de sobretaxar os produtos chineses, essa vantagem se mantém e se expande para outros setores da economia, tecnologia, defesa e política. A resposta de Pequim tem sido também sobretaxar produtos norte-americanos.

52) O crescimento econômico chinês e suas parcerias no campo da geopolítica, principalmente com a Rússia, colocam os Estados Unidos em permanente estado de preocupação. A China faz grandes investimentos em infraestrutura em nível mundial. A virada do século de-

monstrou um forte crescimento da influência econômica chinesa na América Latina. Estudos apontam que o fluxo comercial entre a América do Sul e a China cresceu de US\$ 15 bilhões em 2001 para cerca de US\$ 300 bilhões em 2019. E o fluxo dos investimentos diretos chineses na Região cresceu e se manteve em torno de US\$ 10 bilhões anuais, em média, entre 2011 e 2018. Brasil, Peru e Argentina receberam a maior parcela desses investimentos até 2022, ficando o Brasil com 22% desse total.

53) *"Nas duas primeiras décadas do século XXI, a China também dobrou sua participação nas importações realizadas pelos países sul-americanos, cujo valor bruto cresceu mais de 700%, enquanto as exportações brasileiras para a América do Sul, por exemplo, no mesmo período, cresceram menos de 40% do crescimento chinês. Hoje, a China é o maior parceiro comercial do Brasil, do Chile, da Argentina e do Peru no continente sul-americano, e está entre os três maiores parceiros comerciais de todos os países do continente. Na recente reunião do G-20, no Rio de Janeiro, a China anunciou 37 projetos com o Brasil. Só no caso brasileiro, 30,6% de suas exportações em 2023 foram para a China, que foi, ao mesmo tempo, o maior fornecedor de bens importados pelo Brasil",* destacam especialistas em economia.

54) A inauguração de um porto no Peru, com recursos daquele país, é estratégica para o corredor marítimo e terrestre pelo qual a China pretende ampliar suas parcerias com a América Latina. A potência asiática está presente no Canal do Panamá, no Mar do Caribe e na Antártida. Argentina, Peru, Bolívia, Chile, Guiana, Suriname, Uruguai e Venezuela já fazem parte da iniciativa da Nova Rota da Seda chinesa. O grau de importância dos investimentos chineses na Região fez calar até as severas críticas de Milei contra o comunismo chinês. O avanço chinês no continente tem preocupado o governo Trump.

Panorama Latino-Americano

55) A América Latina se mantém na órbita de interesse dos EUA. Seu posicionamento ao minar a soberania popular na Venezuela, ao não reconhecer os resultados das eleições, pretendeu tensionar e consolidar a oposição venezuelana, visando ao enfraquecimento do governo local. Movimento que não é de hoje e sempre encontrou eco na Região durante o governo de extrema-direita de Bolsonaro.

56) Especialistas apontam que o segundo governo Trump tem como objetivo fazer com que os EUA voltem a ser a principal economia do mundo, o que significa recuperar a liderança industrial global que foi perdida para a China. Nesse contexto, pretende manter a postura de seu primeiro mandato, em que entendia a América Latina como um espaço para servir aos interesses de seu país. Um olhar mais atento identifica que este novo governo se apresenta com um caráter fortemente belicoso e militarista. Além da hostilidade com a Venezuela, especialistas em relações internacionais acreditam que essa postura se replicará com Cuba, Nicarágua, Haiti, Peru e Brasil.

57) Os embates eleitorais recentes nos países da América Latina demonstraram que a polarização não se dá mais com a direita tradicional, mas sim com a extrema-direita e seu projeto neofascista. Estão postos ainda os desafios de compreender as alterações substanciais no sistema capitalista, os desafios das mudanças climáticas e de pensar projetos de alternativas sustentáveis e voltadas aos interesses da classe trabalhadora. Mesmo com a he-



terogeneidade dos atuais governos na América Latina, é fundamental construir estratégias para fomentar mecanismos e instituições democráticas voltadas à integração regional. Os Sindicatos e os movimentos sociais têm papel importante para avançar nesse caminho.

58) A vitória eleitoral recente da ex-prefeita da Cidade do México, Claudia Sheinbaum, do Movimento Regeneração Nacional (Morena), para presidir o país, trouxe vitalidade aos interesses progressistas na Região. Sua conquista, segundo especialistas, pode ser atribuída ao seu compromisso com questões populares, como energia renovável e educação, à sua experiência à frente da Cidade do México e ao desencanto da população com os partidos tradicionais que compuseram a coligação da oposição – o centrista Partido Revolucionário Institucional (PRI), o direitista Partido da Ação Nacional (PAN) e o esquerdista Partido da Revolução Democrática (PRD).

59) Logo ao reassumir o cargo de presidente, Trump atacou fortemente o país fronteiriço, culpando-o pela migração ilegal e pelo tráfico de drogas, e vem chantageando o país, assim como outros, com uma guerra fiscal severa, a partir do aumento expressivo dos impostos para importação. Os EUA são o maior mercado consumidor de drogas ilícitas do mundo. O posicionamento firme e seguro de Claudia Sheinbaum fez o “cowboy” americano recuar da agressividade das medidas contra o governo mexicano e seu povo.

60) Outro ponto de destaque da luta progressista na América Latina foi a vitória do candidato Yamandú Ramón Antonio Orsi Martínez, da coalizão Frente Ampla (FA), para presidir o Uruguai. O país, a partir do governo de seu antecessor, via a taxa de violência e homicídios crescer. No primeiro ano da gestão do Partido Nacional, eram 8,9 por 100 mil habitantes. Esse dado saltou para 11,2 por 100 mil em 2023. Apadrinhado por Pepe Mujica, ex-presidente uruguaio, Orsi participou desse processo de reconstrução promovido pela Frente Ampla.

61) A política externa de Yamandú Orsi terá uma guinada em relação à de seu antecessor. Orsi se comprometeu a priorizar instrumentos de cooperação na América Latina e o respeito aos assuntos internos de outros países. Está entre suas prioridades valorizar o Mercosul e suas políticas de cooperação mútua, assim como manter sintonia com os países vizinhos. Seu governo deve manter o princípio da *“não ingerência e da autodeterminação, resolução pacífica dos conflitos, respeito ao direito internacional e aos direitos humanos”*.

62) Um dos mais duros contrapontos aos ventos alvissareiros da democracia na Região foi a vitória do candidato da extrema-direita neofascista para a presidência da Argentina, Javier Milei. Os duros ataques aos direitos trabalhistas e sociais e às políticas de Seguridade Social têm levado a população do país a amargar um altíssimo nível de desemprego e o retorno à pobreza. Seu governo demitiu cerca de 30 mil funcionários públicos, quase 10% da força de trabalho federal. Este cenário social trágico tem sido combatido com o avanço das mobilizações pelos Sindicatos de trabalhadores e por movimentos sociais progressistas.

63) Dados do relatório do Observatório Social da Universidade Católica da Argentina (UCA) destacam que 49,9% da população vive abaixo da linha da pobreza. O relatório aponta o aumento da pobreza infantil, que chegou a 65,5% entre crianças menores de 18 anos, em comparação com 62,9% em 2023. Um relatório do Instituto de Pensamento e Políticas Públicas (IPyPP) detectou corte de 24% nos programas de transferência de renda em comparação com 2023. Quem mais sofreu com a política de arrocho fiscal no país foram os mais

de 7 milhões de aposentados e pensionistas, cujos rendimentos foram congelados e os subsídios para medicamentos, reduzidos.

64) Sua subserviência ao capitalismo financeiro, às políticas ultraliberais e aos interesses dos Estados Unidos conduz seu país a um isolacionismo regional. Milei adota um discurso de enfrentamento ao multilateralismo, refutando o papel da Argentina em fóruns como o BRICS e a Conferência do Clima. No seu primeiro ano de governo, a relação bilateral de Milei com o Brasil foi conflituosa. O argentino foi contrário à taxação dos super-ricos na Cúpula do G-20, se opôs à assinatura de uma declaração ministerial sobre igualdade de gênero e retirou o país das negociações da COP-29. O atual presidente de El Salvador, Nayib Bukele, também assumiu um papel de peão no jogo de xadrez dos interesses de Trump na Região.

65) O ano de 2022 foi importante para o campo democrático popular da América Latina com as vitórias de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil e de Gustavo Francisco Petro Urrego à presidência da Colômbia. No caso brasileiro, a eleição foi uma disputa acirrada contra a extrema-direita representada por Bolsonaro. O uso da máquina administrativa e as diversas tentativas de golpe e de desacreditar o processo democrático e as eleições utilizados por Bolsonaro fizeram dessa disputa e posterior vitória de Lula um marco na recuperação do país, da manutenção da democracia, do respeito às instituições e, principalmente, uma forma de evitar o avanço da ultradireita e dos movimentos protofascistas.

66) Gustavo Petro, economista de formação, chegou ao poder em sua terceira tentativa, após ter desenvolvido experiência administrativa como prefeito de Bogotá, em 2012. Sua posição política manifesta uma luta permanente contra as oligarquias locais. Tem atuado firmemente para reduzir a pobreza e a dependência do petróleo. Durante sua campanha, prometeu taxar os super-ricos para combater a pobreza crescente no país. Tem implementado políticas voltadas para a paz total e tenta negociar com diversos grupos armados. Foi um dos primeiros governos a responder aos ataques de Donald Trump, referentes à taxação de produtos e à forma truculenta com que tratou a deportação dos cidadãos.

Retorno de Donald Trump

67) A vitória de Donald Trump, do Partido Republicano, nas eleições de 2024 para a presidência dos Estados Unidos acende um sinal de alerta para as demais nações. Desde o início, deixou claro que fará de tudo para consolidar seu slogan de campanha: *“Make America Great Again”*, traduzido como *“Torne a América Grande Novamente”*. Deve-se ressaltar que essa postura arrogante, truculenta e expansionista do novo governo Trump vai além do continente. Sua agressividade atingiu recentemente o Canadá, a Dinamarca — com referência à ocupação da Groenlândia — e países da União Europeia.

68) Trump se reelegeu tentando retomar a liderança hegemônica e econômica dos Estados Unidos no cenário mundial. Lançou inúmeras medidas de caráter homofóbico, misógeno, racista, antimigrante, bloqueou recursos para programas sociais, além de retirar os EUA do Acordo de Paris e da Organização Mundial da Saúde. Suas declarações foram referendadas pela postura do vice-presidente dos EUA, JD Vance, durante a *“Conferência de Segurança de Munique”*, realizada em 14 de fevereiro deste ano, onde proferiu ataques a líderes europeus, acusando a Europa de reprimir a liberdade de expressão, ignorar as preocupações

populistas e falhar no controle da imigração. Os líderes mundiais reagiram aos ataques.

69) Para especialistas em geopolítica, há uma indiferença preocupante por parte dos defensores da democracia diante do retorno de Trump ao poder. Para esses estudiosos, a democracia está em maior perigo hoje do que em qualquer outro momento da história moderna dos EUA. Segundo eles, os mecanismos constitucionais do país estão falhando — falharam, por exemplo, ao não puni-lo pela tentativa de golpe com a invasão do Capitólio, em 2021, e agora, durante a campanha, ao permitir que ele promettesse processar seus rivais, punir a mídia crítica e enviar o exército para reprimir protestos.

70) Trump domina o Partido Republicano e vem expurgando qualquer resistência às suas decisões. Muitas delas, duvidosamente constitucionais, demonstram sua postura autoritária, frequentemente alvo de questionamentos judiciais. Segundo especialistas, haverá uma verdadeira “caça às bruxas” para eliminar qualquer tipo de oposição, seja dentro de seu partido, no Partido Democrata, nas instituições ou na imprensa. Trump é o primeiro presidente condenado por crimes federais a assumir esse cargo no país.

71) O republicano tem se mostrado mais contundente em suas intenções e nos ataques às políticas raciais e de gênero, promovendo uma política expansionista, uma guerra comercial e uma repressão severa contra imigrantes. A caçada aos imigrantes considerados ilegais demonstra que as liberdades civis estão ameaçadas. Fez parte de sua campanha lançar a “*maior operação de deportação da história americana*”, que pode atingir milhões de pessoas em um processo repleto de abusos e que tende a levar à detenção até de cidadãos americanos.

72) A politização e o armamento da burocracia governamental estão entre os temores sobre o futuro do país. Trump assinou uma ordem que prevê punições, incluindo demissão, a servidores federais que não forem fiéis à agenda de política externa por ele estabelecida. O Decreto determina que todas as Agências relacionadas à política externa criem mecanismos para garantir que os servidores implementem “fielmente” as ordens de Trump.

73) Trump busca minar o papel fiscalizatório de um serviço público independente e profissionalizado. Essa autonomia é fundamental para a defesa da democracia. O presidente norte-americano reeditou os ataques de seu primeiro governo contra o funcionalismo público, agora tentando estabelecer normas que permitam substituí-los por aliados políticos. Trump deseja controlar o Departamento de Justiça para atacar seus rivais.

Pacto entre redes sociais e a extrema-direita neofascista

74) O atual governo de Trump conta em sua estrutura com lideranças partidárias e empresários das *big techs* que lhe são fiéis. Trata-se de uma aliança da extrema-direita que envolve proprietários de empresas como a Meta — cujas principais redes sociais são o Facebook, Instagram e WhatsApp, de propriedade de Mark Zuckerberg —; a rede social X (antigo Twitter), adquirida por Elon Musk em 2022; e a Amazon, de propriedade de Jeffrey Preston Bezos.

75) Durante a campanha de Trump, ficou explícito um alinhamento ideológico entre seus interesses e os dos empresários do mundo digital, especialmente quanto à desregulamen-

tação do ambiente virtual. Os primeiros passos já foram dados por Musk e Zuckerberg. Musk se recusou a banir publicações fascistas ou neonazistas, ao enfraquecer o recurso de bloqueio desse tipo de conta no X. Zuckerberg, por sua vez, abdicou da política de checagem de fatos em suas plataformas.

76) Esses empresários promoveram mudanças em suas redes que dificultam postagens ou até excluem perfis que se opõem à extrema-direita. As empresas remodelaram suas estruturas para atender ao discurso de ódio e à desinformação. A tecnologia das redes sociais, com seus algoritmos e personalização de mensagens, permite uma circulação muito mais capilar, com alvos mais bem definidos do que a propaganda tradicional. Esse alinhamento ideológico garante privilégios econômicos à oligarquia tecnológica na atual administração.

77) Escândalos envolvendo essas empresas pelo uso indevido de dados não são novidade. O Facebook já havia sido flagrado utilizando politicamente informações de mais de 50 milhões de pessoas e suas redes de amigos, sem consentimento, por meio da empresa americana Cambridge Analytica, nas eleições de 2018. A denúncia, feita pelos jornais *The New York Times* e *The Guardian*, levantou dúvidas sobre a transparência e o compromisso da empresa com a proteção de dados dos usuários. À época, Zuckerberg foi alvo de investigações nos Estados Unidos e no Reino Unido.

78) A Cambridge Analytica é uma empresa de análise de dados que trabalhou para a campanha de Donald Trump nas eleições de 2016. De propriedade do bilionário do mercado financeiro Robert Mercer, tinha como vice-presidente, à época, Steve Bannon, então assessor de Trump. A empresa teria comprado acesso a informações pessoais de usuários do Facebook e utilizado esses dados para criar um sistema que permitia prever e influenciar as escolhas dos eleitores.

Mundo discute regulamentação das redes sociais

79) A atual campanha de Trump utilizou fartamente as redes sociais, criando bolhas de *fake news* para disseminação em massa do discurso de ódio e desinformação. Esse fenômeno, já comum em outras eleições em diversos países, foi também utilizado por Bolsonaro nas duas eleições que disputou à presidência. Os efeitos dessa ação orquestrada pelos empresários das plataformas digitais vêm sendo combatidos em vários países, inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU), que, em 2022, apresentou um relatório sobre o tema em sua Assembleia Geral.

80) O relatório afirma que: *"a propagação da desinformação pode ter um efeito devastador sobre as sociedades e prejudica uma ampla variedade de direitos humanos; pode minar o direito a eleições livres; agravar tensões em conflitos armados; gerar violência, discurso de ódio e discriminação; e até resultar em perdas de vidas, como na pandemia, com os efeitos dos conteúdos falsos sobre a vacinação"*.

81) A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2023, lançou as "Diretrizes Globais para a Governança de Plataformas Digitais". Trata-se de um roteiro para que governos, reguladores, plataformas e cidadãos implementem regras para as redes sociais em seus países. O documento foi baseado em sugestões coletadas en-



tre participantes dos 194 países reconhecidos pela ONU. Esse debate segue em andamento em todo o mundo.

82) O atual governo brasileiro acompanha essas discussões junto à ONU e à UNESCO. O problema das *fake news*, da proliferação da desinformação e do discurso de ódio já levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a travar uma batalha jurídica com a Plataforma X, que resultou em sua suspensão temporária no país. O governo também acompanha de perto as discussões do Projeto de Lei das *Fake News*, pois, para implementar qualquer regra, é necessário o aval do Legislativo.

83) O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva busca combater a desinformação por meio de acordos com outros países. Recentemente, firmou um com o Chile que prevê a troca de informações e diálogos que possam promover ferramentas de prevenção à desinformação. Iniciativa semelhante já existe com a França, que tem adotado medidas duras contra os abusos das plataformas digitais.

84) O Brasil participa da “Parceria Internacional para a Informação e a Democracia”, que reúne 52 países, e acompanhou a declaração final da Cúpula do G20 do Rio de Janeiro — iniciativas que visam “*combater a desinformação e o discurso de ódio*”. Tudo isso acontece enquanto o STF busca avançar no debate sobre o Marco Civil da Internet, o que pode fazer com que antecipe o Congresso na regulamentação das redes sociais. A Corte está julgando a revisão do Artigo nº 19 do Marco Civil, que “*estabelece as circunstâncias em que um provedor de aplicações de internet (como as plataformas de redes sociais) pode ser responsabilizado civilmente por danos causados por conteúdo publicado por terceiros*”.

85) O movimento sindical e a classe trabalhadora devem participar desse debate crucial para manter a transparência e a democracia plena no uso das redes sociais. A CUT acompanha essas discussões, que hoje ocorrem em vários fóruns do governo e da sociedade civil. Está evidenciado que o mundo vive um período de intenso autoritarismo e retrocesso civilizatório. O avanço do movimento transnacional de extrema-direita e do neofascismo, que ganha força e visibilidade por meio das redes sociais, precisa ser combatido para garantir a manutenção da democracia e da coesão social.

86) É necessário incentivar e cobrar do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do STF e do Congresso Nacional que a regulação das plataformas digitais seja uma das prioridades de ação na perspectiva da defesa da democracia, da ciência e da informação. A proliferação do preconceito, das inverdades e do discurso de ódio deve ser combatida. Não há como avançar na construção de uma sociedade igualitária, pautada na dignidade humana, se os processos comunicacionais não forem conduzidos a partir da verdade, do respeito à ciência e da promoção da democracia de forma transparente e eficaz.

Avanço da Inteligência Artificial

87) A incorporação acelerada de novas tecnologias nos processos de produção, no atual estágio do sistema capitalista, é um fenômeno cada vez mais presente na realidade da classe trabalhadora. As empresas chamadas de “pontocom” (tecnologia e plataformas) mantiveram e ampliaram sua musculatura. Nos períodos recentes, pode-se observar que as premissas da



“indústria 4.0” focaram na produtividade, competitividade, aumento de eficiência e diminuição de custos, o que desencadeou mais concentração de renda, precarização, subemprego e desemprego. Um exemplo clássico desse estágio tecnológico é o modelo denominado de “uberização”, também conhecido pelo eufemismo “economia de compartilhamento”, que tem como exemplo o trabalho realizado por meio de aplicativos e plataformas digitais.

88) Assim como nos demais avanços tecnológicos contemporâneos, o surgimento da Inteligência Artificial não representa apenas uma conquista técnica, mas uma política do capital por novos meios de acelerar a produção e garantir a ampliação e a acumulação de riquezas. Evidentemente, foi idealizada com a finalidade de servir aos interesses do capital, garantindo a manutenção de sua hegemonia econômica e poder político, além de trazer mais produtividade com redução de custos e fortalecer sua estratégia de enfraquecimento da resistência organizada dos trabalhadores.

89) É um caminho sem volta, e sua dinâmica precisa ser compreendida para que esse padrão complexo de incorporação de novas tecnologias — que vem tensionando as formas de trabalhar e de organizar as lutas — leve o movimento sindical a uma reflexão que se desdobre em estratégias capazes de garantir a incorporação de procedimentos e adaptações defendidas pela classe trabalhadora. Trata-se, indiscutivelmente, de um modelo tecnológico que reproduz as relações sociais de dominação e poder da classe dominante.

90) Os investimentos das grandes empresas de tecnologia nesse campo de novos recursos baseados em Inteligência Artificial são volumosos, e seus resultados nas bolsas de valores superam as expectativas de lucratividade. Tão grande quanto essas cifras é o impacto que as novas tecnologias trazem ao mercado de trabalho — motivo de preocupação para estudiosos e entidades de trabalhadores. Observa-se uma guerra pela liderança de mercado, cujo ritmo é ditado por China e Estados Unidos. A Europa, por sua vez, investe menos, mas demonstra maior preocupação com a regulamentação dessas novas tecnologias.

Inteligência Artificial: o ataque ao emprego

91) Em 2023, a empresa de consultoria McKinsey apresentou um estudo que previa que, até 2030, a Inteligência Artificial Generativa — um ramo da IA focado na criação de conteúdo novo com base em padrões identificados nos conjuntos de dados de treinamento —, juntamente com outras tecnologias de automação, será capaz de substituir quase um terço das horas de trabalho humano nos Estados Unidos. O estudo identificou que, nesse estágio, a automatização e a substituição atingiriam trabalhadores altamente qualificados: profissionais das áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

92) Outro estudo, realizado no mesmo período pela Goldman Sachs — uma das principais empresas globais de banco de investimento e gestão de ativos —, apontou que cerca de 300 milhões de empregos poderão ser afetados nos próximos anos. O levantamento menciona que as tarefas com maior probabilidade de serem automatizadas são as de escritório e suporte administrativo. Em segundo lugar, vêm os trabalhos jurídicos; em terceiro, as tarefas repetitivas nas áreas de arquitetura e engenharia. Em seguida, aparecem as ciências biológicas, físicas e sociais, além das operações comerciais e financeiras.



93) Esse panorama pouco otimista da realidade do mercado de trabalho no hemisfério Norte tende a ser ainda mais cruel nos países da América do Sul. A digitalização está transformando o mercado de trabalho na América Latina em diferentes graus, conforme a natureza das tarefas realizadas. Diferentemente de outras Regiões, que investem ou regulamentam esse processo, especialistas apontam que esses países ainda estão apenas observando e consumindo as tecnologias, embora seus efeitos já sejam sentidos no trabalho individual e coletivo.

94) Outro aspecto que precisa ser avaliado pela classe trabalhadora, ao propor modelos de produção mais sustentáveis visando à adaptação à atual crise climática, diz respeito ao consumo de recursos energéticos e minerais necessários para manter esses grandes campos tecnológicos em funcionamento. Indicadores apontam que esse setor será responsável por 14% das emissões globais de gases de efeito estufa até 2040. A América do Sul permanece, nessa lógica de desenvolvimento tecnológico, como exportadora de matérias-primas — especialmente minerais raros —, com pouco investimento em ciência e tecnologia e sem intervir nos rumos ditados por outras nações.

Discutir Inteligência Artificial nas Mesas de Negociação

95) O movimento sindical deve compreender que é fundamental colocar a transformação digital como ponto de destaque nas mesas de negociação e no debate político mais amplo. É essencial reverter os aspectos negativos dessas novas tecnologias e, para isso, são necessárias estratégias que ampliem a capacidade de intervenção e monitoramento dos Sindicatos e da classe trabalhadora. Há desafios iniciais que afetam diversos países da América do Sul, como garantir o acesso à internet de qualidade e lidar com a desigualdade na distribuição de tecnologias.

96) Está evidente que muitos empregos desaparecerão e outros surgirão a partir dessas novas tecnologias. É tarefa dos Sindicatos e do poder público, segundo especialistas, garantir o acesso à internet e às tecnologias que capacitem os trabalhadores a se beneficiarem dos recursos da economia digital — ou seja, uma agenda de políticas públicas que promova a inclusão digital. As mudanças tecnológicas na América Latina ainda ocorrem sob o signo da desigualdade e da exclusão. Dados de 2023 indicam que dois quintos da população ainda não têm acesso aos benefícios da conectividade digital.

97) Estudiosos defendem a necessidade de discutir com outras nações o papel dos países na cadeia global de produção, para que haja mais equilíbrio na fabricação de produtos e na distribuição das tecnologias de alto valor agregado. O objetivo é evitar que reste apenas à América Latina o ônus ambiental, social e trabalhista. O movimento sindical se depara com esses desafios relacionados ao futuro do trabalho e precisa se aperfeiçoar, buscando estratégias para compreender e enfrentar essas transformações.

98) As novas tecnologias modificam as formas de controle do trabalho. Mesmo com diferentes graus de desenvolvimento tecnológico entre as nações, todas, de alguma forma, são afetadas por essa realidade, que envolve automação, robótica, internet das coisas, digitalização, engenharia genética, inteligência artificial, biotecnologia, nanotecnologia, entre outros avanços. As tecnologias de plataforma e aplicativos permitiram o acúmulo de dados e informações coletadas de seus usuários, o que representa o verdadeiro valor para as *big*



techs. São tecnologias baseadas em IA, como *big data*, mineração de dados (*data mining*) e aprendizado de máquina (*machine learning*), que permitem analisar dados, avaliá-los e tomar decisões sem intervenção humana.

Inteligência Artificial como mecanismo de controle

99) Segundo especialistas, essas ferramentas ampliaram o controle sobre os trabalhadores e o gerenciamento do trabalho, estando a serviço da lógica capitalista. *“Nos sistemas de Inteligência Artificial, a experiência do trabalho tem mudado com o aumento da monitorização, da avaliação algorítmica e da modulação do tempo. Do uso mais comum de câmeras no local de trabalho a sensores em celulares, tablets, carros, semáforos, fotos e mídias sociais. É comum que dispositivos e aplicativos identifiquem onde estamos, o que fazemos, como fazemos, quais são nossas preferências, gostos e opiniões”*, identificam estudos.

100) Os estudiosos destacam que a portabilidade possibilitada por laptops e celulares redefine o espaço de trabalho e reconfigura os limites entre o público e o privado, expondo o trabalhador a um descontrole do tempo de trabalho. Isso faz com que, em muitos casos, se trabalhe cada vez mais. Há, ainda, os fenômenos do trabalho informal, do teletrabalho e do trabalho em plataformas, que desconstroem as formas tradicionais de representação dos trabalhadores.

101) Pesquisas identificam que a conectividade modifica a percepção do espaço em termos de público e privado, assim como do tempo de trabalho. Trata-se de uma nova configuração da jornada semanal, dos turnos e das pausas. Questionam os estudiosos: *“Como se opor à máxima desterritorialização e à gestão autônoma do tempo de trabalho presentes nas plataformas? Como dimensionar e se proteger do controle e da denúncia promovidos por clientes, consumidores e, principalmente, algoritmos, sobre o trabalho de um prestador de serviços ou de um atendente?”*.

102) Há um consenso de que os dados são o petróleo do século XXI. A Inteligência Artificial utiliza os dados coletados por aplicativos para absorver o conhecimento humano — suas experiências, pensamentos, raciocínios e até sentimentos —, transformando-os em mercadoria para o capital. Uma discussão fundamental, que deve integrar a pauta da luta da classe trabalhadora e de suas entidades representativas, é justamente como controlar, proteger e analisar os dados privados dos usuários, a fim de garantir que seus direitos humanos não sejam violados e que não haja superexploração da força de trabalho.

Apropriação das novas tecnologias

103) Para muitos estudiosos do tema, as entidades sindicais devem incluir em sua agenda estratégica temas prioritários como a capacitação ao longo da vida profissional para o uso de novas tecnologias, a proteção de dados dos trabalhadores, o direito à desconexão digital, a contribuição efetiva nas discussões sobre novas tecnologias e o repensar dos tempos de trabalho. Este último item tem como foco a redução da jornada laboral, em virtude do aumento da produtividade proporcionado pelas novas tecnologias.

104) Cabe ao movimento sindical, observam pesquisadores, compreender essas mudan-



ças e encontrar respostas que incluam os novos trabalhadores do mundo digital em espaços ou formas de representação que lhes garantam direitos e ferramentas, auxiliando-os na superação das atuais condições que os mantêm presos a um sistema ainda mais opressor e desumano. O sindicalismo deve se organizar e se qualificar para entender as novas demandas dos processos produtivos baseados em Inteligência Artificial, apropriando-se dessas tecnologias para melhor representar seus trabalhadores.

105) Outro caminho defendido é a convergência entre políticas estatais e sindicais para garantir a proteção dos dados dos cidadãos e dos trabalhadores, como, por exemplo, a elaboração de marcos regulatórios. O debate sobre o uso da Inteligência Artificial faz parte da agenda estratégica da CUT. A Central realiza debates, seminários e formações, assim como participa de discussões nos espaços onde esse tema está sendo avaliado. Já em 2023, a CUT e demais Centrais Sindicais divulgaram uma Nota cobrando a regulamentação do uso dessa ferramenta, com base no Projeto de Lei nº 2.338/2023, que se encontrava no Senado, por entenderem que ele estabelece fundamentos para o desenvolvimento desses sistemas.

106) As entidades destacaram que essa discussão é comum em todo o mundo, inclusive com a aprovação, pelo Parlamento Europeu, de legislação sobre o tema. Assim, as nações precisam encontrar convergência nas regras sobre o uso da Inteligência Artificial e fomentar a cooperação, a fim de preservar a existência humana. A Nota das Centrais justifica: *“esses sistemas demandam regulamentação, pois a sua utilização sem que se respeitem determinados padrões éticos pode gerar diversos distúrbios nos ambientes virtuais ou reais. A manipulação de informações com objetivos políticos, ideológicos ou comerciais; a disseminação das assim chamadas fake news; a possibilidade, mais do que de prever os comportamentos dos indivíduos, mas de influenciá-los através do uso inteligente desses enormes bancos de dados, são desafios, entre outros, que não poderiam, ou poderão, ser combatidos sem que paralelamente ao seu desenvolvimento sejam pensadas e criadas também as ferramentas adequadas e disponíveis para a população”*.

CUT e governo federal discutem Inteligência Artificial

107) Em agosto de 2024, a CUT protagonizou a discussão sobre o tema da Inteligência Artificial durante o encontro do grupo L20 (do Trabalho) do G20, realizado em Fortaleza (CE). Na ocasião, destacou que as tecnologias são conquistas da humanidade e não podem estar a serviço exclusivo do capital. A Central defendeu parcerias com o setor acadêmico, com pesquisadores e organismos internacionais para avançar nas discussões sobre o assunto, e para que o tema passe a integrar a pauta das negociações coletivas. Esse espaço permitirá discutir a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, além do controle social e da participação dos trabalhadores na elaboração e monitoramento de políticas públicas relacionadas ao tema, sempre considerando a profundidade dos impactos da IA na vida humana.

108) Há debates em curso em entidades internacionais parceiras da CUT, acompanhados de perto pela Central. A AFL-CIO, maior Central Sindical norte-americana, realizou em 2023 uma parceria com a Microsoft para dialogar sobre como a Inteligência Artificial deve considerar as necessidades dos trabalhadores e incluir suas opiniões no desenvolvimento e implementação de tecnologias nos setores produtivos. O Acordo elencava três objetivos principais: *“compartilhar informações detalhadas com líderes sindicais e trabalhadores sobre as*



tendências tecnológicas da IA; incorporar as perspectivas e experiências dos trabalhadores no desenvolvimento da tecnologia; e ajudar a moldar políticas públicas que apoiem as habilidades tecnológicas e as necessidades dos trabalhadores de linha de frente”.

109) A Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) publicou boletins e relatórios para aprofundar o debate do sindicalismo no contexto da digitalização, com destaque para a Inteligência Artificial e a agenda de gestão algorítmica do trabalho. A proposta da entidade é *“compreender o impacto da digitalização no trabalho e estabelecer estratégias que assegurem a implementação de novas tecnologias que respeitem e preservem os trabalhadores, promovam a equidade, a justiça social e o desenvolvimento sustentável no âmbito laboral”.*

110) A Europa obteve avanços na regulamentação dessas novas tecnologias, com destaque para os aspectos de controle sobre os trabalhadores e de distribuição de tarefas. Isso facilitou o avanço das Centrais Sindicais europeias em conquistas para os trabalhadores. Nos Estados Unidos, também há progresso, com o diálogo direto entre empresas e representantes dos trabalhadores para influenciar o uso das ferramentas de Inteligência Artificial. Em diversos países, o setor acadêmico realiza parcerias com movimentos de trabalhadores.

111) A regulamentação das redes sociais, plataformas e da Inteligência Artificial faz parte da agenda do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dialoga com outros países para consolidar debates e parcerias voltadas ao tema. Em 2023, Brasil e França assinaram um Acordo sobre tecnologia digital e Inteligência Artificial. *“O Brasil e a França trabalharão juntos em ações cujo objetivo será assegurar que todos tenham acesso adequado aos benefícios da Inteligência Artificial, inclusive por meio de serviços públicos eficazes que empreguem essa tecnologia. Da mesma forma, combaterão o uso inadequado da Inteligência Artificial que conduz à desinformação e aos discursos de ódio, ameaças tanto para as sociedades quanto para as democracias”*, afirma o Acordo.

112) Durante a “5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, em 2024, o governo lançou o “Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024–2028”. Com investimento de R\$ 23 bilhões, o Plano visa transformar o país em referência mundial em inovação e eficiência no uso da Inteligência Artificial, especialmente no setor público. A iniciativa prevê a criação de um supercomputador de alta performance, essencial para o processamento de grandes volumes de dados e para o desenvolvimento de algoritmos avançados de Inteligência Artificial.

113) Na Segunda Reunião Técnica do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (GTAC), realizada em Paris, em 2024, o governo brasileiro foi elogiado pelos demais países do G20 por suas iniciativas sobre Inteligência Artificial, bem como pela promoção da integridade e enfrentamento à corrupção. O encontro gerou discussões e aprofundamentos na elaboração de documentos e relatórios, com troca de experiências entre especialistas, grupos de engajamento, sociedade civil e delegações que compõem o G20.

114) Esse compromisso do governo federal com a regulamentação da Inteligência Artificial foi levado ao “27º Congresso Internacional de Direito Constitucional”, realizado em Brasília, em novembro de 2024. A experiência brasileira foi apresentada por representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que destacou a participação social na construção do “Plano Brasileiro de Inteligência Artificial”.



CONJUNTURA NACIONAL

Ecoss da crise econômica e da pandemia

115) Quando da realização do 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT, em 2021, o mundo ainda estava sob os trágicos efeitos da pandemia da Covid-19, que perdurou de dezembro de 2019 a maio de 2023, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em fevereiro de 2020. Estima-se que mais de 20 milhões de pessoas tenham morrido no mundo, com mais de 800 milhões de contaminados. No Brasil, mais de 715 mil vidas foram perdidas e mais de 39 milhões de casos confirmados.

116) Números oficiais de uma crise sanitária de dimensão global que contaminou e comprometeu a economia do planeta, já debilitada desde 2008, com a crise iniciada nos Estados Unidos, quando houve o estouro da “bolha” do sistema de hipotecas. Isso levou à bancarrota várias instituições financeiras daquele país, começando pelo secular banco Lehman Brothers e, num efeito dominó, se expandindo para outras instituições locais e para os principais centros financeiros mundiais. A pandemia, segundo economistas, reacendeu e agravou ainda mais a crise econômica em boa parte dos países.

117) A pandemia no Brasil levou a CNTSS/CUT e seus Sindicatos e Federações ao estado de alerta máximo na defesa dos trabalhadores essenciais – com destaque para os da saúde, pela atuação direta no combate ao vírus –, na cobrança por atendimento rápido e de qualidade para toda a população, na garantia do acesso às vacinas e por mais investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS). A Confederação firmou parcerias com entidades internacionais para denunciar as mazelas do governo Bolsonaro e promoveu campanhas em defesa do SUS, de seus trabalhadores e pela vacinação.

118) Ao final de 2021, o Brasil vivia um cenário de desconfiança quanto ao gerenciamento de sua economia, conforme demonstrado por dados divulgados em junho daquele ano na “Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento”. O estudo “Monitor de Tendências de Investimentos Globais 2021” mostrou que o país teve uma queda de 62% no volume de investimentos externos em comparação com o ano anterior. Os valores passaram de US\$ 65 bilhões em 2019 para US\$ 25 bilhões em 2020.

119) O Brasil deu adeus, durante o governo Bolsonaro, ao posto de país mais atrativo para investimentos na América Latina e no Caribe – posição conquistada durante os governos democráticos e populares dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Segundo o estudo, em 2020, 87% dos países apresentaram uma taxa de investimento maior que a do Brasil. Naquele ano, investidores retiraram US\$ 51 bilhões líquidos do país.

120) No campo político e econômico mais recente, o país ainda vivia os desastrosos efeitos dos últimos anos do governo de extrema-direita protofascista de Bolsonaro, que destruiu a economia, eliminou direitos e políticas públicas, retirou o país do protagonismo geopolítico internacional, incentivou a violência, promoveu políticas de armamento da população, intensificou a misoginia e a LGBTfobia, escancarou o acesso do garimpo ilegal em terras indígenas, entre outras atrocidades. Bolsonaro implementou medidas ultraliberais que levaram



a economia e o mercado de trabalho à bancarrota, comprometendo fortemente o parque industrial brasileiro, além de promover uma política severa de privatização do patrimônio público e ataques aos servidores públicos.

Ressaca pós-Bolsonaro e Lava Jato

121) É necessário lembrar os efeitos perversos na política e na economia ocasionados pela malfadada Operação Lava Jato, capitaneada pelo então juiz Sérgio Moro – que posteriormente se tornou ministro da Justiça de Bolsonaro. A operação teve como objetivo atacar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, posteriormente, tirá-lo da disputa das eleições de 2018. Ficou comprovado nacional e internacionalmente que se tratou de um processo fraudulento, espúrio, contaminado por tramoias jurídicas, parcialidade e má-fé, que levou à prisão do comprovadamente inocente ex-presidente por 580 dias. Sua inocência foi reconhecida em 2021, com a anulação das condenações pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com base em dois entendimentos: *“o de que o juiz Sérgio Moro foi parcial, comprometendo o direito a um julgamento justo, e o de que os casos tramitaram fora da jurisdição competente”*.

122) À época, estudo realizado pela CUT e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelou que o Brasil perdeu R\$ 172,2 bilhões em investimentos e 4,4 milhões de empregos. A perda em massa salarial foi de R\$ 85,8 bilhões. Essa destruição aprofundou a crise econômica e causou queda no Produto Interno Bruto (PIB), que poderia ter crescido 3,6% no período, mas apresentou resultado negativo. A Lava Jato destruiu o projeto de internacionalização das construtoras nacionais, ocasionando milhares de demissões na construção civil e em sua cadeia produtiva.

123) Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstravam a herança deixada por Bolsonaro e pela Lava Jato no mercado de trabalho: entre desocupados, trabalhadores desprotegidos, desalentados, ocupados com insuficiência de horas e em negócios familiares, somavam-se cerca de 60 milhões de pessoas. O DIEESE apontava que quase 80% das famílias estavam endividadas em agosto de 2022, segundo a “Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)”. A inadimplência era recorde. O trabalho sem carteira assinada também bateu recorde no governo Bolsonaro, atingindo 12,9 milhões de pessoas em 2022, um aumento de 14,9% em relação a 2021. Outro recorde: 38,8 milhões de trabalhadores estavam na informalidade.

Antagonismo: concentração de renda x fome

124) Estudo divulgado pelo Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) mostrou que a fortuna dos mais ricos do Brasil cresceu a um ritmo três vezes maior que a média registrada pelos 95% restantes da população entre 2017 e 2022. Enquanto a maioria teve um crescimento nominal médio de 33% em sua renda no período, os mais ricos registraram variações de 51%, 67% e até 87%. Entre as 15 mil pessoas que compõem o 0,01% mais rico, o crescimento foi de 96%. Privilégios tributários na atividade rural e no recebimento de lucros e dividendos foram os principais causadores do aumento das desigualdades.

125) Outro retrocesso foi a volta da fome para a população em situação de maior vulnerabilidade social, bem como o aumento do número de famílias em extrema pobreza. O Brasil, que havia saído do Mapa da Fome em 2014, durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, voltou a conviver com essa realidade sob Bolsonaro, em 2022. Segundo dados da ONU, o número de pessoas enfrentando insegurança alimentar e nutricional grave chegou a 33,1 milhões (15,5% da população), sendo que 61 milhões de brasileiros tinham dificuldade de se alimentar.

126) Durante o governo Bolsonaro, o país sofreu retrocesso no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, que considera expectativa de vida ao nascer, escolaridade e renda *per capita*. Dados do “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)” indicaram que o Brasil terminou 2022 com índice de desenvolvimento inferior ao de 2019. Entre 193 nações, o país ocupava a 89ª posição.

127) Bolsonaro levou o país a resultados desastrosos no *ranking* das maiores economias do mundo: o Brasil caiu para a 13ª posição. Em 2021, foi ultrapassado pela Austrália. Em 2020, já havia sido superado por Canadá, Coreia do Sul e Rússia, saindo da lista das dez maiores economias do mundo. Durante os governos democráticos e populares (2010–2014), o Brasil se manteve na 7ª posição. Com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país voltou a ocupar o 8º lugar no *ranking* das maiores economias em 2024.

128) Bolsonaro também atacou a China, maior parceiro comercial do Brasil. Negligenciou compromissos do país com o Acordo de Paris (2015) e não observou as metas da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável. Afastou o Brasil do protagonismo que vinha exercendo no BRICS, na ONU, na Organização Mundial da Saúde (OMS), no Mercosul e na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Posteriormente, aproximou-se do Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), formado por oito países com perfil ideológico de extrema-direita neofascista.

Bolsonaro arquiteta golpe contra a democracia e o país

129) Outra faceta abominável de Bolsonaro diz respeito à sua investida sistemática para se manter no poder por meio da violência e de mecanismos golpistas, tentando fragilizar as instituições e corromper a democracia. Durante seu governo, fez uso de uma máquina estruturada de disseminação de ódio e desinformação por meio de *fake news* disparadas massivamente nas redes sociais contra seus adversários e em ataques aos demais Poderes da República, com destaque para o Supremo Tribunal Federal.

130) Atualmente, ficou constatado, a partir de investigações da Polícia Federal, que o “gabinete do ódio”, como ficou conhecido esse sistema, era conduzido dentro do Palácio do Planalto. Nos últimos anos de seu governo, essas investidas foram multiplicadas. O uso da máquina governamental para arregimentar apoio e votos foi abundante e desmascarado pela mídia. Suas ameaças contra os demais Poderes se acirraram. Mas as eleições de 2022 deram a vitória ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

131) O ápice de sua tentativa golpista se deu, como já está sendo provado pelas investigações da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF), com a invasão de Brasília em



8 de janeiro de 2023. As investigações, feitas com muita cautela e precisão, demonstraram um plano golpista que vinha sendo estruturado há muito tempo por Bolsonaro, com a participação de membros de seu governo, de setores da alta patente dos poderes militares e do empresariado, com destaque para o agronegócio.

132) A democracia brasileira, permanentemente ameaçada por Bolsonaro, foi ainda mais aviltada com a ocupação, em vários estados, de agrupamentos de bolsonaristas em frente aos quartéis pedindo o golpe e negando o resultado das eleições. Descobriu-se que a logística desses acampamentos tinha a expertise de membros do Exército e recursos oriundos de setores econômicos. Mais escabroso ainda, além da descoberta de planos de golpe escritos e discutidos no Palácio do Planalto, estava a estratégia posta em prática para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin, e o ministro do STF, Alexandre de Moraes.

133) Além das investigações que estão avançando para desvendar todos os fatos dessa trama sórdida, inclusive com prisões já decretadas, a mais recente situação se deu com a apresentação de denúncia formal contra Bolsonaro e um grupo de aliados por tentativa de golpe de Estado, feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR), em fevereiro de 2025. Em matéria publicada no site G1, de 18 de fevereiro, o documento apresentado pela PGR *“aponta que o ex-presidente liderou uma organização criminosa que praticou atos nocivos contra a democracia e tinha um ‘projeto autoritário de poder’”*.

134) A Procuradoria-Geral da República denunciou Bolsonaro e os demais integrantes da organização criminosa pelos seguintes crimes: *“liderança de organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; e deterioração de patrimônio tombado”*. A Primeira Turma do STF, em março último, decidiu, por unanimidade, tornar réus Bolsonaro e mais sete aliados por tentativa de golpe em 2022. Os acusados passarão a responder a um processo penal, que pode levar a condenações com penas de prisão.

135) A CUT e suas entidades orgânicas mantiveram-se firmes no enfrentamento para denunciar as farsas e violências perpetradas contra o país, a classe trabalhadora e a democracia desde o golpe de 2016, com o *impeachment* ilegítimo da ex-presidenta Dilma Rousseff, que também foi inocentada das acusações feitas à época. Acertadamente, a CUT estabeleceu a estratégia de construir um arco de alianças envolvendo as demais Centrais Sindicais, partidos, setores e movimentos sociais progressistas, com destaque para as frentes *“Brasil Popular”* e *“Povo Sem Medo”*, para a realização da luta conjunta nos campos parlamentar, jurídico e nas ruas, com atos e mobilizações, incluindo greves nacionais.

Mais crise deixada por Bolsonaro

136) O governo Bolsonaro foi um período de grande desinvestimento estatal e nas políticas públicas. No acesso aos dados da situação do país pela equipe de transição para o novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, observou-se que houve um desmonte das políticas públicas no antigo Ministério da Cidadania. A equipe constatou um corte em torno de 96% no orçamento da pasta para o ano de 2023. O diagnóstico demonstrou que as políticas públicas de emprego, renda, emancipação, qualificação, inclusão produtiva, entre



outras, ficaram, por decisão política de Bolsonaro, em segundo plano.

137) Além do desinvestimento e da precarização das condições e relações de trabalho no serviço público, o descontrole orçamentário foi uma das marcas de Bolsonaro. Em seus quatro anos de governo, furou a política de teto de gastos em torno de R\$ 795 bilhões, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE). Foram R\$ 53,6 bilhões em 2019, R\$ 507,9 bilhões em 2020 (período mais intenso da pandemia), R\$ 117,2 bilhões em 2021 e R\$ 116,2 bilhões em 2022.

138) Bolsonaro primou por ataques aos direitos trabalhistas. A CUT intensificou sua luta por defesa e garantia dos direitos da classe trabalhadora, atuando contra as estratégias assumidas pelo governo de extrema-direita de ataques à organização sindical e à negociação coletiva. Durante a pandemia, a Central reafirmou sua luta pela preservação dos empregos e da renda, em defesa dos trabalhadores essenciais e pela vacinação. Foi um período de grande mobilização para garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores e a valorização do serviço público. A CNTSS/CUT esteve integrada nessas lutas e na defesa de mais investimentos para as áreas da Seguridade Social.

139) A ação cutista buscou o enfrentamento à onda de extrema-direita neofascista que vinha se consolidando. Denunciou a misoginia, a LGBTfobia, a violência doméstica, a aporofobia, o racismo, o aumento do armamentismo e da violência, e defendeu o respeito às políticas sociais, aos direitos humanos e às conquistas da classe trabalhadora. Foi um período em que se ampliou o relacionamento com os movimentos sociais e se consolidou a atuação do Fórum das Centrais Sindicais.

Avanço da extrema-direita neofascista no país

140) Em 2022, a partir da ação da classe trabalhadora e dos movimentos e instituições progressistas, foi possível tirar do poder o projeto ultraliberal e de extrema-direita neofascista representado por Bolsonaro com a vitória do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Uma vitória que não foi comemorada apenas pelos setores progressistas brasileiros, mas teve uma repercussão mundial importante na luta contra a extrema-direita que vem se articulando globalmente.

141) Mesmo com a vitória do campo progressista em âmbito federal, as forças de extrema-direita continuam organizadas na sociedade e no Congresso Nacional, onde a bancada que representa esse setor cresceu e impede os avanços necessários para que o atual governo aplique seu projeto político referendado pela população nas urnas. O resultado do pleito demonstrou que a extrema-direita brasileira conta com apoio de cerca de 25% do eleitorado. Houve um crescimento de eleitos desse campo em vários estados e municípios, com representantes nos Executivos e Legislativos.

142) A radiografia do Congresso Nacional aponta um Centrão ainda mais fisiológico e fortalecido pela relação que teve com Bolsonaro, que lhes garantiu acesso ilimitado a recursos por meio de emendas parlamentares. Essa questão é tema de inúmeras denúncias de uso indevido desses valores, o que tem suscitado atenção especial do STF. O atual Congresso não tem apenas travado o avanço das propostas apresentadas pelo governo federal, como



também impede que os parlamentares que representam a classe trabalhadora possam reconquistar e avançar em direitos voltados à população, aos trabalhadores e ao movimento sindical.

143) Essa nova configuração de poder fez com que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito a partir de uma Frente Democrática envolvendo partidos de esquerda e de centro, tivesse que se aproximar de legendas mais à direita para garantir sua governabilidade. Com isso, teve que ceder cargos nos ministérios, nas demais estruturas do governo, em autarquias e estatais. Mas isso não significou apoio incondicional ao governo. Muitas dessas lideranças ainda cortejam a extrema-direita, visando ampliar seu cacife eleitoral.

144) O mesmo fenômeno de contaminação pela extrema-direita foi comprovado dentro das estruturas do Executivo Federal, de segmentos do Judiciário e permanece latente nas Forças Armadas e Forças Policiais. Esse contágio é facilmente constatado com a disputa que se trava em torno de uma possível anistia aos golpistas. A CUT e demais setores progressistas da sociedade são veementemente contrários a qualquer tipo de anistia que beneficie os responsáveis pela trama construída para perpetuar no poder a extrema-direita representada pelo projeto profascista de Bolsonaro.

145) O país e a classe trabalhadora ainda passaram por uma prova de fogo com a permanência, na presidência do Banco Central, do bolsonarista Roberto Campos Neto (2019 a 2024). Com sua clara política de sabotagem ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Campos Neto consolidou sua política monetária de manter a taxa de juros em índices estratosféricos. Ao presidir sua última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), em dezembro de 2024, deixou a taxa em 12,25% ao ano. Quando chegou ao Banco Central, a taxa era de 6,5% ao ano. Ao privilegiar o capital rentista — setor que representa —, que conquistou lucros exorbitantes, o setor industrial encontrava-se em permanente dificuldade de realizar investimentos.

146) O Brasil possui a maior taxa de juros do mundo. Essa situação impede o avanço ainda mais rápido da recuperação da industrialização brasileira e de outros setores produtivos. Indicadores de 2022 demonstraram que a indústria brasileira faturava, naquele momento, 22,5% a menos do que quando a ex-presidenta Dilma Rousseff estava no poder. O atual governo tem como uma de suas metas recuperar o potencial produtivo da indústria brasileira e, conseqüentemente, gerar mais emprego e renda, porém essa taxa de juros se transforma em um empecilho para atingir esses objetivos.

147) O descalabro dessa situação foi denunciado pela CUT nos mais diversos espaços institucionais e em manifestações de rua. Para a Central, a queda nos índices dessa taxa diminuiria a pressão inflacionária e permitiria que se pudesse investir na produção e na geração de emprego e renda. Os principais beneficiados com os juros elevados são os detentores dos títulos da dívida pública, que atualmente são as instituições financeiras. São números impensáveis: dados do IBGE indicam que o montante de juros da dívida do governo federal em 2023, calculado pelo Banco Central, alcançou R\$ 614 bilhões.



Retomada do projeto democrático e popular

148) A partir de 2023, o país vem recuperando o caminho do crescimento socioeconômico por meio das políticas implementadas pelo governo democrático e popular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A CUT entende que a vitória do campo progressista representa a retomada de um projeto de desenvolvimento pautado no crescimento econômico sustentável com distribuição de renda, que também tem como objetivo *“resgatar a nação do retrocesso político e social em que foi mergulhada e romper o isolamento em que o país foi colocado no cenário internacional”*. A Central observa ser possível ampliar a participação popular por meio das ações de Controle Social nos espaços de construção das políticas públicas e de fortalecimento da democracia.

149) A CUT acompanha esse processo de recuperação do país com o objetivo de apresentar as pautas da classe trabalhadora e cobrar avanços que recuperem e ampliem os direitos trabalhistas, além de políticas públicas voltadas ao bem-estar e à recuperação do emprego e da renda da população. Para isso, mobiliza suas entidades para atuarem junto ao governo na defesa de suas demandas. Para a Central, é fundamental manter a autonomia e a independência neste momento em que se recupera a possibilidade de diálogo construtivo com o Executivo Federal, visando ao fortalecimento da organização e da ação sindical, assim como dos setores populares.

150) A CUT observa o compromisso assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dialogar, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, com as Centrais Sindicais sobre a pauta da classe trabalhadora. De imediato, o governo instituiu três Mesas de Negociação para definir políticas de valorização do salário mínimo, regulação do trabalho por aplicativo e valorização da negociação coletiva/fortalecimento da organização sindical. Ainda em 2023, o presidente sancionou a Política de Valorização do Salário Mínimo e aumentou a faixa de isenção do Imposto de Renda, medidas que não eram tomadas havia sete anos. O salário mínimo é referência para mais de 25 milhões de brasileiros, além de quase 38 milhões de aposentados e pensionistas. Desses, 25,4 milhões estão no piso e são diretamente impactados pela política de valorização.

Mais e melhores políticas sociais

151) A CUT também cobrou a recuperação de políticas públicas voltadas aos interesses da classe trabalhadora e do conjunto da sociedade. Nesse campo, a CNTSS/CUT e suas entidades filiadas tiveram papel importante ao dialogarem com o governo sobre as áreas da Saúde, Previdência e Assistência Social, tão aviltadas pelas políticas de austeridade fiscal e de desfinanciamento promovidas por Temer e Bolsonaro. A partir do diálogo em diversas esferas de Controle Social, as lideranças atualizaram o governo quanto às demandas mais urgentes, com referência aos retrocessos causados por esses dois governos.

152) De imediato, o atual governo investiu em 75 iniciativas para apoiar a população, entre a retomada de programas e a criação de novos. A classe trabalhadora conquistou a retomada de obras de infraestrutura, moradias e iniciativas de transferência de renda, além de políticas públicas voltadas à população em vulnerabilidade social. Entre as ações que



marcaram o primeiro ano do novo governo, destacam-se a retomada de programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, Mais Médicos, Bolsa Verde e Farmácia Popular. Também foram lançados o Programa Escola em Tempo Integral, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Desenrola Brasil.

153) Outro ponto de destaque nas demandas apresentadas pela CUT, e referendado pela CNTSS/CUT, diz respeito à valorização do servidor público. Logo no início do governo, a retomada do diálogo produtivo entre essas lideranças e os ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) permitiu o fechamento de um Acordo com os servidores, prevendo reajuste de 9% nos salários como forma de recuperar parte das perdas impostas pelos governos anteriores.

154) Mesmo com essa conquista, os trabalhadores mantiveram sua organização e continuaram a cobrar do governo novos avanços, o que levou à deflagração de uma greve do serviço público federal em 2024. A CNTSS/CUT foi uma das protagonistas desse processo e, para defender os interesses dos servidores, assinou um Acordo em agosto de 2024, garantindo que os valores definidos para o reajuste salarial fossem incorporados ao Orçamento Federal, entregue ao Congresso Nacional com tempo hábil para honrar esse compromisso conquistado com a greve. Os trabalhadores também obtiveram a interrupção das privatizações de empresas públicas consideradas estratégicas.

155) O problema da fome, que cresceu enormemente nos governos Temer e Bolsonaro, foi levado pela classe trabalhadora à discussão urgente com o governo, que já elencara esse tema como uma de suas prioridades. A CUT incluía o combate à fome como uma das pautas centrais reiteradas com a criação, em 2022, dos Comitês em Defesa da Classe Trabalhadora. A resposta do governo veio com a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), desativado em 2019 por Bolsonaro. A partir daí, várias ações e programas foram implementados.

156) Avanços foram alcançados com ações dos programas Brasil Sem Fome e de Aquisição de Alimentos. Em 2023, o governo tirou 24,4 milhões de pessoas da insegurança alimentar severa no Brasil. O país registrou uma redução para 8,7 milhões de pessoas em extrema pobreza, o menor índice da história recente. O aumento do salário mínimo e a recuperação do poder de compra das famílias foram fundamentais para o crescimento econômico e a diminuição da desigualdade social. A renda dos 5% mais pobres cresceu 38%, enquanto a média nacional foi de 11,5%.

157) O país retornou à pauta dos direitos humanos com ações e programas lançados para promover atenção especial aos direitos LGBTQIA+, combater a violência contra a mulher, enfrentar o racismo e apoiar pessoas com deficiência. Em 2023, também se destacou o debate voltado às causas indígenas, povos tradicionais e quilombolas, além da agenda de memória e reparação dos tempos da ditadura. O Ministério da Justiça e Segurança Pública protagonizou ações de defesa da segurança e de combate à proliferação de armas, revogando regras e criando critérios para a concessão de posse e porte.

158) O Brasil recuperou seu papel na discussão sobre clima e meio ambiente, temas de grande interesse para as estratégias da CUT e da classe trabalhadora voltadas à construção de novos padrões sustentáveis de produção e ao enfrentamento das mudanças climáticas.



Foi retomado o Fundo Amazônia, com recursos iniciais de R\$ 5,4 bilhões, para financiar projetos de proteção aos povos indígenas, controle do desmatamento, combate ao garimpo ilegal e promoção do ordenamento territorial da Região. O atual governo desfez retrocessos e implementou avanços, apesar da relação tensa com a bancada do agronegócio no Congresso Nacional. Em 2023, o desmatamento na Amazônia caiu pela metade. Embora ainda alto, retornou aos patamares pré-Bolsonaro.

Recuperando o protagonismo internacional

159) O país reassumiu seu protagonismo na geopolítica mundial com a retomada da política externa ativa e altiva do atual governo. Desde 2023, foram recuperadas iniciativas de integração com os demais países da América do Sul, com o objetivo de ampliar o diálogo internacional, reforçar alianças estratégicas, posicionar-se como país-chave nas discussões sobre combate à pobreza e transição energética, além de abrir mercados aos produtos nacionais. Apenas nos primeiros meses de 2025, 25 novos mercados foram abertos para o agronegócio brasileiro, totalizando 325 novas oportunidades de negócios desde 2023.

160) O Brasil reativou uma agenda de encontros internacionais com chefes de Estado para estreitar as relações diplomáticas e comerciais perdidas no governo Bolsonaro. Voltou a integrar a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Ampliou suas alianças e seu papel de destaque junto ao BRICS e ao Mercosul, além de recuperar sua participação ativa em organismos internacionais, como a ONU, e assumir a presidência do G20.

161) Em 2025, o Brasil reassumiu a presidência do BRICS. Com o tema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”, a presidência brasileira pautará discussões sobre: reforma das instituições de governança global; promoção do multilateralismo; combate à fome e à pobreza; redução da desigualdade; e promoção do desenvolvimento sustentável. Desde 2023, o Brasil já ocupava a presidência do Banco do BRICS, assumida pela ex-presidenta Dilma Rousseff, reeleita agora em 2025.

162) O Acordo Mercosul-União Europeia, acompanhado de perto pela CUT com a finalidade de preservar os interesses dos trabalhadores, foi retomado, e seus termos foram assinados em dezembro de 2024. A parceria com a União Europeia é o maior Acordo Comercial já concluído pelo Mercosul. Os dois blocos somam cerca de 718 milhões de pessoas e economias que, juntas, alcançam aproximadamente US\$ 22 trilhões. Foram conquistados compromissos defendidos pelos trabalhadores, como a proteção ao meio ambiente, a promoção do trabalho decente, o apoio a pequenos produtores, cooperativas, povos indígenas e comunidades locais. O Brasil também garantiu compromissos de transparência e inclusão.

Criação de empregos e geração de renda

163) O país está recuperando sua capacidade de geração de emprego, uma das prioridades colocadas na agenda da CUT e no diálogo travado com o governo. Mesmo com a política de juros altos que permanece no Banco Central e as dificuldades que o atual governo tem em avançar na sua pauta econômica no Congresso Nacional, dados do IBGE demonstraram



que, em 2024, o Brasil registrou a menor taxa média de desemprego desde 2012, atingindo o percentual médio no ano de 6,6%; o trimestre encerrado em dezembro foi de 6,2%.

164) Em números, significa que a população desocupada média em 2024 foi de 7,4 milhões de pessoas, uma redução de 13,2% em relação ao ano anterior (8,5 milhões). Houve ainda o recorde de pessoas ocupadas em 2024: mais de 103,3 milhões, na média do ano, uma alta de 2,6% em relação a 2023 (100,7 milhões). A CUT compreende que houve avanços significativos nessa área, mas mantém sua cobrança por mais e melhores empregos e salários, recuperação de direitos e a garantia de que o crescimento se pautar no trabalho decente e na sustentabilidade defendida pelos trabalhadores.

165) O retorno do projeto democrático e popular foi um marco para a retomada da capacidade do país de avançar e garantir o desenvolvimento socioeconômico com distribuição de renda e criação de empregos. É preciso avançar ainda mais na recuperação de políticas públicas, com destaque às de Seguridade Social. A CUT entende ser um momento privilegiado para que o movimento sindical possa se fortalecer e ampliar sua organização, visando encontrar alternativas para superar as fragilidades decorrentes das Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, idealizadas para retirar direitos dos trabalhadores e enfraquecer o movimento sindical.

166) Para que se avance na retomada democrática, é fundamental que sejam fortalecidos os mecanismos e espaços de participação cidadã e de Controle Social, com iniciativas que ampliem a democracia participativa por meio de Conselhos, Fóruns, Conferências e demais instrumentos criados com a redemocratização do país. O fim das desigualdades e a luta contra as iniciativas da extrema-direita protofascista requerem a adoção de políticas de superação do autoritarismo e o fortalecimento da classe trabalhadora.

167) Há um entulho autoritário, ultraconservador e ultraliberal herdado dos governos Temer e Bolsonaro, que aprofundou as desigualdades oriundas das contradições endógenas do sistema capitalista, e que precisa ser derrotado. A retomada dos padrões e processos democráticos deve fomentar iniciativas que garantam o fortalecimento de políticas públicas eficazes e emancipatórias com ampliação de direitos. A classe trabalhadora entende esse desafio e está presente no campo das disputas contra o capital.

168) Há um intenso esforço para manter as estruturas sindicais firmes e atuantes neste momento em que o ataque às suas finanças foi estrategicamente desferido pelos governos Temer e Bolsonaro para conter a força e a resistência dos trabalhadores. A classe trabalhadora vem se reinventando para garantir a sobrevivência e as capacidades de resistir, lutar e avançar. Desde o 13º CONCUR, em 2019, a Central ampliou o debate sobre organização sindical — debate este aprofundado no seu 14º CONCUR.

Estratégias apontadas no 14º CONCUR

169) Foi com essa retomada das forças do campo democrático e popular, com o resultado obtido nas eleições de 2022, que a CUT foi para seu 14º CONCUR, em 2023, quando completaria 40 anos de formação. Aos delegados e delegadas de todo o país presentes ao Congresso Cutista coube a tarefa de repensar estratégias de organização e fortalecimento



do movimento sindical, atacado por Temer e Bolsonaro com medidas para enfraquecer os Sindicatos e retirar direitos dos trabalhadores.

170) A CNTSS/CUT esteve representada por seus dirigentes nacionais e lideranças de suas entidades filiadas e pôde contribuir com as discussões estabelecidas pela Central como prioritárias para os próximos anos. O Texto Base do 14º CONCUT apresentou três eixos para nortear as discussões: *“Fortalecimento do sindicalismo cutista. Valorização da negociação e atualização da organização sindical”*; *“Protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania”*; *“Intervenção da CUT na reconstrução do desenvolvimento econômico sustentável e combate à desigualdade”*.

171) A Central definiu potencializar sua atuação nos diversos espaços de organização e cooperação do movimento sindical internacional, como a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), diversas Federações Globais, a Internacional Progressista, o *Washington Brazil Office*, o Fórum Social Mundial, a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), tendo como perspectiva a luta contra a exploração capitalista, o neoliberalismo, a extrema-direita e a defesa de um novo modelo de sociedade.

172) A CUT observava que a retomada do protagonismo do país na geopolítica internacional, pautada na soberania e nos interesses nacionais, com destaque às interações multilaterais com o BRICS, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Mercado Comum do Sul (Mercosul) e países da África, era uma forma de potencializar a unidade e estratégias comuns de luta da classe trabalhadora. Defendeu a participação na reestruturação da coordenação das Centrais Sindicais nesses espaços, sempre de forma autônoma e independente dos governos. A CUT reiterou a unidade do sindicalismo internacional como forma de ampliar as conquistas da classe trabalhadora e na perspectiva da defesa das lutas sociais por direitos e contra qualquer forma de exploração. Definiu atuar nos grupos de trabalhadores dos países membros do G20, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dos BRICS e do Mercosul.

173) A Central deve atuar junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para avançar na regulamentação do trabalho em plataforma e pela defesa do trabalho formal, além de reiterar suas bandeiras pelo direito de greve e proteção social no trabalho. A CUT mantém entre suas prioridades, junto ao Congresso Nacional, as ratificações das Convenções nº 190, sobre assédio e violência no trabalho, e nº 156, sobre igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores; além das regulamentações das Convenções nº 151, negociação coletiva no serviço público, e nº 169, povos indígenas e tribais.

174) Junto à CSI, a CUT faz a defesa dos trabalhadores, tendo como foco a organização do capital em cadeias globais de produção, comercialização e prestação de serviços, a partir de reformas sindicais internacionais adequadas à organização em cadeia global. Tendo como referência as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os princípios diretores da ONU e a declaração da OIT sobre Multinacionais, manterá a luta por tratados sobre empresas e direitos humanos.



175) A Central entende que a defesa de um novo modelo de produção e consumo reforça a cobrança por trabalho decente e mais direitos sociais. Uma transição que deve garantir condições de vida e trabalho dignas, respeito aos direitos humanos e igualdade de oportunidades aos trabalhadores e comunidades. A CUT indicou, para o próximo período, áreas de intervenção pautadas no tripé: fortalecimento da organização sindical, defesa da democracia e desenvolvimento sustentável; ao mesmo tempo em que destaca prioridades de ação em cada um desses campos, no âmbito nacional e internacional.

176) De forma autônoma e independente, a Central defende uma ação sindical que permaneça pressionando o Estado para avançar nas políticas de proteção social, de combate à fome e às desigualdades sociais e de criação de empregos de qualidade e por distribuição de renda, assim como combate ao trabalho precário. Exige ainda mudanças no marco regulatório das relações de trabalho, na perspectiva de valorizar a negociação coletiva e atualizar a organização sindical. A CUT compreende que o fortalecimento dos Sindicatos, tendo o trabalhador como protagonista, deve ampliar o diálogo com os movimentos populares e buscar avanços no acesso à informação, à comunicação e no combate à exclusão social.



Balanço Político e Organizativo do Mandato 2021–2025

Classe trabalhadora: resistir e avançar sempre

177) Quando da realização do 8º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), em 2021, a classe trabalhadora e a sociedade brasileira passavam pelas tormentas advindas da pandemia da Covid-19, ampliada por uma forte crise de perda de direitos, precarização das condições e relações de trabalho e de vida, recrudescimento da violência, ataques à democracia e às suas instituições, e avanço do projeto ultraliberal de extrema-direita neofascista e golpista de Bolsonaro. A CNTSS/CUT, em conformidade com as estratégias definidas pela CUT, manteve seu empenho na organização e resistência dos trabalhadores para avançar na pauta da classe trabalhadora, dos direitos sociais e trabalhistas e na manutenção da democracia com soberania nacional.

178) Mesmo com os ataques contra o movimento sindical e sua condição de financiamento, a classe trabalhadora brasileira teve que se reinventar e resistir. No período dos governos Temer e Bolsonaro, foram inúmeras as mobilizações de rua e greves em todo o país para protestar contra os desmandos e o autoritarismo impostos à sociedade. A CNTSS/CUT acompanhou a agenda da Central e esteve integrada em seus estados para a preparação de atos e mobilizações, por entender que somente com muita mobilização e pressão social haveria avanços em direitos e na manutenção da democracia.

179) A CNTSS/CUT tem a defesa e o fortalecimento de seus Sindicatos e Federações como metas permanentes para que seja possível avançar nas conquistas da classe trabalhadora, nas políticas da Seguridade Social, na valorização dos trabalhadores e na defesa da democracia e do Estado de Bem-Estar Social. Valoriza a integração de suas lideranças nos espaços de Controle Social como forma de interagir e interferir no processo de tomada de decisões e definições sobre políticas públicas e de direitos dos trabalhadores.

180) A Confederação compreende que, junto aos demais setores sociais progressistas, deve-se buscar a recuperação da autonomia e da liberdade democrática e a configuração de um projeto de desenvolvimento do país no qual prevaleçam os interesses da classe trabalhadora e dos setores populares comprometidos com a superação da exploração do trabalho e do sistema capitalista, e com a construção de um sistema sustentável de desenvolvimento.

Ataques contra a Seguridade Social e a disputa do Fundo Público

181) Desde o golpe de 2016 até o fim do governo Bolsonaro, em 2022, os ataques às políticas de Seguridade Social foram perpetrados sistematicamente, seguindo a cartilha ultraliberal e de extrema-direita focada no enfraquecimento do Estado e na eliminação das políticas públicas de proteção social e de direitos trabalhistas. O caminho para o Estado Mínimo, sinalizado por Temer, foi ampliado por Bolsonaro com sua necropolítica e iniciativas de cunho ultraliberal na economia.

182) O avanço das Contrarreformas e das inúmeras medidas precarizantes e de retirada de direitos realizadas nesse período comprometeu a Seguridade Social. O desfinanciamento, o enfraquecimento das redes de atendimento e das políticas e programas públicos, a precarização das condições e relações de trabalho e a desvalorização dos trabalhadores foram marcantes nesse período e afetaram o atendimento prestado à população em vulnerabilidade social.

183) O desemprego estrutural, a informalidade e a precarização do trabalho, presentes nos governos Temer e Bolsonaro, colocaram parte da população alijada da proteção social do Estado. A resposta de Bolsonaro a essa situação foi aprofundar ainda mais a crise com seu aceno ao ultraliberalismo e ao capitalismo rentista, que disputa o Fundo Público e o direciona em favor do capital, seja pela redução dos investimentos em políticas sociais e maior destinação de recursos para serviços e amortização da dívida pública, seja pela via da privatização.

184) Os direitos conquistados no âmbito da proteção social devida pelo Estado, por meio da política de Seguridade Social, foram atacados. Além de ter estabelecido um novo modelo de proteção social, a Constituição Federal Cidadã de 1988, em seu artigo nº 195, definiu as fontes para garantir tais políticas, o que coloca o Estado como responsável pelo financiamento das necessidades básicas da sociedade. Porém, conforme admitem especialistas, o que se viu foi que isso não aconteceu de fato, seja pela disputa do Fundo Público, seja pela conjuntura do capital e pela exigência de sua agenda neoliberal.

185) O Fundo Público, sendo parte dele resultado dos impostos pagos pela classe trabalhadora, é garantidor do financiamento da Seguridade Social e tem papel central na consolidação das políticas sociais. Este orçamento público, que é alvo da sanha capitalista, é fundamental para a manutenção dos direitos dos trabalhadores, que se apresentam por meio da prestação de serviços e das políticas públicas. O financiamento da Seguridade Social sempre foi fracionado e alvo de disputa política pelas diferentes forças sociais.

186) Potencializado principalmente nesta nova fase de predominância do capitalismo financeiro rentista, esse controle da política neoliberal impõe mudanças na atuação do Estado, levando-o a um conjunto de flexibilizações e desregulamentações, atuando no desmonte dos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores. Para especialistas, o Fundo Público, nesse estágio recente do capital com o uso do mecanismo da dívida pública, passa a contribuir com a reprodução ampliada do capital, que se refestela com as políticas de juros. Há ainda a transnacionalização desses recursos para países da centralidade do capitalismo mundial.

187) Outra ferramenta fiscal de relevância utilizada pelos governos Temer e Bolsonaro para subtrair recursos das áreas sociais foi a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como Teto dos Gastos, que praticamente congelava os investimentos públicos por 20 anos, impedindo o aumento real dos investimentos nas políticas sociais. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o SUS deixou de receber R\$ 70 bilhões entre os anos de 2018 a 2022 por conta da PEC nº 95/2016.

188) Segundo estudos, no contexto atual de agudização da crise do capital, as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da privatização e da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e a competi-



vidade. As Contrarreformas implementadas no Brasil nas últimas décadas, que atingiram a Seguridade Social, expressam a ofensiva capitalista em sua busca por superlucros e acumulação predatória.

189) O desmonte das políticas e programas sociais por meio da corrosão de seu financiamento constitui verdadeiro processo de expropriação dos direitos conquistados e favorece enormemente a exploração da força de trabalho e a acumulação de capital. Temer e Bolsonaro optaram pela política de subfinanciamento e desfinanciamento da Seguridade Social. Considerada uma das maiores conquistas presentes na Constituição Federal Cidadã de 1988, a Seguridade Social sempre sofreu ataques e tensionamentos no contexto da luta de classes pela disputa por seus recursos.

190) Como foi observado anteriormente, a atuação da extrema-direita neofascista no país produziu um cenário regressivo de direitos, acrescido de ataques à institucionalidade e à democracia, colocando um desafio descomunal para a classe trabalhadora e os segmentos progressistas do país. Para além do campo político, esse fenômeno atingiu as políticas públicas, com destaque para as que compõem as áreas da Seguridade Social – Saúde, Previdência e Assistência Social.

191) A relevância dessas políticas foi reafirmada durante a tragédia vivida com a pandemia. A unidade das três áreas de atuação da Seguridade Social permitiu que suas políticas públicas e a ação de seus trabalhadores minimizassem os efeitos da catástrofe que se abateu sobre a sociedade. Ainda vivemos um período em que será árdua a luta para erradicar a herança nefasta dos governos pós-golpe de 2016. Dessa forma, recuperar, consolidar e avançar na estruturação das políticas, das redes de atendimento e garantir a valorização dos trabalhadores da Seguridade Social são tarefas fundamentais.

Defesa permanente da Seguridade Social

192) Outra crítica feita consiste na prática nociva de desvio orçamentário destinado à Seguridade Social para outras áreas. Mecanismos fiscais usados historicamente nesse sentido, como a Desvinculação de Receitas da União (DRU), permitem que recursos da União sejam canalizados para a esfera financeira e para a geração do superávit primário. A Emenda Constitucional nº 135, aprovada no fim de dezembro de 2024, ampliou a potência da DRU, de R\$ 21,3 bilhões para R\$ 49,8 bilhões, ao acrescentar as Receitas Patrimoniais ao conjunto de desvinculações, com algumas exceções.

193) Como já vimos, a Constituição Federal Cidadã de 1988 aponta para um diálogo necessário e virtuoso entre as três áreas que compõem a Seguridade Social — Saúde, Previdência e Assistência Social — e que potencializam os resultados de suas ações por conta da complementaridade e matricialidade de seus objetivos e políticas. Com mais de três décadas de existência, o Sistema Único de Saúde (SUS) tornou-se o maior sistema público de saúde do mundo. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) oferta boa parte dos serviços e benefícios de proteção social e possui uma rede nacional estruturada, capaz de dar conta da demanda. Porém, assim como o SUS, sofre com os efeitos nefastos do desfinanciamento.



194) O outro eixo do chamado “tripé” da Seguridade Social é a Previdência Social. Constituída como um sistema solidário — ou seja, uma geração contribui para que a outra geração usufrua —, permite que a estrutura se sustente e se mantenha. A Constituição Federal Cidadã de 1988 atribui papéis à Previdência Social que vão além da concessão de aposentadoria: trata-se de uma rede de proteção aos cidadãos.

195) Faz parte da agenda permanente da CNTSS/CUT e de suas entidades filiadas a defesa da Previdência Pública e de todas as suas políticas sociais integradas, bem como a busca por mais investimentos para o SUS e o SUAS. São bandeiras históricas da Confederação que, assim como a defesa e valorização dos servidores, permanecem entre suas prioridades. A luta por mais financiamento para a Seguridade Social deve ser levada também à CUT.

196) A Seguridade Social é um sistema voltado para combater a desigualdade e garantir de direitos. Por sua condição contributiva e seu princípio de solidariedade, constituída nos parâmetros de equidade, qualidade, universalidade e gratuidade, baseia-se na concepção de que todos têm direito às políticas públicas. São conquistas civilizatórias oriundas de históricas lutas sociais para a criação de laços societários mais humanizadores, a partir de direitos sociais e de cidadania.

197) A CNTSS/CUT defende a realização de uma “Conferência Nacional da Seguridade Social”. Um momento de unidade para a construção de uma sinergia capaz de unificar ainda mais as políticas das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social, permitindo a configuração de um sistema de financiamento eficiente, capaz de operacionalizar e avançar em seus programas e ações, consolidando-os como políticas públicas de Estado, em conformidade com as diretrizes da Constituição Federal Cidadã de 1988. É essencial, para tanto, garantir os mecanismos de Controle Social veementemente defendidos pela CNTSS/CUT.

198) Os delegados e delegadas presentes no 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT sabem do desafio que terão em apresentar estratégias que façam avançar os direitos da classe trabalhadora, garantam avanços nas políticas públicas da Seguridade Social e recuperem a estrutura estatal e seu aparato protetivo. Assim como os ataques ao sindicalismo realizados nos governos Temer e Bolsonaro, as estruturas do Estado Democrático de Direito e de Bem-Estar Social foram afetadas pela ofensiva do capital nacional e internacional. Mesmo com essa dura realidade, a Seguridade Social sempre demonstrou sua importância como política pública de direito.

199) As políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social são essenciais e fazem a diferença na proteção e acolhimento dos direitos dos trabalhadores e dos setores da sociedade em vulnerabilidade social. São áreas que precisam de mais investimentos, e a CNTSS/CUT e suas entidades filiadas estão integradas neste desafio e buscam, por meio da mobilização dos trabalhadores em suas lutas cotidianas e da participação no Controle Social, fazer com que o governo avance em questões que garantam a recuperação das políticas de Seguridade Social dentro da perspectiva de política de Estado; assim como cobram da iniciativa privada sua responsabilidade frente às demandas dos trabalhadores e da sociedade.

200) É preciso comprometer de forma matricial as diversas áreas do governo, visando, a partir da intersetorialidade, possibilitar mais investimentos na Seguridade Social, priorizando suas políticas, a infraestrutura para suas redes e a valorização dos profissionais que atuam nos



seus sistemas. Urge recuperar o papel do Estado como agente cumpridor da Constituição e indutor, defensor e provedor dos direitos universais.

Contrarreformas: ataques aos trabalhadores e às políticas sociais

201) As Contrarreformas Trabalhista, de 2017, e da Previdência, de 2019, foram extremamente nocivas para os trabalhadores e contribuíram para a dilapidação de recursos da Seguridade Social. A da Previdência, por aumentar o tempo de contribuição da classe trabalhadora; a Trabalhista, por flexibilizar os direitos conquistados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A justificativa de que essa Contrarreforma criaria empregos foi logo desmentida no primeiro ano: em 2018, o número de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado atingiu a marca de 11,2 milhões, e os trabalhadores “autônomos” alcançaram o número histórico de 23,3 milhões de subempregados.

202) São medidas que prejudicaram os trabalhadores ao retirar a perspectiva de se aposentarem com dignidade, além de enfraquecerem os recursos destinados à Seguridade Social e direcionarem a inserção aos planos privados de previdência, fartamente disponibilizados pelo setor capitalista. A luta impediu que a Contrarreforma da Previdência de Bolsonaro avançasse no caminho da privatização do sistema. Mesmo assim, estudos indicaram que houve um aumento de 25% na adesão a planos privados de previdência em 2018, em comparação ao ano anterior.

203) As revisões das Contrarreformas Trabalhista e da Previdência devem estar entre as prioridades dos trabalhadores. Na mesma linha de atuação, é preciso manter a luta contra as iniciativas de aplicação da Reforma Administrativa. Os trabalhadores evitaram a aprovação da PEC nº 32/2020 e devem manter essa obstinação em relação a qualquer outra proposta que, definitivamente, leva à destruição do Estado configurado na Constituição Federal Cidadã de 1988 e ataca os servidores nas três esferas de governo, assim como compromete os serviços prestados à população.

204) Outra investida do campo neoliberal foi o aumento do acesso de novas categorias de pessoas jurídicas, de caráter privado, mas consideradas “sem fins lucrativos”, aos recursos provenientes do Estado. A facilitação dessa conduta permite o acesso a setores rentáveis da saúde pública, consolidando a subversão dos serviços públicos à lógica do mercado. Entre as muitas categorias jurídicas que se enquadram nesse perfil estão as Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Sociais (OSs), organizações religiosas e Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs).

205) Atuações dessa natureza consolidam modelos privatizantes de gestão dentro do próprio SUS e comprometem os princípios de universalidade, gratuidade e equidade previstos nas legislações que definem o sistema. O resultado é a precarização do SUS, das relações e condições de trabalho, a desvalorização dos profissionais, a alta rotatividade, a queda na qualidade do atendimento, a falta de transparência na utilização dos recursos públicos, a tecnificação do trabalho por meio do estabelecimento de metas, entre outros.

206) Os ajustes fiscais empreendidos como desculpa para equacionar a dívida pública — leia-se, nas entrelinhas, destinar recursos públicos ao capital — tornaram-se cada vez mais draconianos e enfraqueceram a Seguridade Social. Os plutocratas veem nas políticas sociais a causa do endividamento do Estado, falácia incensada pela mídia corporativa, que evita o fato de que o Fundo Público é entregue ao setor rentista, detentor dos títulos da dívida pública, como já foi apresentado anteriormente.

207) Estudos realizados demonstram que, em 2021, mais da metade do Fundo Público do Estado foi destinado ao pagamento de juros da dívida (50,78%). Neste mesmo período, a Seguridade Social teve o seu menor investimento: 27,87%. É significativo destacar que, mesmo sendo um momento em que se atravessava a pandemia, o governo de extrema-direita profascista de Bolsonaro manteve sua necropolítica acima dos interesses da população.

Participação nos espaços de Controle Social

208) A mobilização dos trabalhadores, dos movimentos sociais e de instituições progressistas levou à conquista de uma importante vitória em 2022, com a recuperação do Executivo Federal pelo projeto democrático e popular representado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, a partir da constituição de uma Frente Democrática, venceu o projeto de ultradireita e profascista de Bolsonaro, que utilizou a estrutura da máquina pública e iniciativas golpistas para se perpetuar no poder.

209) A chegada do novo governo, em 2023, aconteceu dentro de um quadro de forte crise orçamentária na área social. A correlação de forças neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está fragilizada pela ação da extrema-direita no Congresso Nacional e por suas interações no campo social, além dos ataques do capital financeiro. Temer e Bolsonaro apostaram no atrelamento do Estado aos interesses do capital rentista nacional e internacional, o que potencializou a superexploração do trabalho e o comprometimento da democracia e da cidadania.

210) Entre as primeiras medidas do novo governo esteve a negociação e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2022, conhecida como PEC da Transição, que gerou a Emenda Constitucional nº 126/2022, visando à recomposição orçamentária e à garantia dos benefícios sociais. A aprovação dessa EC consolidou uma demanda defendida pela Central e pela CNTSS/CUT, que consistia na derrubada da EC nº 95/2016, do Teto de Gastos. Já no 8º Congresso da CNTSS/CUT, em 2021, um importante diagnóstico sobre esse tema foi realizado, reiterando a luta por sua derrubada como uma das prioridades da Confederação.

211) A classe trabalhadora entende que a inclusão de uma nova regra fiscal, com a elaboração de um novo Arcabouço Fiscal implementado neste atual governo, permitiu avanços imediatos. No entanto, apesar de ser mais flexível do que a política do Teto de Gastos, também engessa a capacidade de investimentos e mantém o controle permanente da atuação estatal. Há um consenso de que isso dificultará o avanço esperado na área social, o que traz o desafio de manter a luta por mais financiamento e mais direitos sociais.



212) A participação da sociedade e da classe trabalhadora nos espaços de Controle Social, resgatados no atual governo, permitiu realizar um diagnóstico da situação de vulnerabilidade social no país e apontar ações de superação. Uma das ações defendidas pelos trabalhadores da Seguridade Social era a reconstrução do Cadastro Único (CadÚnico) para ampliar o acesso, de maneira transparente, aos programas sociais, como forma de reverter o desmonte da rede de proteção social feito por Bolsonaro. Outra ação foi a recomposição e fortalecimento de Conselhos, como o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), presidido no biênio 2023/2024 pela secretária de Políticas Sociais da CNTSS/CUT, Margareth Alves Dallaruvera, e o Conselho de Segurança Alimentar, entre outros.

213) A retomada de programas sociais foi prontamente atendida pelo atual governo. Importantes medidas foram tomadas na política de Saúde, uma das fortes reivindicações da CNTSS/CUT. Como já vimos, o combate à fome voltou a ser prioridade com este novo governo, que assumiu o compromisso de tirar, até 2030, o Brasil novamente do Mapa da Fome. Foi criado o Plano Brasil Sem Fome, composto por 80 ações e programas, com mais de 100 metas propostas pelos 24 ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Contribuindo: 16ª Plenária Nacional e 14º CONCUR

214) Em outubro de 2021, a CUT realizou sua “16ª Plenária Nacional João Felício e Kjeld Jakobsen”, ambos ex-presidentes da CUT que ajudaram a construir a Central e contribuíram com a luta por direitos da classe trabalhadora no Brasil e no mundo. Com o tema “Organização e Unidade para Lutar pela Democracia, pela Vida, contra os Ataques aos Direitos da Classe Trabalhadora”, a Plenária, que teve a inscrição de 950 delegados e delegadas, debateu e aprovou Resoluções para construir um Plano de Lutas em defesa da classe trabalhadora, contra a carestia, pela geração de emprego decente e pelo fortalecimento da democracia.

215) Ao completar seus 40 anos de formação, a Central reuniu lideranças de todo o país no “14º Congresso Nacional da CUT (14º CONCUR)”. Realizado de 19 a 22 de outubro de 2023, em São Paulo, o evento reuniu mais de 2 mil delegadas e delegados para debater as conjunturas nacional e internacional, os desafios da classe trabalhadora, as estratégias e o Plano de Lutas da Central, além de definir a nova Direção para o mandato de 2023 a 2027. O Congresso, que teve como tema “Luta, Direitos e Democracia que Transformam Vidas”, deliberou pela criação de quatro novas secretarias: Economia Solidária; LGBTQIA+; Transporte e Logística; e das Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas.

216) A Confederação esteve representada por seus delegados e delegadas nos dois eventos com a finalidade de contribuir com as discussões da Central e defender as políticas e os trabalhadores da Seguridade Social. Na 14ª edição do CONCUR, a Confederação acompanhou os debates com uma delegação de mais de 80 delegados e delegadas de várias categorias profissionais dos setores público e privado. Suas entidades filiadas — Sindicatos e Federações — participaram de todas as etapas preparatórias à etapa nacional.

217) A CNTSS/CUT manteve sua participação e contribuição na Direção da Central com a eleição de três de suas lideranças: assumiu a Secretaria de Comunicação a também secretária de Comunicação da Confederação, Maria Godoi de Faria; a Secretaria de Combate ao Ra-



cismo passou a ser coordenada pela presidenta da Confederação, Maria Júlia Reis Nogueira, que já ocupou esse cargo na Central; e, na Direção Executiva, foi indicada a secretária-geral do Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP), entidade filiada à Confederação, Juliana Salles de Carvalho.

218) A organização da CNTSS/CUT permitiu que fosse encaminhada e aprovada uma Resolução em defesa da Seguridade Social para ser incorporada no documento final do 14º CONCURTO. O texto enfatizava a relevância do Congresso cutista por incorporar discussões fundamentais sobre a organização da Central e da classe trabalhadora em um momento de retomada do projeto democrático e popular, com o regresso à Presidência da República do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo em que há uma forte resistência política e ideológica de extrema-direita neofascista em espaços da sociedade e no Congresso Nacional.

219) *"Este novo tempo é de conquistar e avançar e, acertadamente, a Central realiza o 14º CONCURTO para consolidar estratégias que tragam justiça social, empregos de qualidade e recuperem e ampliem direitos. A Confederação reafirma a defesa da Seguridade Social, de seus trabalhadores, do Controle Social, do Estado de Bem-Estar Social e do Estado Democrático de Direito. Pretende, por meio deste documento, levar aos delegados e delegadas deste 14º CONCURTO a premência da discussão sobre a Seguridade Social como política pública fundamental para garantir direitos e mecanismos eficazes de combate à herança nefasta dos governos pós-golpe de 2016, cujos frutos foram o crescimento da pobreza, do desemprego, da fome e a destruição do Estado",* destacava o documento.

220) Resultado da discussão coletiva entre suas entidades e dirigentes, o documento observou a relevância das políticas de Seguridade Social e de seus trabalhadores, destacando seu papel como política pública de direito, emancipatória e garantidora de inclusão social e cidadania. Dentre os pontos presentes na Resolução, pode-se observar: a luta permanente pelo financiamento das áreas da Seguridade Social; realização de concursos públicos para recomposição do quadro de profissionais nas três áreas; valorização dos trabalhadores; criação da Carreira Única no Sistema Único de Saúde (SUS); luta contra a entrada do capital internacional no sistema de saúde do país; defesa do fortalecimento do Complexo Industrial Nacional da saúde.

221) O documento foi contundente na defesa das revisões das Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, bem como na rejeição à retomada das discussões sobre a Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020), ou qualquer outra que traga prejuízos aos servidores das três esferas de governo. Como forma de garantir o direito de todo cidadão brasileiro, foi indicada, à época, a reabertura das Agências de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando agilizar o atendimento dos beneficiários do sistema.

222) Na Assistência Social, foi reafirmada a defesa da aprovação da PEC do Financiamento da Assistência Social (nº 383/2017), nos moldes já praticados nas áreas da Saúde e da Educação. Da mesma forma, como nas demais áreas, foi defendida a desprecarização do serviço no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com concursos e políticas de recursos humanos. Destacou-se como prioritário que a CUT se aproprie das políticas de Assistência Social e realize sua defesa, inclusive diante da ampliação da crise social resultante dos governos pós-golpe de 2016.



223) O texto afirmava que: *“os apontamentos e propostas apresentados neste documento para apreciação no 14º CONCUR incorporam as diretrizes da política de Seguridade Social estabelecidas na Constituição Federal Cidadã de 1988 e defendem, ainda, que sua efetiva implementação se faz necessária também por meio do Controle Social. Somente através dos Conselhos implementados e fiscalizados com a participação popular e dos trabalhadores — assim como defendemos a criação de um Conselho da Seguridade Social — será possível obter êxito nessas políticas. Reafirmamos a importância das Conferências como espaços máximos de definição dessas políticas”.*

224) A Confederação e suas entidades filiadas mantêm estreita sintonia com as diretrizes estabelecidas pela CUT, acompanhando sua agenda de lutas. Essa organicidade permite que os temas centrais da Confederação e as reflexões construídas em suas estruturas internas também ecoem na Central, tendo suas teses incorporadas nas estratégias cutistas de defesa da Seguridade Social, dos trabalhadores do setor público e privado, e do Estado de Bem-Estar Social e do Estado Democrático de Direito.

Marcha dos Trabalhadores e das Trabalhadoras

225) A CNTSS/CUT e suas entidades acolheram o chamado da CUT e participaram, em maio de 2023, em Brasília, de uma grande mobilização em defesa da pauta de interesse da classe trabalhadora. Lideranças e trabalhadores de vários estados defenderam direitos, mais e melhores empregos, desenvolvimento econômico e social, distribuição de renda e democracia. Entre as principais bandeiras estavam: emprego decente, igualdade salarial entre homens e mulheres, redução de juros e impostos, valorização do salário mínimo e das aposentadorias, além de solidariedade aos trabalhadores do Rio Grande do Sul atingidos por enchentes.

226) A CUT levou a Brasília temas da pauta da Seguridade Social, como a valorização dos servidores e dos serviços públicos, a luta contra a PEC nº 32/2020 (Contrarreforma Administrativa) e a defesa da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Direção da Confederação aprovou a elaboração de um documento *“que reafirmava as defesas da Seguridade Social, de seus trabalhadores, do Controle Social, do Estado de Bem-Estar Social e do Estado Democrático de Direito”.*

227) O documento da Confederação identificava os temas mais atuais das pautas das áreas da Seguridade Social e cobrava do governo a intensificação de um debate mais eficaz sobre as políticas públicas e seu financiamento, a valorização dos trabalhadores dessas áreas, ações para melhoria das condições e relações de trabalho, e o estabelecimento de processos permanentes e eficazes de diálogo com os trabalhadores.

228) Por meio do documento, a Confederação reiterou junto aos setores do governo a urgência da discussão sobre a Seguridade Social como política pública fundamental para a garantia de direitos e combate à grave crise social deixada pelos governos pós-golpe de 2016. Um quadro alarmante de crescimento da desigualdade social deixado por Temer e Bolsonaro reafirma a importância das políticas e serviços públicos para a grande parcela da população que segue em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



Defesa do Estado, do servidor e das políticas públicas

229) A CNTSS/CUT integra a estratégia da Central de articulação das entidades cutistas representativas dos servidores públicos das três esferas — federal, estadual e municipal. A Confederação é representada por sua presidenta, Maria Júlia Reis Nogueira; o secretário de Finanças, Sandro Alex de Oliveira Cezar; a secretária de Comunicação, Maria Aparecida Godoi de Faria; e os dirigentes nacionais Terezinha de Jesus Aguiar e Ricardo Manzi.

230) Além da Confederação, compõem o grupo as seguintes entidades: Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF); Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM); Federação Nacional dos Servidores e Empregados Públicos Estaduais (FENASEPE); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (SINAGÊNCIAS); e Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES).

231) A iniciativa reúne entidades de servidores públicos para discutir os ataques promovidos por governos, pelo Legislativo e por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), além de acompanhar discussões sobre questões salariais e condições de trabalho que precisam avançar junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Muitas das medidas adotadas por esses espaços decisórios resultam em precarização e ampliação das possibilidades de terceirização no serviço público.

232) A pauta do encontro realizado em fevereiro de 2025 foi bastante expressiva quanto às preocupações mais urgentes dessas entidades. Realizou-se uma análise criteriosa sobre o Regime Jurídico Único (RJU), que, por decisão do STF, deixou de ser obrigatório para a contratação de servidores da administração pública direta, autarquias e fundações. Essa mudança ameaça carreiras e a estabilidade dos servidores.

233) A decisão foi tomada por 8 votos a 3, em novembro de 2024, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.135, que questionava dispositivo da Emenda Constitucional nº 19/1998. Especialistas avaliam que a medida abre espaço para terceirizações e enfraquece as políticas de cargos e carreiras no serviço público, uma vez que, com outras formas jurídicas de contratação, não há clareza sobre quem terá direito à estabilidade.

234) A Reforma Administrativa continua sendo um fantasma que assombra os servidores e o Estado. A mobilização dos trabalhadores durante o governo Bolsonaro impediu que a PEC nº 32/2020 avançasse no Congresso Nacional. A proposta atacava a estrutura estatal, os servidores das três esferas e os serviços públicos oferecidos à população, ao permitir formas precarizadas de contratação, inclusive terceirização, desmonte das carreiras e restrição à estabilidade. Esse debate permanece vivo em razão da decisão do STF.

235) Outro ponto discutido pelo grupo foi a PEC nº 66/2023, que abre novo prazo para parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A proposta prevê que estados e municípios deverão aplicar obrigatoriamente as regras da Reforma da Previdência, mesmo sem alterações legislativas locais — o que preocupa profundamente os trabalhadores e suas entidades, demandando ampla organização e mobilização.



236) Recentemente, sobre este ponto, o Coletivo das Três Esferas do Setor Público da CUT divulgou Nota reiterando a rejeição à PEC nº 66/2023 e defendendo a autonomia federativa e dos direitos dos servidores públicos. O tema, que está em tramitação na Câmara Federal, segundo as lideranças cutistas, tenta impor as regras previdenciárias da União aos demais entes federativos que não se adequaram à EC nº 103/2019, ao mesmo tempo em que representa grave retrocesso social, com impactos diretos sobre os servidores ativos e aposentados.

237) *“A PEC também propõe ampliar parcelamentos de débitos previdenciários e limita o pagamento de precatórios, comprometendo o financiamento dos regimes próprios e o cumprimento de decisões judiciais que garantem direitos como reajustes, pisos salariais e adicionais de insalubridade e periculosidade. Reiteramos que qualquer reforma deve ser construída com diálogo, transparência e participação social. A aprovação dessa PEC, sem debate público e com prejuízos evidentes aos trabalhadores do serviço público, é inaceitável”,* destacam as entidades cutistas.

238) Também esteve em pauta a PEC nº 6/2024, que propõe o fim do confisco das contribuições previdenciárias dos servidores públicos federais aposentados. Antes de 2003, aposentados não eram obrigados a contribuir, mas a Emenda Constitucional nº 41 instituiu essa cobrança para quem ganha acima do teto do INSS. O STF tem se mostrado parcialmente favorável aos servidores, especialmente quanto à ampliação da base de cálculo da contribuição. No entanto, permanece indefinida a questão da alíquota progressiva, que divide votos e exige atenção das entidades sindicais.

239) As entidades cobram do MGI maior transparência nas discussões sobre a Reforma do Estado que vem sendo promovida. Para as lideranças, o ministério tem adotado medidas nesse sentido sem o necessário diálogo com os trabalhadores. Em relação ao Programa de Gestão de Desempenho, as novas regras de avaliação, promoção e progressão na carreira têm ênfase excessiva no mérito individual. Avalia-se que critérios excessivamente meritocráticos aprofundam desigualdades estruturais de gênero, Região e classe social.

240) As lideranças cobram a regulamentação da Convenção nº 151 da OIT, que trata do direito à sindicalização e das relações de trabalho na administração pública. Embora o Brasil seja signatário da Convenção, sua regulamentação ainda não foi feita. Desde antes da posse do novo governo, o Coletivo das Três Esferas da CUT e outras entidades vêm dialogando com a equipe governamental sobre o tema, mas a proposta ainda não avançou.

Parcerias nacionais e internacionais

241) A CNTSS/CUT manteve sua estratégia de parcerias com entidades nacionais e internacionais para ampliar suas ações em defesa dos trabalhadores, das políticas públicas, da Seguridade Social e da democracia. A solidariedade internacional foi um meio para denunciar e combater os ataques dos governos Temer e Bolsonaro. As denúncias sobre as atrocidades ocasionadas pela EC nº 95/2016 foram levadas, graças a essas parcerias, ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, durante audiência em Genebra, na Suíça. Denúncias sobre as Contrarreformas da Previdência e Trabalhista e sobre a Política de Terceirização chegaram à Organização Internacional do Trabalho (OIT).



242) Trata-se de uma ação de grande valor na organização da luta, como ocorreu durante o pós-golpe de 2016, com a denúncia da fraude do *impeachment* contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, das Contrarreformas e, posteriormente, no período da pandemia (2019 a 2023), buscando garantir os cuidados com os trabalhadores, denunciar a precariedade das redes de saúde, a falta de equipamentos para os profissionais dos serviços essenciais, as atrocidades cometidas por Bolsonaro, os ataques sistemáticos à democracia e aos direitos sociais e trabalhistas, assim como exigir a campanha de vacinação.

Internacional de Serviços Públicos (ISP)

243) A Confederação foi eleita para compor o Comitê Executivo Regional da Internacional de Serviços Públicos (ISP) para o período de 2019 a 2024. Durante a pandemia da Covid-19, inúmeros projetos foram desencadeados com entidades internacionais. Com a ISP — Federação sindical internacional para os trabalhadores de serviços públicos — foi realizada uma pesquisa sobre os trabalhadores essenciais e lançadas campanhas, como a “Trabalhadoras e trabalhadores protegidos salvam vidas”, material que se tornou denúncia oficial contra Bolsonaro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA).

244) Estudos e reflexões sobre Justiça Fiscal e Tratados de Livre Comércio fizeram parte do diálogo com a ISP, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES). Nesses projetos, foram discutidos temas como o sistema fiscal, a arrecadação de impostos e a estrutura dos gastos públicos como instrumentos de redução das desigualdades. Entre as atividades, destacou-se a “Semana Global de Ação sobre Justiça Fiscal para os Serviços Públicos”. A iniciativa focou na valorização, melhoria e investimento em serviços públicos. Propôs, ainda, que os mais ricos paguem sua parte dos impostos, e que esses valores financiem os serviços públicos e as proteções sociais.

245) A Confederação estabeleceu, em 2021, parceria com a ISP contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.970, impetrada pelo governo Bolsonaro junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), contra a Lei nº 14.128/2021, que previa a compensação financeira de R\$ 50 mil aos profissionais da saúde incapacitados por contaminação por Covid-19 — medida que também beneficiava os familiares dos trabalhadores falecidos. Assinou o Manifesto da ISP que destacava o Brasil como epicentro da pandemia no planeta e solicitava solidariedade internacional, além de Nota pela derrubada dos vetos à lei sobre a licença de patentes de vacinas e medicamentos para Covid-19. Esteve entre as entidades que denunciaram Bolsonaro à OIT pelo descumprimento da Convenção nº 151.

246) Em 2022, a convite da ISP, participou da sessão do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), tribunal de opinião internacional que julga crimes cometidos contra povos e minorias. O tribunal julgou e condenou Bolsonaro por crimes contra a humanidade cometidos durante a pandemia da Covid-19 e por ameaças à democracia. O julgamento teve como tema: “Pandemia e Autoritarismo – A responsabilidade do governo Bolsonaro na violação sistemática de direitos fundamentais de populações no Brasil ao longo da Covid-19”.



247) A CNTSS/CUT participou do “Encontro Sub-Regional SUBRAC Brasil 2022” da ISP. A agenda reuniu lideranças de suas entidades filiadas para discutir as perspectivas das lutas nacionais e internacionais, pautas e ações prioritárias para a classe trabalhadora e definir um Plano de Ação Sub-Regional. A Confederação contribuiu com o painel sobre o tema “Por trás da máscara, a saúde resiste”. A edição de 2023 também foi acompanhada pela CNTSS/CUT. Na ocasião, foi feito o lançamento, com apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES), do Guia Sindical “Enfrentando a violência no trabalho pela ratificação da Convenção nº 190 da OIT”.

248) As discussões sobre o Tratado de Pandemia, realizadas pela ISP com representantes dos ministérios da Saúde e das Relações Exteriores do país, foram acompanhadas pela CNTSS/CUT. A iniciativa teve como objetivo aprofundar as contribuições do Brasil sobre o tema, tratado pelo Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) da Organização Mundial da Saúde (OMS). A ISP entregou documento, assinado por suas entidades, com as principais demandas dos trabalhadores da saúde como sugestões para compor o Tratado da OMS.

UNI Global Union e UNI Américas

249) Outra parceira da Confederação no campo internacional é a UNI Global Union, Sindicato global que representa mais de 20 milhões de trabalhadores dos setores de serviços e áreas afins. Com essa entidade, a Confederação participou da iniciativa de protocolar uma queixa-crime contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional de Haia, por genocídio e crimes contra a humanidade, em razão de seu posicionamento negacionista diante da pandemia.

250) Vários Sindicatos da Confederação integram a Rede Sindical Brasileira UNI Saúde, que representa cerca de 50 entidades nacionais e aproximadamente um milhão de profissionais do setor de saúde no Brasil. A Rede é coordenada pela UNI Américas, braço regional da UNI Global Union. A UNI Américas esteve ao lado do Fórum Nacional da Enfermagem — então coordenado pela CNTSS/CUT — na luta pela aprovação do piso salarial nacional da enfermagem. A entidade encaminhou manifestação de apoio ao Senado e à Câmara Federal, defendendo a aprovação do PL nº 2.564/2020, que deu origem à Lei nº 14.434/2022, instituindo o Piso Salarial para enfermeiras, técnicas, auxiliares de enfermagem e parteiras.

251) As lideranças participaram da “Conferência UNI Cuidados Américas”, realizada antes da 5ª Conferência. O encontro teve como tema central “Organizar o futuro dos Cuidados em Saúde” e contou com mesas de debate sobre temas como: “Rompendo barreiras para ampliar o crescimento sindical junto a empresas multinacionais”; “Organização dos trabalhadores do Cuidado de Longa Permanência nas Américas”; “Construção de poder setorial nacional para defender e fortalecer os sistemas de saúde” e “Saúde mental dxs trabalhadorxs de saúde”. A Conferência do setor Care da UNI Américas reuniu Sindicatos da Região para construir um Plano de Ação voltado ao crescimento sindical e ao enfrentamento do neoliberalismo.

252) Dirigentes da CNTSS/CUT participaram, em junho de 2022, em Fortaleza, da “5ª Conferência Regional da UNI Américas”. Com o tema “Defendemos nossos direitos. Construimos nosso futuro”, o evento reuniu cerca de 600 líderes sindicais de 24 países e 124 organizações. O objetivo foi definir uma agenda de lutas voltada ao fortalecimento da democracia, à ampliação dos direitos humanos e à consolidação da justiça social, ambiental e econômica, considerando a transição política na América Latina.



253) Outro momento de destaque ocorreu em outubro de 2023, em São Paulo, durante seminário promovido pela UNI Global Union com a Rede UNI Saúde, que contou com a participação de dirigentes da CNTSS/CUT e de Sindicatos do setor de saúde. O encontro avançou nas estratégias para regulamentação da profissão de Cuidador em Saúde, aprofundou o debate sobre organização sindical, legislação específica e os desafios diante da expansão das multinacionais no setor privado. Um olhar atento à conjuntura do setor da saúde privada e os avanços das empresas multinacionais desencadeou um importante debate com as lideranças presentes.

254) Em 2024, as entidades da saúde privada filiadas à Confederação participaram de uma campanha nacional da Rede UNI Saúde por melhores condições de trabalho na empresa Hapvida. Após sua fusão com o Grupo Notre Dame Intermédica, a operadora é responsável por mais de 80 hospitais e 350 clínicas em vários estados, além de administrar um plano de saúde. Com o *slogan* “Saúde não é mercadoria!”, os trabalhadores realizaram protestos em frente as unidades da Hapvida em vários estados. As reivindicações incluíam jornada de trabalho digna, revisão do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), banimento do assédio moral, fim da precarização dos direitos e no ambiente de trabalho, tratamento digno aos pacientes e fim do trabalho desumano.

255) Também em 2024, a CNTSS/CUT participou de oficina da Rede Sindical UNI Saúde sobre prevenção à violência e ao assédio no setor da saúde, realizada em São Paulo. O evento focou na Convenção nº 190 da OIT. No primeiro dia, houve discussões sobre a compreensão, identificação e enfrentamento da violência de gênero. Os dirigentes avaliaram ações da campanha de maio, com foco na defesa dos trabalhadores da Hapvida Notre Dame Intermédica, e os avanços nas propostas para um Sistema Nacional de Cuidadores e Cuidadoras.

256) Representantes da CNTSS/CUT e do Sindsaúde-SP participaram, em dezembro de 2024, em Córdoba (Argentina), da “6ª Conferência Regional” e da “7ª Conferência Regional de Mulheres da UNI Américas”. As lideranças brasileiras apresentaram experiências relativas ao piso da enfermagem, saúde mental, violência de gênero e trabalho de Cuidados. A 6ª Conferência, com o tema “Solidariedade em ação – Esperança coletiva”, reuniu cerca de 600 sindicalistas de 17 países para debater sobre negociação coletiva, defesa dos direitos democráticos, igualdade de gênero e o papel do movimento sindical frente à crise climática.

257) Os participantes discutiram o papel ativo das entidades na luta contra as privatizações, a violência e o assédio no trabalho, e na defesa da ratificação da Convenção nº 190 da OIT. As lideranças alertaram para o avanço da extrema-direita na Região e o crescimento dos ataques contra Sindicatos, com destaque para os perpetrados pelo governo do presidente argentino Javier Milei. Como desdobramento dos debates, foram aprovadas nove Moções principais que nortearão a estratégia da UNI Américas no período de 2025 a 2028, com foco no fortalecimento dos trabalhadores diante dos desafios globais.

258) Em 2024, a Fundação Friedrich Ebert realizou oficina no Brasil para discutir a Lei da Igualdade Salarial. A atividade, acompanhada pela CNTSS/CUT, teve como objetivo aprofundar o debate sobre a Lei nº 14.611/2023, que estabelece critérios para igualdade de remuneração entre mulheres e homens. Também foram discutidas estratégias de implementação da lei, destacando o papel dos Sindicatos na sua fiscalização e efetividade. Para os organi-



zadores, os Sindicatos, por seu protagonismo na defesa dos trabalhadores e nas lutas pela promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho, têm papel fundamental para fazer que a legislação seja cumprida.

259) A Confederação também consolidou parcerias com institutos de pesquisa. Em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), desenvolveu a pesquisa “Os Trabalhadores Invisíveis da Saúde: Condições de Trabalho e Saúde Mental no Contexto da Covid-19 no Brasil”, voltada aos profissionais fundamentais para o funcionamento da infraestrutura de saúde, mas que não tinham reconhecimento nem proteção adequada durante a pandemia — grupo que soma cerca de 1,5 milhão de pessoas. Antes disso, a FIOCRUZ já havia realizado, com apoio da Confederação, a pesquisa “Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19 no Brasil”, que teve como objetivo compreender as condições de vida e trabalho de médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e fisioterapeutas durante a crise sanitária.

Atuar contra toda forma de violência e discriminação racial

260) A vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022 trouxe a retomada do combate ao fenômeno do racismo estrutural e de toda forma de discriminação racial presentes no país. O compromisso de seu governo em implementar políticas nesse sentido é inquestionável. O período do pós-golpe de 2016 não trouxe apenas a desconstrução das políticas e das lutas antirracistas, mas, em particular com Bolsonaro, o avanço da extrema-direita refletiu no aumento da intolerância, da violência e do preconceito, exacerbando ainda mais o posicionamento racista. A xenofobia e a intolerância religiosa também são nós que maculam as relações sociais. As pessoas negras representam 56% da população brasileira.

261) No campo da geopolítica, os governos Temer e Bolsonaro enfraqueceram as relações diplomáticas com a África. Durante a pandemia da Covid-19, a população negra foi infectada 2,5 vezes mais do que a branca, conforme apontou estudo da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Dados do “Anuário Brasileiro de Segurança Pública” apontam que, em 2023, 69,1% das pessoas encarceradas no Brasil eram negras. Esse fenômeno tem raízes históricas e influencia a construção e a manutenção dos preconceitos em relação a esse grupo.

262) O homicídio de pessoas pretas e pardas no Brasil liderou o *ranking* de mortes violentas em 2021, segundo dados do “Relatório Atlas da Violência”, divulgado em dezembro de 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Das 77.847 vítimas no Brasil em todo o ano de 2021, 36.922 eram negras. Dados do estudo publicado em dezembro de 2024 pela Rede de Observatórios da Segurança mostram que 4.025 pessoas foram mortas por policiais no Brasil em 2023. Em 3.169 desses casos foram registrados dados de raça e cor: 2.782 das vítimas eram pessoas negras, o que representa 87,8%.

263) Conforme o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o número de registros dos crimes de injúria racial, racismo e homofobia ou transfobia disparou em 2022 em comparação ao ano anterior. Os registros de



racismo foram de 1.464 casos em 2021 para 2.458 em 2022. A taxa nacional em 2022 ficou em 1,66 casos a cada 100 mil habitantes, uma alta de 67% em relação ao ano anterior. O crime de racismo por homofobia ou transfobia teve 488 casos registrados em 2022, ante 326 em 2021.

264) Dados divulgados em novembro de 2024 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em comemoração ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, demonstram que há muito o que se avançar para conter a prática do racismo: mais de 3,4 mil denúncias, que abrangem mais de 5,2 mil violações de cunho racial, de janeiro ao início de novembro daquele ano foram registradas no serviço disque 100 do governo. O estudo do Ministério deixou evidenciado que o racismo está presente em todos os espaços sociais.

Desigualdade no mercado de trabalho

265) A desigualdade racial também se manifesta no mercado de trabalho, na forma de dificuldade para conseguir emprego, na falta de promoções e nos salários mais baixos para as pessoas negras. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados em 2024, demonstraram que pessoas negras ganham, em média, 39,2% menos que pessoas brancas em posições equivalentes. Indicadores daquele ano, extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontavam que as mulheres negras têm o dobro da taxa de desemprego dos homens não negros.

266) Segundo a RAIS, no 2º trimestre de 2024 havia 7,5 milhões de desocupados e a taxa de desemprego média era de 6,9%. Para os homens não negros, era de 4,6% e, para as mulheres negras, 10,1%. O “Relatório de Transparência Salarial” revela que as mulheres ganham 20,7% menos do que os homens nas mesmas funções. Quando se faz o recorte por raça, as mulheres negras recebem 50,2% da remuneração dos homens brancos. O levantamento mostrou que, em 42,7% dos estabelecimentos, as mulheres pretas ou pardas representavam até 10% do contingente de trabalhadores.

267) Desde 2013, quando da criação da Secretaria de Combate ao Racismo pela CNTSS/CUT, o tema da luta antirracista foi intensificado com a expansão dessa pauta na perspectiva da transversalidade com as demais secretarias e levado para discussão entre as entidades filiadas à Confederação, em conformidade com as políticas estabelecidas pela CUT nesta área, buscando o combate efetivo a essa situação que afeta o mercado de trabalho e as estruturas da sociedade nos campos das relações sociais e de poder.

268) Além de acompanhar o calendário de mobilizações do Movimento Negro para potencializar a discussão com os trabalhadores de suas bases e com a sociedade — como o Mês da Consciência Negra, em novembro, e o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, em março, entre outros momentos importantes —, a Confederação mantém sua ação em conformidade com a política dialogada no Coletivo Nacional de Combate ao Racismo da Central, que se desdobrou em ações concretas, como, por exemplo, o trabalho conjunto na campanha “Basta de Racismo no Trabalho e na Vida”.

269) A Confederação acompanhou espaços importantes na luta contra o racismo, como o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR), entidade que agrega duas



outras Centrais e desenvolve ações de promoção da igualdade nas relações de trabalho, de combate à discriminação racial e de formação de lideranças sindicais; assim como os trabalhos realizados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR). Junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), contribuiu com as discussões sobre a luta contra o racismo, visando garantir direitos e combater a desigualdade.

Retomar e avançar nas conquistas

270) É possível ver avanços conquistados com a retomada do governo democrático e popular: a criação das cotas raciais em universidades públicas, reserva de vagas para negros em concursos públicos, adoção de políticas de valorização da cultura negra e a criação do Estatuto da Igualdade Racial, que reconhece a discriminação racial como crime e estabelece diretrizes para a promoção da igualdade, além da titulação de territórios quilombolas. A partir do trabalho do Ministério da Igualdade Racial, o Brasil conseguiu incluir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (Igualdade Étnico-Racial) na Agenda 2030 da ONU, e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) recebeu R\$ 7,3 milhões.

271) Recentemente, foram assinados Decretos que: reservam vagas em cargos de comissão na administração pública federal; criam o grupo de trabalho para o novo Programa Nacional de Ações Afirmativas; formam o grupo de trabalho para o Plano Juventude Negra Viva; e fundam o grupo de trabalho para o enfrentamento ao racismo religioso. A criação do Plano Juventude Negra Viva foca na inclusão desse segmento, com um investimento de R\$ 665 milhões em várias áreas. Um marco foi a criação do feriado nacional da Consciência Negra, celebrado pela primeira vez em 20 de novembro de 2024.

272) A Confederação participou, em 2024, do “Encontro do Coletivo Nacional de Combate ao Racismo” da Central. A atividade reuniu lideranças dos Ramos, das Estaduais e do movimento social, na sede da Central, na capital paulista. O encontro, além de destacar os impactos do racismo estrutural no mercado de trabalho, observou as pautas de relevância para o ano de 2025, com destaque à “5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (5ª CONAPIR)”, convocada para o período de 25 a 29 de julho, e à “Marcha das Mulheres Negras”, prevista para 25 de novembro de 2025.

273) As lideranças dos Ramos e Estaduais apresentaram um relato de suas ações nesta área e dialogaram sobre quais ações a CUT proporá na 5ª CONAPIR, que trata a democracia e a reparação racial como os eixos principais da Conferência. A atividade contou com contribuições do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), do Movimento Negro Unificado (MNU), dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e da Juventude Negra Viva.

274) A CUT mantém seu compromisso de lutar contra toda forma de violência e discriminação racial, por uma sociedade mais justa e igualitária, com oportunidades e direitos para todos. A Central entende ser fundamental desconstruir os discursos racistas e criar condições para uma reparação total e verdadeira aos negros e negras. A sociedade e os Sindicatos devem ampliar seus mecanismos de denúncia, organização e mobilização sobre esta questão. É preciso criar processos de diálogo e formação envolvendo dirigentes e trabalhadores



para multiplicar as ações voltadas ao combate ao racismo. A integração com os movimentos de direitos humanos, movimentos sociais e universidades é uma forma de construir sinergia que fortaleça as estruturas e avance na resistência.

Mulheres da Seguridade Social mobilizadas por mais direitos

275) O período recente do pós-golpe de 2016 também causou danos fortíssimos à luta pelos direitos das mulheres — situação que só não foi mais grave por conta da resistência dos movimentos sindicais e de mulheres. Os governos Temer e Bolsonaro implementaram deliberadamente uma política de retrocessos nesta área. Há o gravíssimo problema da misoginia, que ganhou relevância com Bolsonaro e levou a violência contra as mulheres a atingir patamares assustadores no país, ao mesmo tempo que eram desconstruídas redes de atendimento e políticas públicas voltadas às mulheres. Apenas durante a pandemia, 17 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de algum tipo de violência ou agressão.

276) A CNTSS/CUT denunciou esse retrocesso em todos os espaços sociais e institucionais e agendas em defesa dos direitos das mulheres. Assinou o “Manifesto 8 de Março Nacional 2021 – Mulheres na Luta Pela Vida! Fora Bolsonaro, Vacina Para Toda População e Auxílio Emergencial Já!”. Um conjunto de iniciativas em defesa da vida, do Estado Democrático de Direito, da renda da classe trabalhadora e pelo Fora Bolsonaro. O documento sintetizava o diálogo que envolveu as mulheres da CUT, demais Centrais Sindicais e mais de 80 entidades sindicais, populares e feministas. Um processo que reuniu lideranças do país das várias lutas sociais.

277) A Confederação fortalece a discussão de gênero em suas estruturas. As lideranças estão presentes nas discussões da Central e nos espaços sociais da luta feminina. As mulheres são, na grande maioria das categorias profissionais que compõem a Seguridade Social, majoritárias em número. Por serem maioria nos espaços de trabalho das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social, tornam-se protagonistas na defesa das políticas e programas públicos presentes nesses setores. As trabalhadoras da Seguridade Social avançaram na perspectiva da organização nos últimos anos. A resistência das mulheres foi intensa para evitar as perdas impostas por Temer e Bolsonaro.

Tragédia da violência ainda persiste

278) O ano de 2022 teve o maior aumento de todos os indicadores de violência contra mulheres na história do país. Os dados são do “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O estudo mostra que os feminicídios aumentaram 6,1%, totalizando 1.437 mortes, e as tentativas aumentaram 16,9% em comparação com 2021. Sete a cada dez mulheres foram assassinadas dentro de suas casas e, em 53,6% dos casos, o assassino foi o parceiro. Em 19,4% dos casos, os crimes foram cometidos por ex-parceiros, e em 10,7%, por familiares.

279) Naquele ano, foram registradas 245.713 agressões por violência doméstica (aumento de 2,9%), 613.529 ameaças (7,2%), 899.485 chamadas ao 190 (8,7%), sendo 102 acionamentos por hora. Foram 147 casos diários de *stalking* (perseguição), totalizando 53.918



registros. Quase 75 mil pessoas foram vítimas de estupro em 2022, um aumento de 8,2% em relação ao ano anterior e o maior número da história. Entre as razões apontadas pelo estudo estão: “o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão de Bolsonaro, o impacto da pandemia nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres, e o cenário de crescimento dos crimes de ódio com a ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira”.

280) A atualização dos dados sobre violência contra a mulher, a partir da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, do Fórum de Segurança Pública e do Instituto Datafolha, divulgada em março de 2025, demonstrou que a luta contra esse fenômeno, que ganhou força com o governo misógino de extrema-direita neofascista de Bolsonaro, deve ser ampliada. Mais de 21 milhões de brasileiras, 37,5% do total de mulheres, sofreram algum tipo de agressão nos últimos 12 meses. A pesquisa mostrou que 5,3 milhões de mulheres — 10,7% do total da população feminina do país — relataram ter sofrido abuso sexual e/ou ter sido forçadas a manter relação sexual contra a própria vontade no mesmo período, ou seja, uma em cada dez.

281) Mesmo com a Lei do Femicídio (2015) e sua recente transformação em tipo penal autônomo (2024), o documento aponta que a violência continua a crescer. O estudo entrevistou 1.040 mulheres. A pesquisa computou dados como: em quase 70% dos casos de violência contra a mulher, os agressores são os próprios parceiros ou ex-parceiros; 57% das vítimas foram agredidas dentro da própria casa; 91,8% das agressões a mulheres em 2024 foram testemunhadas; a maioria das vítimas não reage nem procura ajuda; apenas 14,2% das vítimas procuram órgãos oficiais; 31,4% foram alvo de insultos, humilhações ou xingamentos; 16,9% vivenciaram agressões físicas; 16,1% foram perseguidas; 10,7% sofreram tentativa forçada de relação sexual; mais de 29 milhões de brasileiras foram assediadas em 2024.

282) O crescimento da extrema-direita neofascista no país se reflete nos ataques homofóbicos e transfóbicos e na pauta reacionária representada pelos parlamentares conservadores no Congresso Nacional. A violência contra pessoas trans no Brasil deve ser denunciada pela classe trabalhadora para reverter essa situação. Os dados da 7ª edição do “Dossiê: Assassínatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023”, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), destacam que houve 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e dez suicídios após sofrerem violências ou devido à invisibilidade trans. O número de assassinatos aumentou 10,7% em relação a 2022.

283) Para os representantes da ANTRA, a violência contra a comunidade trans faz parte de um projeto político conservador, que se tornou preocupante para as pautas de interesse desse grupo no Congresso Nacional. Consideram que há “um ambiente social e político hostil que tem como alvo as pessoas trans, devido à existência de uma pauta antigênero. Em 2023, foram mais de 300 projetos de lei que pretendiam institucionalizar a transfobia, no âmbito da Câmara Federal”. A ANTRA aponta a ausência de dados e a dificuldade de acesso a registros de violência LGBTfóbica, somadas à subnotificação de casos desse tipo, o que prejudica a realização de pesquisas.

Por mais igualdade no mercado de trabalho

284) As mulheres são vítimas do preconceito no mercado de trabalho e são prejudicadas com menores salários. De acordo com o “2º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios”, apresentado em 2024 pelos ministérios das Mulheres e do Trabalho e Emprego, a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2023, as trabalhadoras mulheres ganham 20,7% menos do que os homens. As mulheres negras, como já reiteramos, ganhavam cerca da metade (50,2%) do salário dos homens não negros.

285) Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), divulgados em boletim para o 8 de março de 2025, apontavam que desde 2022 as mulheres passaram à frente dos homens na chefia dos lares brasileiros, tornando-se responsáveis por 52% dos domicílios. Nos lares monoparentais, aqueles em que apenas um adulto vive com os filhos, sem a presença de um cônjuge, a chefia feminina chegava a 92%. O documento expõe que, mesmo com os avanços econômicos e no nível de emprego assegurados pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho permanecem inabaláveis.

286) O estudo, cujos indicadores foram levantados a partir dos dados do terceiro trimestre de 2024 da “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC-IBGE), diagnosticou que as mulheres continuam com as maiores taxas de desemprego, os menores salários e ainda acumulam tarefas domésticas. No período analisado, 3,7 milhões de mulheres estavam desocupadas. A desocupação feminina foi de 7,7%, contra 5,3% entre os homens.

287) Como resposta à demanda apresentada, o governo federal lançou, em 2024, o “Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens”. São 79 ações a serem implementadas de forma interministerial, envolvendo 10 pastas, alinhadas ao Plano Plurianual (2024–2027) e com previsão orçamentária de R\$ 17 bilhões, voltadas à *“ampliação e à permanência das mulheres no mercado de trabalho, assim como à ascensão a cargos de direção e gestão e ao enfrentamento das discriminações no espaço profissional”*. O Plano se insere na agenda dos compromissos assumidos para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que tem como meta alcançar a equidade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

288) Em novembro de 2024, a CNTSS/CUT participou de oficina promovida pela Fundação Friedrich Ebert sobre a Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e os critérios remuneratórios entre mulheres e homens. O evento, que reuniu secretárias nacionais de Mulheres das Centrais Sindicais e representantes de entidades convidadas, aprofundou o debate sobre a legislação e apontou estratégias para sua implementação a partir da mobilização dos Sindicatos. As entidades têm um papel fundamental para fazer com que a legislação seja cumprida.

289) A CUT defendeu esse tipo de política em seu 14º CONCUR, realizado em 2023, como uma orientação para suas entidades implementarem o tema nas mesas de negociações. A lei é fundamental por fazer com que as desigualdades sejam pautadas nas campanhas salariais. Há o desafio de que os Sindicatos se apropriem das informações contidas nos relatórios



sobre desigualdade salarial para que cobrem o cumprimento da lei, bem como garantam uma fiscalização eficiente das empresas que se enquadram no perfil da legislação e uma abrangência maior no enquadramento de empresas.

Mobilizadas nas ruas

290) O desmonte das políticas públicas deste setor só não foi maior pela mobilização e articulação dos movimentos feminista e sindical, que ocuparam todos os espaços políticos e sociais para denunciar as mazelas cometidas e bloquear o avanço da barbárie. Um exemplo nesse sentido foi a realização da “Marcha das Margaridas”. Coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), a Marcha acontece de quatro em quatro anos.

291) A CNTSS/CUT participa da organização desta iniciativa e esteve presente na edição de 2023. A Confederação foi representada por dirigentes de sua estrutura e lideranças e trabalhadores de vários de seus Sindicatos nas agendas que compuseram os dois dias de mobilização em Brasília. A “7ª edição da Marcha das Margaridas” demonstrou a força e a vitalidade desta iniciativa: foram mais de 100 mil mulheres presentes numa grande manifestação pelo Planalto Central, além de contar com representações de 33 países. Uma gigantesca manifestação que trouxe como principal bandeira de luta o tema “Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”.

292) A CNTSS/CUT incorpora em sua estratégia de lutas a ação integrada com a CUT na elaboração e mobilização das comemorações do 8 de março. Uma ação que, a cada ano, renova a pauta de prioridades da luta por direitos. Em 2024, as lideranças foram às ruas de todo o país para garantir conquistas nos espaços sociais, nas esferas pública e privada, no mercado de trabalho, pela efetivação de mais políticas públicas, por igualdade salarial, pelo fim das múltiplas jornadas, entre outras.

293) Naquele ano, a Confederação integrou a ação cutista pela construção da “Jornada Nacional de Lutas e Mobilizações das Mulheres Trabalhadoras”. Um grande “mutirão” cujo tema foi “Mulheres em defesa da democracia, pela igualdade salarial e contra todos os tipos de violência”. A Jornada estabeleceu atividades durante o mês de março. Foram elencados temas para dialogar com a sociedade: combate à violência e ao feminicídio, defesa da vida, educação sem violência de gênero, campanha Brasil contra a misoginia, garantia dos direitos reprodutivos, ratificação das Convenções nº 190 e nº 156, economia do cuidado, combate ao assédio moral no local de trabalho e igualdade salarial.

294) Para além desta discussão proposta pela CUT, à época, a Confederação incorporou a defesa da implantação do piso salarial da enfermagem. Vinha sendo árdua a luta para garantir esta conquista, cuja categoria tem, na composição de seus quadros, majoritariamente a presença feminina, característica também presente nas várias categorias profissionais que compõem a Seguridade Social. Tratou-se de uma vitória obtida a partir de uma longa e intensa luta. A Confederação cobrava, naquele momento, que gestores e empresários da saúde respeitassem e cumprissem a lei nacional do piso.

295) Nos atos e mobilizações do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, assim como em toda a programação do mês, a CNTSS/CUT e suas entidades filiadas participaram da organização nos estados, junto com a CUT, movimentos feministas e movimentos populares. Neste ano, o mote foi “Mês da Mulher Trabalhadora. Pela Vida de Todas as Mulheres. Ainda Estamos Aqui”. Em 2025, em nível global, a ONU trouxe como campanha o tema: “Para todas as mulheres e meninas: Direitos. Igualdade. Empoderamento.”

296) O destaque das reivindicações levadas às ruas foi a defesa da democracia e a exigência de que não haja anistia para Bolsonaro e os demais golpistas de extrema-direita neofascista. As mulheres reforçaram suas demandas por mais direitos e valorização, que incluem: luta pela igualdade salarial; redução da jornada de trabalho sem redução de salários; combate à violência e ao assédio no mundo do trabalho; importância das Convenções nº 156 e nº 190 da OIT; Política de Cuidados; direitos reprodutivos; combate à violência de gênero; direito ao aborto legal; e realização da “5ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres”.

297) Mesmo com um quadro de grande complexidade deixado por Temer e Bolsonaro, as mulheres demonstram cada vez mais unidade, organização e afinco em suas lutas. A presença massiva nos atos por todo o país, por direitos, emprego, contra a violência e o racismo, pela democracia, entre tantos outros temas humanizadores e civilizatórios essenciais, é uma forma de reafirmar a resistência e o compromisso. A retomada de um governo democrático e popular comandado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva revigora a capacidade de luta e a possibilidade de avanços.

298) A ação integrada das mulheres fez com que, já nos primeiros momentos desta nova gestão federal, o atual governo se preocupasse com estratégias a curto, médio e longo prazo para este setor. É fundamental conquistar maior compromisso do governo pelo desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam as mulheres em situação de vulnerabilidade e nos espaços de poder. A CUT historicamente luta para garantir direitos iguais para trabalhos iguais entre homens e mulheres.

Comunicação: “decifra-me ou te devoro”

299) De acordo com a mitologia grega, a Esfinge de Tebas era um monstro alado que aterrorizava os moradores da cidade com a ameaça de que, se não desvendassem seu enigma, seriam devorados por ela. A Esfinge observava atentamente cada viajante que passava pela cidade e a ele apresentava um misterioso ultimato: “Decifra-me ou te devoro”. A tensão diante desse mistério residia na necessidade de uma resposta correta para evitar ser consumido. A alusão ao mito grego serve como alegoria para a compreensão do desafio colocado neste nosso tempo atual: entender os fenômenos tecnológicos e as atuais formas de comunicação de massa para combater o uso feito pelo capital para perpetuar seu poder e dominação.

300) A comunicação é um dos grandes desafios da classe trabalhadora como forma de combater e sobrepor o discurso ideologizado do ultraliberalismo e da extrema-direita neofascista, que avança em escala mundial apoiando-se principalmente na utilização das empresas de tecnologia e das redes sociais como sustentáculo desse pensamento ultracorporativo, que se consolida a partir da disseminação massiva de *fake news*, preconceitos,



desinformação, mensagens de ódio e da banalização da violência. Um fenômeno mundial acompanhado por estudiosos progressistas e por entidades sindicais e populares do campo democrático.

301) A CUT, assim como a CNTSS/CUT e demais entidades orgânicas à Central, intensificou nestes últimos períodos sua estratégia de apreender essas novas formas e ferramentas de comunicação, com destaque para as ligadas às redes sociais e plataformas, como forma de denunciar as arbitrariedades e os efeitos cognitivos na sociedade do uso feito pela extrema-direita, assim como de se apropriar desse conhecimento e avanço tecnológico para colocá-los a serviço da classe trabalhadora e de seu projeto de sociedade.

302) As formas tradicionais de contato e interação nas relações sociais e de produção foram colocadas em xeque. O que era presencial se tornou virtual. Até o consumo se rendeu a plataformas de compra e entrega. Essa ruptura brusca de um modelo para outro nas formas de interação traduziu-se na releitura do valor dos meios e modos de comunicação. Estamos todos neste processo de compreensão e adaptação a novas tecnologias. A classe trabalhadora teve de acelerar seus esforços para se apropriar dessas novas maneiras de comunicação e avançar no seu projeto de superação do capitalismo e de todas as formas de dominação humana.

Brigadas Digitais da CUT: o desafio nas redes

303) A CNTSS/CUT acompanhou as discussões que ocorreram na CUT. A interface realizada entre as secretarias de Comunicação da Confederação e da Central busca possibilitar formas de sinergia que levem à interação de estratégias que auxiliem no diálogo com a classe trabalhadora e a sociedade. Dessa forma, participa das agendas do Coletivo de Comunicação da Central, que trazem a compreensão da macropolítica e conferem respaldo às ações.

304) A Confederação participou do processo de construção da estratégia “Brigadas Digitais da CUT”, como forma encontrada pela Central de repensar a comunicação e os meios de produção e disseminação de informações, tendo como foco os interesses da classe trabalhadora. A CUT estabeleceu um mutirão de formação, que foi acompanhado pela CNTSS/CUT e suas entidades filiadas, visando à qualificação da ação de comunicação e de ocupação das redes sociais para ampliar a defesa dos interesses da classe trabalhadora, assim como disseminar sua política junto aos trabalhadores e dialogar com todos os segmentos sociais sobre seu projeto de sociedade.

305) Esse acompanhamento da CNTSS/CUT frente às iniciativas da Central se desdobrou em ações de formação específicas com as entidades filiadas à Confederação sobre a estratégia das Brigadas Digitais da CUT, com foco na Seguridade Social. A Confederação colocou em prática o projeto com a realização de oficinas virtuais para apresentação da proposta cutista e com a finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre o uso das ferramentas como WhatsApp, Facebook, Twitter — hoje X, TikTok e Instagram. Nesse primeiro momento, o público-alvo foram seus dirigentes nacionais.

306) Foi realizado um novo momento de formação reunindo dirigentes nacionais, secretários e assessores de comunicação de suas respectivas entidades. A iniciativa visou aprofun-



dar, por meio de oficinas práticas, o conhecimento sobre as possibilidades técnicas de cada ferramenta das redes sociais, seu uso mais adequado e noções de produção de conteúdo para cada uma delas. Foi retomado o foco nas ferramentas: WhatsApp, Facebook, Twitter — hoje X, TikTok, Instagram e Telegram.

307) Em 2024, a CNTSS/CUT participou da “Oficina de Comunicação da CUT Nacional”. A atividade reuniu representantes das CUTs estaduais e dos Ramos para discutir o “Plano Nacional de Comunicação da Central” e redefinir os parâmetros que vão nortear o Coletivo Nacional de Comunicação da CUT. O encontro caracterizou uma nova etapa do trabalho realizado pela nova direção da Secretaria de Comunicação Nacional da CUT, atualmente coordenada pela secretária de Comunicação da CNTSS/CUT, Maria Aparecida Godoi de Faria.

308) A programação do encontro contou, além de momentos de formação, com períodos de trabalho em grupo, nos quais os participantes puderam confeccionar produtos de comunicação e contribuir com propostas para os “Planos Estaduais de Comunicação e dos Ramos”. Ao final, foram estabelecidas estratégias para dar continuidade ao processo de formação em comunicação e à reativação do Coletivo Nacional de Comunicação da CUT.

309) Em abril de 2025, a CNTSS/CUT acompanhou a “2ª Oficina Nacional de Comunicação da CUT”, que reuniu dirigentes das estaduais e dos Ramos para debater como as informações de interesse dos trabalhadores podem chegar mais rapidamente e de forma eficaz às suas bases e à população em geral, num momento em que as redes sociais são inundadas por *fake news* e desinformação. A atividade teve momentos de formação e de discussão sobre a estrutura da SECOM Nacional e a formatação de sua agenda junto às estaduais e aos Ramos.

Ampliando espaços de discussão

310) A Confederação acompanhou as discussões realizadas na estrutura do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Desde 2013, a Confederação mantém-se representada na estrutura, acompanha as atividades, contribui com os trabalhos e participa das Plenárias. Durante a 21ª Plenária da entidade, foi eleita para compor o Conselho Fiscal. O Fórum é um espaço valorizado na política de Comunicação da CUT e agrega inúmeras entidades cutistas.

311) Participou dos debates realizados na “Semana Nacional pela Democratização da Comunicação”. Estava na programação da semana o lançamento do relatório da Campanha “Calar Jamais”, sobre a escalada da censura e atos de violação à liberdade de expressão que vinham se multiplicando no país depois do golpe de 2016. Durante o governo Bolsonaro, a Confederação acompanhou a discussão do Fórum sobre os ataques desferidos contra a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que visavam ao seu desmonte.

312) Neste período, foram pautas de discussão do Fórum os ataques contra a democracia e a comunicação, além de estratégias para combater os retrocessos impostos por Temer e Bolsonaro. Foram debatidos temas como o papel da mídia nos processos democráticos no Brasil e na América Latina; o direito à comunicação; comunicação pública; rádios comunitárias; universalização do acesso à internet de qualidade para todos; regulação democrática da radiodifusão; regulação das *big techs*; crítica à vigilância da ação política dos profissionais.



313) A vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022 foi vista pelos profissionais e entidades do campo progressista da área de comunicação, incluindo o movimento sindical, como um momento de estancar os retrocessos implementados desde 2016 na área da comunicação. Um imenso desafio posto a este novo governo é lidar com a hegemonia das *big techs* no controle da esfera pública mediada pelas tecnologias e pela disseminação maciça de desinformação.

314) Para os comunicadores, há uma pauta ampla que precisa ser dialogada com o atual governo. Questões como: apoio à tecnologia nacional; fortalecimento do sistema público de comunicação e das rádios e TVs comunitárias; universalização do acesso à internet; regulação da radiodifusão e das plataformas digitais; garantia da diversidade e pluralidade comunicativas; enfrentamento à violência contra jornalistas e comunicadores; recuperação da autonomia e do caráter público e fortalecimento da EBC; estímulo à apropriação tecnológica e educação midiática.



SAÚDE ESTADUAL

Defesas da saúde pública, dos trabalhadores e do SUS

315) Ficou evidente que, desde o golpe de 2016, houve um processo consciente de destruição dos princípios de equidade, qualidade, universalidade e gratuidade que norteiam o Sistema Único de Saúde (SUS). Durante a pandemia da Covid-19, a CNTSS/CUT e suas entidades entraram em estado de alerta máximo na defesa dos trabalhadores essenciais – com destaque para os da saúde, pela atuação direta no combate ao vírus –, pela cobrança do atendimento rápido às demandas de proteção dos trabalhadores e da população, por vacinas e por mais investimentos para o SUS.

316) Em parceria com a Internacional de Serviços Públicos (ISP), a Confederação participou da entrega à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), de denúncia contra Bolsonaro por violações dos direitos e descaso com os trabalhadores da saúde. O documento apontava violações de direitos humanos que contrariavam a Convenção Americana de Direitos Humanos. As entidades cobravam *“medidas cautelares para proteção da vida, da integridade, da saúde e do trabalho digno de trabalhadores da saúde no país”*.

317) A estratégia de parcerias internacionais desencadeou projetos de formação e organização. Os Sindicatos estiveram integrados às discussões da ISP por ações em defesa dos trabalhadores da saúde e do sistema público. Participaram das discussões sobre o ingresso do capital privado no setor de saúde. Esse tema também foi desenvolvido em parceria com a UNI Global – Américas e a Fundação Friedrich Ebert, desdobrando-se em campanhas. Houve também campanhas por filiação.

318) Os Sindicatos se consolidaram como espaços de resistência aos ataques desferidos pelos gestores públicos contra os profissionais de saúde. O processo de terceirização dos serviços de saúde foi denunciado por comprometer o atendimento prestado ao usuário do sistema, por precarizar as relações e condições de trabalho e por ser um escoadouro de recursos públicos. Uma agenda de organização e lutas mobilizou essas entidades para garantir salários melhores, ampliação de direitos e valorização dos trabalhadores. Os Sindicatos realizaram campanhas salariais acirradas.

319) A CNTSS/CUT e seus Sindicatos dialogaram com as diversas instâncias governamentais e instituições de saúde para ver referendada a pauta dos trabalhadores. Para além da questão financeira, os momentos de negociação incorporaram pautas como plano de cargos, carreiras e salários, pautas sociais, data-base, gratificações e direitos trabalhistas. Alguns Sindicatos lutaram por isonomia salarial entre os servidores da saúde. As entidades empreenderam muita energia contra as propostas de reformas das previdências estaduais – medidas que traziam retirada de direitos e benefícios, prolongamento do tempo de contribuição, rebaixamento dos vencimentos e aumento nas alíquotas de recolhimento.

320) Os Sindicatos estaduais desenvolveram ações voltadas à Saúde do Trabalhador – política desenvolvida pela CUT, suas estaduais e pela CNTSS/CUT a partir da transversalida-



de de suas ações, que buscam avançar nas condições e relações de trabalho que permitam assegurar o bem-estar do trabalhador, preservando sua saúde física, social e mental. Um tema levado para discussão nos vários espaços institucionais e sociais, incluindo os Conselhos de Saúde em âmbito nacional, estadual e municipal, Comitês e Comissões de Saúde.

Mais financiamento para o SUS e valorização dos trabalhadores

321) A CNTSS/CUT entende que a retomada do governo por um projeto democrático e popular enseja o desafio de avançar ainda mais na consolidação do SUS. Dessa forma, reiterou, durante o 14º CONCURT, a defesa por mais financiamento para a saúde pública; valorização dos trabalhadores, com concurso público e criação da carreira única; combate à entrada do capital internacional na saúde; ampliação do setor industrial nacional; aplicação do piso salarial e aprovação da PEC nº 19/2024, da jornada de 30 horas para a enfermagem; combate à terceirização no SUS e a todas as demais formas de subcontratação que desvalorizam os profissionais, precarizam o sistema e comprometem o atendimento prestado.

322) Em 2021, a CNTSS/CUT foi eleita para compor o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Neste retorno à primeira titularidade no segmento de profissionais de saúde, a Confederação foi representada por seu secretário de Relações do Trabalho, à época, Mauri Bezerra dos Santos Filho. Outras três entidades integrantes da CNTSS/CUT tiveram vagas naquele mandato: a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS), representada pelo presidente da Confederação à época, Benedito Augusto de Oliveira, que ficou na primeira suplência; a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), representada pela dirigente da CNTSS/CUT, Fernanda Magano, que ocupou vaga na Mesa Diretora; e a Federação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (FENASCE), como segunda suplente. A secretária de Formação da CNTSS/CUT, Miriam Oliveira de Andrade, integrou a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde (CIRHRT/CNS).

323) Em 2024, em nova eleição realizada pelo Conselho Nacional de Saúde, para definição da Mesa Diretora para o mandato de 2024-2027, foi definida como presidenta da entidade a dirigente da CNTSS/CUT Fernanda Magano. A Confederação conquistou uma titularidade, ocupada por seu vice-presidente, Mauri Bezerra dos Santos Filho. No mesmo segmento, a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS) obteve a segunda suplência. A secretária de Formação da CNTSS/CUT, Miriam Oliveira de Andrade, manteve a representação da Confederação na Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde (CIRHRT/CNS).

Controle das *big techs* sobre os dados da saúde

324) A Confederação se debruçou sobre o problema da saúde digital, assunto que há tempos faz parte da pauta dos trabalhadores da área, a partir da participação no seminário realizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Na era das *big techs*, que acumulam dados e informações de usuários, foi debatida a necessidade de que sejam assegurados os direitos dos usuários e trabalhadores da saúde, assim como os aspectos da confidencialidade dos dados. A FIOCRUZ e o CNS participam das dis-



cussões em torno da regulamentação da prescrição eletrônica e da revisão da Política Nacional de Informação, Informática e Saúde. O Conselho se posicionou sobre a proposta de *Open Health*, destacando riscos aos usuários.

325) A Confederação representou os profissionais das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social na etapa nacional da “Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde”, que aconteceu em 2022 e representou um momento de síntese de todas as discussões ocorridas nos estados. A Confederação defendeu o SUS 100% público, seus trabalhadores e mais democracia. A atividade foi preparatória para a “17ª Conferência Nacional de Saúde”, convocada para 2023.

326) A CNTSS/CUT esteve entre as entidades dos trabalhadores da saúde a participar, em 2023, do “Encontro Nacional: Trabalho e Educação na Saúde do SUS”, promovido pelo Ministério da Saúde. O objetivo foi diagnosticar a situação e estabelecer estratégias para a reestruturação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), com foco nas políticas, programas e ações para o trabalho e a educação em saúde.

Retomada da Mesa de Negociação do SUS

327) As discussões sobre a Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNPSUS) foram acompanhadas pela Confederação. A CNTSS/CUT participou de oficina de formação realizada pelo Ministério da Saúde. A Mesa sempre foi uma demanda defendida pela Confederação. Em 2023, foi reinstalada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A coordenação ficou sob a responsabilidade do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde (DEGERTS/MS), ligado à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

328) A CNTSS/CUT foi indicada para compor este relevante espaço de Controle Social, de gestão das políticas do SUS e de diálogo com os trabalhadores. À época, representaram a Confederação sua secretária-geral, Isabel Cristina Gonçalves, como titular, e, na suplência, o dirigente nacional Ricardo Manzi. Também possuem representação a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), a Federação Nacional dos Agentes de Saúde e de Combate às Endemias (FENASCE) e a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS). A Confederação sempre teve vaga na Mesa e foi uma das entidades que denunciaram a sua interrupção a partir de 2019, por decisão unilateral e autoritária de Bolsonaro.

329) A CNTSS/CUT acompanhou o “Seminário Nacional Desafios do Financiamento do SUS: Dilemas e Perspectivas”, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde. O evento reuniu conselheiros estaduais e municipais de saúde, coordenadores de plenárias dos estados, lideranças, trabalhadores e técnicos para discutir o subfinanciamento no SUS e traçar estratégias para reversão desse grave quadro que comprometia a estrutura e os trabalhadores do sistema, assim como as políticas públicas voltadas à população.

330) A Confederação acompanhou, junto ao Ministério da Saúde, as discussões sobre a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES). Desde 2016, ocorreu um desmonte nas ações e uma descontinuidade em políticas para redes especializadas de atenção em saúde. A proposta foi envolver a gestão tripartite do SUS e o Controle Social



para apontar diretrizes de formulação de políticas, programas e iniciativas que enfrentem esses problemas.

331) Lideranças da CNTSS/CUT participaram do “Seminário os desafios do SUS para que amanhã seja realmente outro dia”, realizado em 2023 pelo Conselho Nacional de Saúde, para aprofundar temas como financiamento, defesa dos serviços públicos, consolidação do SUS, responsabilidade fiscal versus responsabilidade social e reforma tributária. Idealizado e coordenado pela Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento (COFIN), o seminário foi uma atividade preparatória à “17ª Conferência Nacional de Saúde”.

17ª Conferência Nacional de Saúde e demais espaços de participação

332) Dirigentes da Confederação e de suas entidades filiadas estiveram presentes à “17ª Conferência Nacional de Saúde”. A Conferência, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde e pelo Ministério da Saúde — cuja coordenação contou também com a participação da CNTSS/CUT — teve como objetivo a defesa incondicional do SUS. Realizada em Brasília, em 2023, a etapa nacional fechou o processo de debates preparatórios e teve como tema central: “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia”.

333) A Conferência reafirmou a importância do Controle Social e o compromisso do atual governo com o SUS, seus trabalhadores, os usuários e as políticas públicas. A Confederação apresentou Moções defendendo: a realização de uma Conferência Nacional do Sistema de Seguridade Social; mais financiamento para o SUS; a Carreira Única de Estado no SUS e sua consolidação como política pública de Estado; políticas de saúde do trabalhador para os profissionais do SUS; a realização da “5ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores”; a defesa da Política Nacional de Saúde Mental e a oposição às comunidades terapêuticas.

334) A CNTSS/CUT acompanhou as discussões sobre a Resolução nº 715, que dispunha sobre as orientações estratégicas para o Plano Plurianual (PPA) e para o Plano Nacional de Saúde (PNS), provenientes da “17ª Conferência Nacional de Saúde”. A proposta visava auxiliar a elaboração do PPA e do PNS, tendo como foco as necessidades do setor da saúde e a defesa do SUS, do Controle Social, das políticas públicas e dos trabalhadores.

335) Entre as discussões acompanhadas com grande preocupação pela Confederação no Conselho Nacional de Saúde, está aquela que ataca o financiamento da Seguridade Social. As entidades observam as tentativas de alteração do Artigo nº 195 da Constituição Federal Cidadã de 1988, que determina que a Seguridade Social seja financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, tendo o Estado como responsável por garantir a proteção social dos cidadãos. O financiamento ocorre de forma direta, por meio das contribuições dos trabalhadores, e indireta, através de tributos como Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária), a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição ao PIS e à COFINS, altera a forma de arrecadação dessas contribuições, impactando o financiamento da Seguridade Social.



1ª Conferência Livre da CNTSS/CUT

336) Com as inscrições de 118 lideranças representando 19 estados e o Distrito Federal, a CNTSS/CUT realizou, em 2024, a sua “1ª Conferência Livre”. A atividade fez parte da agenda preparatória da “4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (4ª CNGTES)”, marcada para dezembro daquele ano, em Brasília. Houve inscrições de representantes de 20 outras entidades do movimento sindical e de 24 entidades representativas de Conselhos de Saúde e Movimentos Populares.

337) A “1ª Conferência Livre” teve como tema: “Trabalhadoras e trabalhadores da CNTSS/CUT debatem e constroem a gestão do trabalho e a educação na saúde, o SUS que queremos com trabalho digno, com remuneração justa e carreira única implementada”. Contemplando as diretrizes para as etapas preparatórias da 4ª CNGTES, os participantes aprovaram uma diretriz e três propostas para cada um dos três eixos definidos, assim como elegeram delegados e suplentes para a etapa nacional.

338) Dirigentes da CNTSS/CUT e de suas entidades filiadas participaram da 4ª CNGTES. Realizada em dezembro de 2024, em Brasília, a 4ª Conferência teve como tema: “Democracia, Trabalho e Educação na Saúde para o Desenvolvimento: Gente que faz o SUS acontecer”, e foi promovida pelo Ministério da Saúde e organizada pelo Conselho Nacional de Saúde. A Conferência foi uma oportunidade para avaliar e reformular políticas de trabalho e educação na saúde, consolidando uma política pública permanente e resistente a adversidades, com monitoramento e avaliação pelos Conselhos de Saúde.



SAÚDE PRIVADA

Lutas e conquistas dos trabalhadores do setor da saúde privada

339) Os Sindicatos do setor privado da saúde, filiados à CNTSS/CUT, atuaram na defesa dos trabalhadores da saúde, dos serviços essenciais e da população durante a pandemia de Covid-19. Desde os momentos iniciais da crise sanitária, foram realizadas denúncias sobre a precariedade nos espaços de atendimento à população, a ausência de protocolos de trabalho, a falta de equipamentos individuais e coletivos de segurança, a escassez de insumos e a jornada exaustiva de trabalho. Muitos profissionais, inclusive, ficaram isolados de suas famílias para evitar o contágio.

340) Estudos divulgados sobre os dois primeiros anos da pandemia no Brasil demonstraram que mais de 4,5 mil profissionais de saúde dos setores público e privado foram a óbito. A pesquisa foi realizada pela Internacional de Serviços Públicos (ISP), com a participação de suas entidades filiadas, entre elas a CNTSS/CUT e seus Sindicatos da saúde, observando dados das estruturas de enfermagem e medicina. Dois terços dos profissionais que morreram provavelmente não tinham contrato formal de trabalho, segundo cruzamento de dados entre o Ministério da Saúde e informações sobre desligamentos por morte no novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

341) A estratégia desses Sindicatos foi ampliar a capacidade de luta a partir da ação integrada com a CNTSS/CUT, a CUT e entidades nacionais e internacionais que atuaram no embate direto contra o negacionismo criminoso de Bolsonaro, que levou à morte milhares de pessoas no país. Foram estabelecidas medidas de mapeamento dos locais de trabalho para compreender as necessidades dos profissionais e garantir estrutura e insumos para sua segurança durante a rotina de atendimento à população.

342) Os Sindicatos incorporaram as campanhas realizadas pela Confederação em defesa do SUS, de seus trabalhadores e da vacinação. Parcerias com a ISP, UNI Global Union e a Fundação Friedrich Ebert (FES) permitiram a realização de campanhas e estudos que resultaram em denúncias em âmbitos nacional e internacional contra as arbitrariedades de Bolsonaro no combate à pandemia, incluindo denúncias na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Houve diálogo com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para identificar os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores da saúde, incluindo as equipes de suporte das estruturas de atendimento.

343) Com a UNI Global Union, foram aprofundados os diálogos sobre a atuação das empresas United Health Group (Amil), Grupo Fresenius, Grupo NotreDame Intermédica e Rede D'Or São Luiz. As discussões, à época, desdobraram-se numa estratégia de interação entre esses Sindicatos para manutenção da comunicação e realização de pautas integradas. Em dezembro de 2024, representantes do setor privado acompanharam a “6ª Conferência Regional” e a “7ª Conferência Regional de Mulheres da UNI Américas”, realizadas em Córdoba, na Argentina.



344) Os Sindicatos dos trabalhadores da saúde privada mantiveram uma intensa agenda de lutas em defesa da pauta dos profissionais do setor, visando garantir os direitos diante da resistência dos empresários em dialogar e garantir avanços nas reivindicações financeiras e sociais da categoria. A Justiça do Trabalho foi uma das formas utilizadas para forçar que o setor empresarial revisse suas posições arbitrárias e contrárias ao diálogo com os trabalhadores, bem como para garantir o cumprimento dos direitos conquistados. Greves, paralisações e manifestações foram algumas das formas de mobilização e organização utilizadas nas negociações.

345) Bandeiras como: piso salarial nacional, combate à precarização, redução da jornada de trabalho, adicional de insalubridade, melhores salários, respeito à saúde do trabalhador, pagamento de benefícios, combate ao assédio moral e sexual, pagamento em dia de salários, cumprimento de acordos e convenções coletivas, preservação de empregos, melhores condições e relações de trabalho, e infraestrutura adequada nos locais de trabalho continuam entre as prioridades dessas entidades. Foram realizadas ações para ampliar as filiações aos Sindicatos por meio de campanhas.

346) As entidades dos trabalhadores do setor privado da Saúde aderiram às pautas e agendas apresentadas pela CUT e pela CNTSS/CUT em defesa da classe trabalhadora. Estiveram mobilizadas nas lutas contra a Política de Terceirização, as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência e a PEC nº 32/2020, na defesa da democracia, do Estado de Bem-Estar Social e contra as tentativas de golpes perpetradas por Bolsonaro. Acompanharam as agendas por mais investimentos para a Seguridade Social, pela defesa dos seus trabalhadores, das políticas públicas, dos usuários do sistema e contra a retirada de direitos da classe trabalhadora.

347) Os Sindicatos estiveram representados por suas delegações na “16ª Plenária Nacional da CUT” e no “14º Congresso Nacional da CUT (14º CONCUR)”, defendendo mais investimentos para o SUS e as pautas da Seguridade Social. Em 2023, acompanharam a “Marcha da Classe Trabalhadora”, em Brasília. Convocada pela CUT, a Marcha reuniu trabalhadores e lideranças de todo o país para defender a pauta da classe trabalhadora. Na ocasião, a CNTSS/CUT apresentou documento em defesa da Seguridade Social.

Denúncia contra o avanço do capital internacional no SUS

348) Os Sindicatos dos trabalhadores do setor privado mantêm a denúncia sobre o avanço sistemático do capital internacional na rede de saúde brasileira. Esse fenômeno não é recente e sinaliza o interesse do capital nos recursos destinados ao SUS. Estudo aponta que o país utiliza cerca de 4% do PIB para financiar o SUS, enquanto 6% vão para a saúde privada. Atualmente, 75% da população é dependente do SUS; e o SUS recebe 40% do total do gasto público em saúde, sendo que os outros 25% da população, que possuem planos de saúde, abocanham os outros 60% dos gastos. Os dados demonstram que o setor privado é dependente dos recursos públicos, enquanto o SUS, por sua vez, faz muito mais com muito menos recursos.

349) Matéria divulgada pela mídia privada, a partir de dados apresentados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), destaca que as operadoras de planos privados de saúde tiveram um lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões em 2024, um aumento de 271% em



relação ao ano anterior. Desse montante, cerca de R\$ 9,2 bilhões foram lucros das maiores operadoras. Trata-se do melhor desempenho registrado por esse setor desde 2020, quando foi declarada a pandemia no Brasil. Naquele ano, as operadoras faturaram R\$ 18,7 bilhões.

350) A CNTSS/CUT e suas entidades defendem o incremento da indústria nacional de saúde como forma de manter a soberania e fortalecer investimentos direcionados às demandas do SUS. É urgente o bloqueio da entrada do capital transnacional na estrutura do SUS e no fornecimento de insumos e demais produtos em saúde. São megaconglomerados que atuam no setor da saúde privada e comprometem a vitalidade do SUS. O avanço do capital internacional no setor da saúde atinge os trabalhadores dos setores público e privado, por reconfigurar os métodos e relações de trabalho, além do mercado de contratação, o que conduz à precarização do setor.

351) Esse tema se desdobrou em parcerias com a ISP, o Sindicato Internacional de Prestadores de Serviços (SEIU) e a UNI Global – Américas para compreender esse processo, que acontece também em outros países, e traçar estratégias para a luta no Brasil. Foram realizados momentos de formação, campanhas e mobilizações em defesa dos trabalhadores das empresas transnacionais. Um exemplo foi a campanha “Saúde Não é Mercadoria”, realizada com a Rede Sindical Brasileira UNI Saúde, da qual a CNTSS/CUT e seus Sindicatos fazem parte, para denunciar as más condições de trabalho na rede Hapvida.

352) A campanha levada pelos trabalhadores estabelecia uma pauta de reivindicações. Entre os principais pontos estavam: jornada de trabalho digna, revisão do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), banimento total do assédio moral no ambiente de trabalho, fim da precarização dos direitos e do ambiente de trabalho, tratamento digno aos pacientes e fim do trabalho desumano. Também foi feita menção à implantação do piso salarial da enfermagem. A Rede Sindical buscou estabelecer uma Mesa de Negociação com a Direção da empresa, mas não teve sucesso imediato.

353) Os Sindicatos participaram da “Conferência Livre Nacional” sobre a garantia dos direitos humanos na atenção às urgências e no acesso hospitalar no Brasil. O evento foi realizado em 2023 pela Rede Brasileira de Cooperação em Emergências, junto ao Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social e ao Grito das Excluídas e Excluídos Continental. A iniciativa fez parte das discussões preparatórias à “17ª Conferência Nacional de Saúde”.

Defesa do piso salarial da enfermagem

354) Os Sindicatos dos trabalhadores do setor privado da saúde atuaram na luta pelo piso salarial nacional da enfermagem para enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras. A demanda ganhou impulso a partir da apresentação do PL nº 2.564/2020, do senador Fabiano Contarato, que incorporava essa pauta histórica da categoria. A CNTSS/CUT e seus Sindicatos integraram a luta do Fórum Nacional da Enfermagem, à época coordenado pela Confederação, para buscar essa conquista, que recebia resistência do setor empresarial.

355) Foi um período de intensa mobilização em Brasília e nos estados. A vitalidade do movimento tomou o país e levou à sanção, pelo governo federal, em agosto de 2022, da Lei nº 14.434/2022, que alterava a Lei nº 7.498/1986 para criar o piso salarial nacional do



enfermeiro, do técnico, do auxiliar de enfermagem e da parteira. A artimanha de Bolsonaro foi vetar o artigo sobre a atualização anual do piso salarial com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

356) As entidades mantiveram a mobilização para garantir o cumprimento da lei pelos setores público e privado e sua sustentação constitucional. O retorno do governo democrático e popular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva permitiu a liberação de recursos para o custeio do piso da enfermagem, bem como para investimentos na Rede SUS e seus contratualizados. Posteriormente, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 11/2022, para evitar que tribunais de Justiça apontassem vício de iniciativa na Lei do piso salarial da enfermagem e desencadeassem judicializações, questionando a constitucionalidade do projeto.

357) A bandeira por até 30 horas de trabalho semanal para a enfermagem, uma luta histórica da CNTSS/CUT, foi reafirmada pelos Sindicatos. Estava presente no PL do senador Contarato o atrelamento do piso às 30 horas de trabalho, mas, por pressão da ala de extrema-direita do Congresso, que atuou a serviço do setor empresarial, essa reivindicação foi retirada. A luta ganhou força com a indicação da PEC nº 19/2024, que estabelece que o piso salarial dos profissionais da enfermagem corresponderá a uma jornada máxima de 30 horas semanais. A proposta prevê que o reajuste anual do piso não seja inferior à inflação acumulada no período. Em dezembro de 2024, o senador Fabiano Contarato (PT/ES) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça do Senado o parecer favorável à PEC.

358) Os Sindicatos acompanham as discussões na Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNPSUS). A Mesa é um fórum paritário que reúne gestores, prestadores de serviços e trabalhadores do SUS. Em 2023, por meio da Resolução nº 708, o Conselho Nacional de Saúde dispôs sobre a reinstalação da Mesa, que retomou suas atividades com nova estrutura e composição ampliada. Naquele ano, por meio de Portaria da Presidência da República, foi reinstalada a MNNPSUS, tendo como representantes da Confederação sua secretária-geral, Isabel Cristina Gonçalves, como titular, e, na suplência, o dirigente nacional Ricardo Manzi.

359) Os Sindicatos dos trabalhadores do setor privado da saúde estiveram representados na “17ª Conferência Nacional de Saúde”, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde e pelo Ministério da Saúde. A Confederação participou do processo de construção da Conferência. Como atividade preparatória à “4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (4ª CNGTES)”, as entidades participaram da “1ª Conferência Livre” promovida pela CNTSS/CUT. Em 2024, acompanharam a 4ª CNGTES, também promovida pelo CNS e pelo Ministério da Saúde.



Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e Agentes de Combate às Endemias (ACEs)

Defendendo os ACSs e ACEs durante a crise sanitária

360) Os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e os Agentes de Combate às Endemias (ACEs), assim como os demais profissionais da saúde e de serviços essenciais, tiveram um papel importante no atendimento à população durante a pandemia da Covid-19. A mesma situação de precariedade, falta de insumos, equipamentos de proteção, ausência de protocolos de segurança sanitária, falta de vacinas, entre outros pontos, esteve presente no cotidiano desses profissionais. A atuação dos agentes foi fundamental na busca ativa por pacientes sintomáticos, na disseminação de informações e nas visitas domiciliares que auxiliaram no fluxo de atendimento aos usuários do SUS.

361) A CNTSS/CUT, seus Sindicatos da saúde e a Federação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias (FENASCE) denunciaram a situação de precariedade e cobraram soluções para garantir a preservação da vida desses trabalhadores e de seus familiares. Foram realizadas ações nos estados e junto ao governo Bolsonaro para que fossem cumpridas as determinações da Nota Técnica sobre “Trabalho Seguro, Proteção à Saúde e Direitos dos ACSs no Contexto da Pandemia da Covid-19”, com destaque para a vacinação desses profissionais.

362) De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Brasil possui cerca de 400 mil ACSs e ACEs. A atuação desses profissionais permite uma abordagem mais humanizada e individualizada, focada na prevenção, na promoção da saúde e no acompanhamento integral das necessidades de saúde das pessoas. A Federação fez a denúncia permanente contra o governo Bolsonaro devido às inadequações nas condições e relações de trabalho, buscando garantir a valorização desses trabalhadores. A FENASCE debateu a reformulação da “Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)” para evitar possíveis retrocessos.

363) A FENASCE travou uma intensa batalha em Brasília para que o governo Bolsonaro efetivasse o pagamento do piso salarial da categoria. Em dezembro de 2021, após mobilização junto à Câmara Federal, os trabalhadores conseguiram derrubar o veto 44/21, que retirava da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a previsão de reajuste do piso salarial nacional dos agentes. Em 2022, a Federação enfrentou o Ministério da Saúde para que fosse publicada a Portaria que reajustava o salário da categoria. À época, protocolou ofícios na Comissão Mista de Orçamento e no Ministério da Saúde solicitando o cumprimento do reajuste.

364) A Federação mobilizou suas entidades para acompanharem as pautas nacionais defendidas pela CUT e CNTSS/CUT contra os ataques feitos por Temer e Bolsonaro à classe trabalhadora. Estiveram presentes nas mobilizações contra a EC nº 95/2016, a Política de Terceirização, as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, e a proposta da PEC nº 32/2020, além de outras medidas que retiravam direitos, sucateavam o Estado brasileiro e ameaçavam a democracia. A FENASCE e seus Sindicatos contribuíram com as discussões realizadas pela Central



durante a “16ª Plenária Nacional da CUT” e o “14º Congresso Nacional da CUT (14º CONCUR)”, defendendo as bandeiras da CNTSS/CUT por mais investimentos no SUS e nas políticas de Seguridade Social.

365) Incorporando a diretriz defendida pela CNTSS/CUT de atuar nos espaços de Controle Social, a FENASCE busca levar a discussão sobre os ACSs e ACEs para os espaços institucionais nas esferas federal, estadual e municipal, por meio da participação em Conselhos e Fóruns. Em 2021, foi eleita para compor o colegiado do Conselho Nacional de Saúde (CNS) como segunda suplente.

Trabalhadores conquistam sanção da PEC nº 22/2011

366) A FENASCE e seus Sindicatos atuaram em favor da PEC nº 22/2011, que trata da política remuneratória e da valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. Um dos principais fatores que levaram à criação da PEC nº 22/2011 foi o não cumprimento da Lei nº 11.350/2006 por parte de municípios, onde muitos ACSs e ACEs continuavam trabalhando sob condições precárias e sem vínculo contratual regularizado.

367) Mobilizações foram realizadas em Brasília para aprovação da PEC. Os dirigentes da FENASCE mantiveram contato com parlamentares cobrando a tramitação e aprovação da proposta, ao mesmo tempo que mobilizavam a categoria. Além de tratar da política remuneratória, o texto da PEC previa adicional de insalubridade e aposentadoria especial. Aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cabia estabelecer incentivos, auxílios, gratificações e indenizações para valorizar o trabalho desses profissionais.

368) Em maio de 2022, depois de muita luta da categoria, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 120/2022, que garantiu um piso salarial nacional de dois salários mínimos aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, com recursos disponibilizados pela União. Foram quase onze anos de tramitação no Congresso Nacional da proposta, originalmente apresentada como PEC nº 22/2011. Os ACSs e ACEs já acumulam as conquistas de três Emendas Constitucionais em seu favor: nº 51, nº 63 e nº 120.

369) A FENASCE acompanhou os trâmites da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18/2022, que estabelecia o piso salarial de três salários mínimos para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias com formação em curso técnico. As lideranças entendiam que a Lei nº 13.595/2018 estabeleceu novas atribuições e mais responsabilidades para a categoria, o que também tornava necessária uma correção salarial.

Mobilizados pela aplicação do piso salarial

370) A Federação acompanhou os desdobramentos do julgamento realizado em abril de 2023 no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a aplicabilidade do piso salarial dos ACSs e dos ACEs nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, independentemente do regime jurídico a que estivessem vinculados. Os ministros entenderam, por unanimidade, que o piso deveria ser aplicado como remuneração mínima nacional, declarando a sua constitucionalidade. As lideranças dos trabalhadores defendiam que o piso regulamentado pela EC



nº 120/2022 é o vencimento-base pago aos agentes, e não a remuneração total recebida.

371) Com a retomada do governo democrático e popular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ACSs e ACEs conquistaram uma importante vitória. Desta vez, foi a sanção presidencial, em 2023, do Projeto de Lei nº 1.802/2019, que alterava a Lei nº 11.350/2006, passando a reconhecer os ACSs e ACEs como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. A medida vinha sendo defendida e construída pela CNTSS/CUT, pela FENASCE e por demais entidades filiadas. Para aquele ano, foram previstos R\$ 9,9 bilhões — 27% a mais que em 2022 — para o pagamento de salários dos agentes.

372) O PL nº 1.802/2019 havia sido aprovado no Senado em dezembro de 2022. De acordo com a Lei nº 14.536/2023, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.350/2006 passou a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A: *“Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são considerados profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para fins do disposto na alínea ‘c’ do inciso XVI do caput do art. 37 da Constituição Federal”*. Com a nova legislação, os profissionais poderão acumular cargos, desde que haja compatibilidade de horários e se observe o teto remuneratório constitucional.

373) A FENASCE e suas entidades contribuíram com a organização e mobilizaram suas bases para participarem da “29ª Edição do Grito dos Excluídos”, realizada em 2023, cujo tema foi “Você tem fome e sede de quê?”, sempre dentro do lema permanente: “A Vida em Primeiro Lugar”. Promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde 1995, o Grito dos Excluídos movimenta anualmente cidades de todo o país no dia 7 de setembro, com caminhadas, atos e mobilização para destacar as pautas de interesse social.

Reforçando a agenda de diálogo

374) Em julho de 2024, a FENASCE esteve entre as entidades que participaram da “Primeira Marcha Nacional dos ACSs e ACEs” em Brasília. Em agosto daquele ano, seus dirigentes se reuniram com o Ministério da Saúde. Na ocasião, foram discutidas pautas como a revisão da Portaria que trata do quantitativo de Agentes de Combate às Endemias nos municípios; a alteração da Portaria Ministerial do Incentivo Financeiro Anual da categoria, destinando o repasse a esses profissionais; a metodologia de trabalho dos ACSs e ACEs — técnicos nos territórios; a publicação da Portaria da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do técnico de ACEs; e a sistematização no combate às arboviroses.

375) A FENASCE realizou audiência com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, em 2024, para reforçar a necessidade de apoio à aprovação da aposentadoria especial, integral e paritária para os ACSs e ACEs. As lideranças reiteraram que tramitava na Câmara dos Deputados a PEC nº 14/2021, que estabelece um Sistema de Proteção Social e Valorização para os ACSs e ACEs, garantindo aposentadoria especial, integral e paritária após 25 anos de serviço. Foi cobrada a necessidade de alteração da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), para que o ACE seja reconhecido como de nível técnico, tal como o ACS foi recentemente, pela Portaria nº 1.546.

376) A FENASCE acompanha, em Brasília, a tramitação do Projeto de Lei nº 460/2019, que prevê o pagamento do Incentivo Financeiro Anual (IFA) para todos os agentes. Em outubro



de 2024, a proposta foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal. A aprovação foi resultado da mobilização da FENASCE e de seus Sindicatos, que atuaram junto aos parlamentares para dialogar sobre a importância desse incentivo para a categoria.

377) As entidades acompanharam a aprovação, em novembro de 2024, da Portaria nº 5.490 do Ministério da Saúde, que autorizava o repasse de mais de R\$ 191,9 milhões aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A verba, que faz parte do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), foi enviada para ser repassada aos ACSs nos municípios onde existissem leis específicas que regulamentassem esse repasse. O repasse é semelhante ao do recurso referente ao Incentivo Financeiro Anual (IFA).

378) Outra conquista foi a sanção, em novembro de 2024, do Projeto de Lei nº 2.012/2019 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que possibilita a concessão de indenização aos ACSs e ACEs que utilizam veículo próprio para o exercício de suas funções. A legislação, que atualizou a Lei nº 11.350/2006, representou um avanço na valorização e reconhecimento do trabalho desses profissionais, que possuem um papel de destaque na promoção e na prevenção em saúde.

379) O processo de formação permanente dos ACSs e ACEs está entre as prioridades do acompanhamento da FENASCE. A entidade participou da oficina de planejamento do Programa de Qualificação em Educação Popular em Saúde (EdPopSUS) e do Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS). O evento foi resultado da retomada da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS, pelo Ministério da Saúde.

380) A Federação acompanha o cronograma dos cursos técnicos para ACSs e ACEs presentes no Programa Mais Saúde com Agente. Trata-se de uma iniciativa envolvendo o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e escolas de saúde do SUS para capacitar esses profissionais. Na formação da segunda turma, foram disponibilizadas 180 mil vagas. O Ministério da Saúde declarou que 93% dos municípios aderiram à oferta dos cursos.

381) Lideranças da FENASCE acompanham as discussões na Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNPSUS). As atividades da Mesa estão sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS). Entre as principais pautas estão: democratizar as relações de trabalho; aperfeiçoar os procedimentos relacionados à precarização do trabalho; contribuir para o funcionamento do SUS; qualificar os serviços prestados aos usuários do SUS; implementar políticas públicas de saúde; superar adversidades nas relações de trabalho; e discutir as políticas de recursos humanos em saúde.

382) A FENASCE e seus Sindicatos estiveram em Brasília, em 18 de março deste ano, para um grande ato reunindo ACSs e ACEs de todo o país, com a finalidade de defesa dos principais projetos de interesse da categoria que estão em tramitação no Congresso Nacional: PEC nº 14/2021, sobre a criação de um sistema de proteção social para ACSs e ACEs; PLP nº 229/2023, que regulamenta a aposentadoria especial; e PL nº 185/2024, que propõe regulamentar a aposentadoria especial, garantindo paridade e integralidade dos benefícios, além de estabelecer critérios de idade e tempo de serviço, assim como outras garantias,



como a conversão de tempo especial em comum e a contagem do tempo dos dirigentes sindicais da categoria.

383) Na ocasião, as lideranças e os trabalhadores participaram do “Seminário Nacional sobre a Aposentadoria Especial, Integral e Paritária dos ACSs e ACEs”, realizado na Câmara dos Deputados. As lideranças aproveitaram a oportunidade para buscar apoio dos parlamentares na aprovação dos projetos de interesse da categoria. Entre as reivindicações da categoria estão o piso salarial para técnico de ACS e ACE, o pagamento da insalubridade, a realização de curso técnico para todos os agentes e a aposentadoria especial, integral e paritária.



ENFERMAGEM

Enfermagem na linha de frente salvando vidas

384) Os profissionais da enfermagem reafirmaram a importância de seu trabalho durante a pandemia da Covid-19. A atuação desses trabalhadores possibilitou os cuidados à população durante a grave crise sanitária. A pandemia demonstrou a relevância do setor da saúde e do conjunto de profissionais que atuam nessa área. Dados divulgados em junho de 2023 pelo Observatório da Enfermagem demonstraram que foram notificados cerca de 65 mil casos de contaminação, com 872 mortes confirmadas desses trabalhadores.

385) A CNTSS/CUT defendeu a enfermagem a partir do levantamento das condições de trabalho e intensificou as denúncias sobre a precariedade diagnosticada, buscando pressionar o governo Bolsonaro, os demais governos e o setor privado para que oferecessem condições seguras e adequadas ao exercício das funções desses profissionais. A Confederação subscreveu Nota de apoio aos profissionais divulgada pelo Fórum Nacional da Enfermagem, estabelecendo os cuidados sanitários durante o período da pandemia. Dados de 2022 apontavam cerca de 2,5 milhões de profissionais da enfermagem no país, sendo que mulheres correspondiam a 85% desse contingente.

386) Levantamentos realizados pela Confederação e seus Sindicatos reafirmaram a precariedade nas condições de trabalho, a falta de segurança, o descumprimento de normas sanitárias, a escassez de insumos e de equipamentos de proteção individual e coletiva, a sobrecarga de trabalho e a dificuldade de vacinação dos trabalhadores. Foram de grande valor as parcerias com a Internacional de Serviços Públicos (ISP), a Fundação Friedrich Ebert, a UNI Global e a Fundação Oswaldo Cruz para a elaboração de diagnósticos que permitissem avanços nos cuidados com esses trabalhadores. Esforços que se desdobraram em visitas, reuniões e audiências no Congresso Nacional para aprovação de leis de interesse da categoria.

387) Concomitantemente, a CNTSS/CUT manteve sua mobilização e organização em defesa das demais pautas da enfermagem: aprovação do Piso Salarial Nacional da Enfermagem para enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras; jornada de até 30 horas semanais; aposentadoria especial; defesa do SUS; isonomia com outros profissionais da saúde; segurança no exercício da profissão; formação e qualificação profissional; horas extras; insalubridade; acordos e dissídios coletivos; combate ao assédio moral; regulamentação da NR nº 32, que estabelece diretrizes de segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, entre outras medidas.

388) A Confederação integrou a luta contra a Educação a Distância (EAD) como forma de ensino na graduação em enfermagem, por entender que comprometeria a qualificação desses profissionais. Esteve entre as entidades que, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, assinou a Moção de Apoio nº 004, de 25/05/2021, ao posicionamento da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) contra os retrocessos na formação em enfermagem. Outro ponto ao qual a Confederação se manifestou contrária foi à proposta de criação de um piso salarial ético para o setor.



CNTSS/CUT na coordenação do Fórum Nacional da Enfermagem

389) Ao final de 2021, a CNTSS/CUT assumiu a coordenação do Fórum Nacional da Enfermagem para o período de 2021 a 2024. Na atual gestão, permanece na estrutura de Direção da entidade. A Confederação acompanhou os trâmites de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564/2020, de iniciativa do senador Fabiano Contarato, que estabelecia o piso salarial nacional da enfermagem para enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras, proposta originalmente atrelada à jornada de até 30 horas semanais de trabalho. Os temas abordados no PL sempre foram prioritários para a Confederação e seus Sindicatos. A enfermagem era a única categoria da saúde que não possuía piso salarial nacional. Quanto à jornada de 30 horas, a situação é semelhante: muitas outras categorias já conquistaram esse direito.

390) As entidades sindicais enfrentaram forte resistência do setor empresarial privado da saúde para barrar o PL nº 2.564/2020. A CNTSS/CUT se manifestou em espaços institucionais e sociais, repudiando as estratégias empresariais contrárias à aprovação do piso salarial. A Confederação orientou seus Sindicatos a incorporarem a agenda de mobilizações do Fórum Nacional da Enfermagem em Brasília e nos estados, além de ampliarem os canais de diálogo com os parlamentares e a sociedade.

391) A luta pelo piso se desdobrou na mobilização para garantir a segurança jurídica de sua aplicação. Essa conquista só foi possível graças à articulação das entidades do Fórum com a sociedade e os parlamentares. Em julho de 2022, o Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 11/2022, que se tornou a EC nº 124/2022, garantindo base jurídica para a aplicação do piso salarial da enfermagem. A EC nº 124/2022 surgiu para evitar ações na Justiça sob alegação de vício de iniciativa, quando a proposta é apresentada por um dos Poderes sem competência constitucional para isso.

Piso da Enfermagem: luta histórica da Confederação

392) Estratégica e persistentemente, a Confederação e suas entidades levaram a pauta da aprovação e implementação do piso da enfermagem a todos os espaços institucionais e de Controle Social. Os Sindicatos da enfermagem acompanhavam, simultaneamente, as demais pautas da classe trabalhadora e da CUT nas lutas contra a EC nº 95/2016, as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, a Lei da Terceirização, a PEC nº 32/2020 e a retirada de direitos promovida por Temer e Bolsonaro, bem como a defesa da democracia.

393) As entidades levaram a pauta da enfermagem para discussão na Central, como na “16ª Plenária Nacional da CUT”, no “14º Congresso Nacional da CUT (14º CONCUT)” e na “Marcha da Classe Trabalhadora” em Brasília. Nesta última, a Confederação divulgou um documento com propostas por mais investimentos para a Seguridade Social, fortalecimento das políticas e serviços públicos e valorização dos trabalhadores. Entre os destaques estavam a defesa da aplicação do piso salarial e a aprovação da PEC da jornada de 30 horas para a enfermagem.

394) A Confederação e seus Sindicatos estiveram presentes nas lutas pelas aprovações do PL nº 2.564/2020 e da EC nº 124/2022. Houve muitos debates e estudos sobre a viabilidade financeira do piso da enfermagem, além de enfrentamentos com os setores público



e privado. A mobilização dos trabalhadores permaneceu ativa nas ruas e no Congresso Nacional. O resultado foi que, em agosto de 2022, Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.434/2022, que alterava a Lei nº 7.498/1986 para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, técnico, auxiliar de enfermagem e parteira. A nova lei manteve os salários superiores ao piso, mas Bolsonaro vetou o reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

395) Um intenso debate, acompanhado pela CNTSS/CUT e pelo Fórum, ocorreu no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a liminar do ministro Luiz Roberto Barroso, que suspendeu por 60 dias a implantação do piso. A justificativa foi a necessidade de apresentação do impacto da medida sobre o sistema de saúde, em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.222, proposta pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSAÚDE).

396) A vitória nessa disputa veio em maio de 2023, quando o ministro Barroso revogou a liminar da ADI nº 7.222 e determinou o cumprimento do piso nacional da enfermagem em todo o território brasileiro para os trabalhadores dos Estados, Municípios e Distrito Federal, dentro dos limites dos recursos repassados pela União. Para o setor privado, orientou que fossem observadas as regras legais vigentes, assegurando o diálogo entre empregadores e Sindicatos, com possibilidade de negociação coletiva.

397) Nesse meio-tempo, em abril de 2023, a enfermagem conquistou, com o novo governo democrático e popular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei PLN nº 5/2023, de autoria da Presidência da República, que permitiu o remanejamento orçamentário de R\$ 7,3 bilhões ao Ministério da Saúde para garantir o pagamento do piso salarial da enfermagem. O valor custeou os salários até dezembro daquele ano. Para os anos seguintes, os recursos deveriam constar no Orçamento Anual da União.

398) A Confederação acompanhou as discussões sobre o piso salarial da enfermagem para o setor privado junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em reunião realizada em novembro de 2023, as entidades dos trabalhadores divulgaram Nota rejeitando a proposta patronal, que não apresentava avanços rumo ao cumprimento da Lei do Piso. O documento patronal propunha parcelamento da implantação do piso entre 24 e 30 meses — anteriormente era de até 36 meses —, com uma parcela inicial de 20% e as demais semestrais, sem previsão de reajuste salarial durante esse período.

399) A CNTSS/CUT assinou Nota Pública de Apoio ao Fórum Nacional da Enfermagem, divulgada pela Bancada Sindical na Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNPSUS). As entidades sindicais cobraram avanços na implementação do piso da enfermagem. O documento apontava os desafios a serem superados: transparência nos repasses financeiros aos três entes federativos para os serviços de saúde próprios e contratados; retomada das negociações no Palácio do Planalto para efetiva aplicação do piso salarial; e fortalecimento do papel do Sistema de Conselhos de Saúde do SUS no processo de fiscalização dos repasses da assistência financeira aos estados e municípios.



Pioneirismo da CNTSS/CUT pela jornada de até 30 horas semanais

400) A CNTSS/CUT foi pioneira na defesa da jornada de até 30 horas semanais para a enfermagem. Entre as iniciativas nesse sentido esteve a campanha “30 horas é o limite – mais emprego, mais saúde para todos”, lançada em 1996 e atualizada em 2011. Recentemente, intensificou sua mobilização para garantir a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 19/2024, que visa alterar a Constituição Federal para estabelecer que o piso salarial de enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras corresponda a uma jornada máxima de trabalho de trinta horas semanais. Além disso, a proposta prevê um reajuste anual do piso salarial, que não será inferior ao índice de variação inflacionária acumulada nos doze meses anteriores.

401) A CNTSS/CUT acompanhou o Fórum Nacional da Enfermagem na definição de estratégias em defesa da PEC nº 19/2024. Entre as ações estavam o diálogo direto com líderes partidários, a organização de uma campanha informativa para os profissionais da saúde, o agendamento de audiências públicas para debater o tema e a realização de atos para dialogar com a sociedade. Além disso, foi enviada uma Carta Aberta a todos os deputados federais, destacando os impactos positivos da medida para a enfermagem e para a qualidade do sistema de saúde.

402) A defesa da PEC nº 19/2024 foi feita pela CNTSS/CUT em Sessão Solene e Audiência Pública realizada na Câmara dos Deputados durante as comemorações do Dia Internacional da Enfermagem de 2024. A Confederação compôs a Mesa de debates da audiência, cujo tema foi “As condições para a implantação do piso salarial da enfermagem e a nova PEC da Jornada de 30 horas”. Foram discutidos os empecilhos para que a lei do piso salarial da enfermagem fosse respeitada. No setor público, havia a constatação de inúmeros casos em que os pagamentos dos valores estabelecidos pela lei estavam sendo feitos com grande atraso. Já no setor privado, os empresários demonstravam maior resistência em cumprir a lei.

403) Em dezembro de 2024, o senador Fabiano Contarato apresentou à Comissão de Constituição e Justiça do Senado parecer favorável à PEC nº 19/2024. Enfatizou que a formalização da jornada de 30 horas na Constituição oferece segurança jurídica às categorias. Sobre o reajuste anual do piso, argumentou que a medida evita a defasagem salarial.

404) Em dezembro de 2024, a Confederação acompanhou a última reunião do ano do Fórum Nacional de Enfermagem, ocasião em que foi feito o balanço das conquistas e apontadas as prioridades para 2025, com destaque para a aprovação da PEC nº 19/2024. Foi realizada uma análise de conjuntura sobre a relação com o Congresso Nacional, abordando os principais problemas enfrentados para o avanço das pautas de interesse da enfermagem. As lideranças determinaram que a primeira atividade de 2025 junto ao Congresso Nacional ocorreria em março.

405) Em 12 de março, a enfermagem abriu a temporada de mobilizações de rua em Brasília para 2025 com um grande ato em frente ao Congresso Nacional pela aprovação da PEC nº 19/2024. Além das lideranças e trabalhadores, parlamentares e representantes da Bancada da Enfermagem estiveram presentes para endossar o apoio à categoria. Em 18 de março, a Confederação esteve em Brasília para o lançamento da nova “Frente Parlamen-



tar em Defesa da Enfermagem”. O evento aconteceu na Câmara dos Deputados. A primeira Frente havia sido criada em 2019.

406) Está na agenda da nova Frente Parlamentar negociar o reajuste do piso nacional da categoria em, pelo menos, 10%. Outras categorias já obtiveram reajustes, mas os enfermeiros ainda não. Outra pauta relevante é a aprovação da PEC nº 19/2024 no Senado. A carga excessiva de trabalho desses profissionais ocasiona diversos tipos de adoecimento. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já emitiu parecer afirmando que o profissional de saúde só suporta trabalhar 30 horas por semana.

407) A estratégia adotada pelo Fórum Nacional da Enfermagem é manter uma agenda permanente, nos próximos meses, com atividades em Brasília para dialogar com os senadores sobre a PEC nº 19/2024. O Fórum decidiu participar ativamente das atividades do “Dia Mundial da Saúde”, em 7 de abril. Também definiu uma agenda especial em maio com atividades que integrarão o calendário das comemorações do Mês da Enfermagem, incluindo uma sessão solene e uma audiência pública cujo tema será a valorização dos trabalhadores. Para junho, está prevista a realização de um ato em Brasília.



MÉDICOS

Defesa dos médicos durante a pandemia

408) A categoria dos médicos esteve entre os profissionais da saúde mais expostos ao contágio durante a pandemia de Covid-19. Dados divulgados em 2023, a partir de estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), contabilizando apenas o período de março de 2020 a março de 2021, indicaram o registro de 622 óbitos de médicos no país. No referido período, houve predominância absoluta de homens entre os mortos por Covid-19: 87,6%, contra 12,4% de mulheres.

409) A CNTSS/CUT e o Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo (SIMESP) intensificaram levantamentos junto aos equipamentos de saúde para diagnosticar as condições de trabalho desses profissionais. O quadro geral da saúde era de precarização das condições e relações de trabalho, falta de insumos e equipamentos de proteção, jornada excessiva, ausência de vacinas, exposição ao contágio, insalubridade, contratação informal, demissões arbitrárias, falta de pagamento, entre outros. Ainda em 2021, o SIMESP cobrou da Prefeitura de São Paulo a alteração do fluxo de atendimento à Covid-19, visando estratégias de segurança para os profissionais.

410) Entre as muitas ações realizadas nesse período, o SIMESP participou do ato público intitulado “Vacina no braço e comida no prato”, no qual manifestantes em todo o país cobravam do governo Bolsonaro vacinação e testagem em massa, além do aumento do valor do auxílio emergencial. Outra denúncia dizia respeito ao recorde de desemprego: 54 milhões de pessoas sem emprego decente, fato que recolocou o Brasil no Mapa da Fome. O SIMESP incentivou a participação de usuários e profissionais nos espaços de Controle Social, inclusive para defender o sistema contra a privatização e terceirização.

Manutenção da pauta da categoria e luta contra retrocessos

411) Durante a pandemia, o Sindicato se mobilizou contra a negativa das empresas de saúde em conceder reajuste salarial conforme a inflação. Na ocasião, o SIMESP e o Sindicato dos Nutricionistas (SindiNutri) mobilizaram os trabalhadores por meio de uma Campanha Salarial Unificada da Saúde. Os Sindicatos responsabilizaram o Poder Executivo pela perda salarial e criticaram a lógica de cortes de verbas.

412) Durante o governo Bolsonaro, houve forte mobilização contra a PEC nº 32/2020, da Contrarreforma Administrativa, que, entre os ataques aos trabalhadores, incluía o fim do Regime Jurídico Único. A proposta afetaria médicos servidores e aqueles que desejavam ingressar na saúde pública, pois alteraria o vínculo do trabalhador com o Estado, retiraria a perspectiva de progressão na carreira e facilitaria a demissão.

413) O Sindicato manteve a mobilização pela revogação das Contrarreformas Trabalhista, Previdenciária e da Lei das Terceirizações, orquestradas por Temer e Bolsonaro. Consideradas pautas prioritárias pela CUT e pela CNTSS/CUT, esses temas foram levados ao diálogo

com a sociedade para demonstrar o engodo que representavam. A entidade acompanhou as agendas prioritárias da Central e participou com delegações da “16ª Plenária Nacional da CUT”, do “14º Congresso Nacional da CUT (14º CONCUR)” e da “Marcha da Classe Trabalhadora” em Brasília. Durante o 14º CONCUR, a dirigente da Confederação e do SIMESP, Juliana Salles de Carvalho, foi eleita para a Direção Executiva da Central para o mandato de 2023 a 2027.

414) O SIMESP se posicionou, inclusive com envio de Carta aos senadores, contra a Medida Provisória nº 1045/2021. O ofício solicitava que os parlamentares excluíssem do texto três programas e demais artigos que permitiam a retirada de uma série de direitos da classe trabalhadora. Conforme destacado na Carta, a MP nº 1045/2021 estipulava, em alguns de seus 94 artigos, “o fim das jornadas especiais; a redução e a revogação de direitos trabalhistas constantes em diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e a alteração prejudicial à gratuidade de acesso à Justiça”.

415) O Sindicato denunciou a ação do prefeito Ricardo Nunes ao enviar à Câmara dos Vereadores uma proposta de Reforma da Previdência Municipal que, assim como a Contrarreforma da Previdência Federal, causaria a desvalorização da renda dos servidores e o aumento da idade de aposentadoria. O “pacote de maldades”, como foi chamado pelas lideranças, correspondia aos Projetos de Lei (nº 650/2021, nº 651/2021, nº 653/2021 e nº 659/2021) e ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica, o PLO nº 07/2021 do Sampaprev 2.

416) No mesmo período, o Sindicato denunciou a iniciativa do então governador João Doria, que enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 26/2021, que alterava regras do serviço público, nos moldes pretendidos por Bolsonaro com a PEC nº 32/2020. As medidas previam a flexibilização dos contratos, da jornada de trabalho e da remuneração dos servidores, além de confiscar seus direitos e facilitar a contratação direta de pessoal por meio de empresas privadas.

Médicos presentes nas muitas lutas da classe trabalhadora

417) Durante o governo Bolsonaro, o SIMESP atuou de forma incisiva contra a misoginia presente em sua gestão e que se espalhava pela sociedade. Somando-se aos demais movimentos progressistas, sindicais, populares e de mulheres, o Sindicato esteve nas ruas no “Dia Internacional da Mulher” para denunciar essa realidade. Entre as muitas reivindicações estavam: pela vida das mulheres; contra a fome, a carestia, a violência e o desemprego; pelos direitos sexuais e reprodutivos; pelo fim da divisão sexual e racial do trabalho; por salário igual para trabalho igual; pela legalização do aborto; pela revogação de todas as privatizações, das Contrarreformas e do Teto de Gastos; pela defesa do SUS e dos serviços públicos gratuitos e de qualidade; contra a dupla jornada das mulheres.

418) O “Dia Mundial da Saúde de 2022” foi um momento de levar às ruas a luta dos trabalhadores por direitos e melhores condições de atendimento à população. Naquele ano, vários Sindicatos da saúde, incluindo o SIMESP, realizaram um Ato Unificado em defesa do SUS e pela valorização dos trabalhadores da saúde. Foi um momento de reflexão sobre a situação da saúde pública, tão atacada por Bolsonaro, bem como de denúncia da retirada de direitos que avançava no estado e na cidade de São Paulo, por meio das privatizações e quarteirizações.



419) O Sindicato atuou na defesa dos profissionais do Programa Mais Médicos, que vinham sendo dispensados pela Secretaria Municipal de Saúde da capital, mesmo com o programa federal ativo até 2023. Também denunciou a privatização de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e o processo de fusão de Unidades que não levava em consideração os profissionais nem a posição do Conselho Gestor. Para o Sindicato, o que ocorria na prática era a configuração de um processo de terceirização, com a entrega de equipamentos de saúde à iniciativa privada por meio de um Contrato de Gestão.

420) O SIMESP acompanhou a mobilização dos trabalhadores do Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER), contrários à terceirização que vinha ocorrendo no sistema, e lutava por mais contratações de profissionais. O Sindicato denunciou a iniciativa do governo estadual de terceirizar o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD). O equipamento integrava a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e era uma das principais referências em saúde mental na cidade e na Região Metropolitana de São Paulo.

421) O governo Tarcísio extinguiu o CRATOD e inaugurou, no mesmo edifício, o Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas. Os trabalhadores relataram a piora no atendimento à população, em benefício de entidades privadas, Organizações Sociais de Saúde (OSS) e Comunidades Terapêuticas (CT), em detrimento da política dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O Fórum Popular de Saúde, Sindicatos — entre eles o SIMESP e o SINDSAÚDE-SP — e diversas entidades se manifestaram contra o novo modelo de atenção à saúde e o caráter higienista da nova política estadual sobre drogas e álcool.

422) O SIMESP tornou público o alto número de cirurgias represadas na rede pública do estado de São Paulo. O Sindicato denunciou que o problema já existia mesmo antes da pandemia, em razão da omissão dos governos locais em investir no SUS. Apenas nos dois primeiros anos do então governador João Doria, o investimento médio em saúde caiu 23% em relação a administrações anteriores. Destacou também que os serviços essenciais estavam sendo entregues às OSs para que fossem geridos como empresas.

#Retroativojá!: conquistas nas campanhas salariais

423) Em 2023, o SIMESP realizou uma intensa luta para garantir que as OSs pagassem o reajuste salarial retroativo da categoria, acordado na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023. Com a campanha #Retroativojá!, o Sindicato mobilizou os profissionais nos locais de trabalho. A categoria estava insatisfeita com o desrespeito às negociações da Convenção e denunciava a sobrecarga e a pressão para o cumprimento de metas. O SIMESP entrou com uma representação no Ministério Público do Trabalho (MPT) para garantir os direitos dos trabalhadores e manteve a categoria mobilizada.

424) Em junho daquele ano, médicos de cerca de 65 unidades de saúde do município aderiram à paralisação devido à falta de pagamento do reajuste salarial retroativo. Com o resultado positivo da mobilização, foi deliberada a manutenção do movimento com outras categorias da saúde que enfrentavam o descumprimento de suas convenções pelo Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo. Técnicos e auxiliares de enfermagem também lutavam pelo piso salarial no Município e no Estado.

425) A mesma luta se replicou na Convenção Coletiva de Trabalho 2023–2024 dos trabalhadores de OSs, Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Foram encaminhadas inúmeras denúncias ao Sindicato sobre empregadoras que descumpriam o pagamento do retroativo. A entidade notificou as empregadoras, inclusive o próprio sindicato patronal (SINDHOSFIL-SP), para reiterar a urgência da regularização, o que resultou no pagamento por parte de algumas empresas.

426) Em 2023, houve uma importante vitória para os profissionais de medicina de grupo. A Convenção Coletiva de Trabalho 2022–2023, firmada entre o SIMESP e o Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo, garantiu à categoria o reajuste salarial equivalente à inflação do período. A correção salarial abrangeu todo o período de negociação até a data-base da categoria. O reajuste retroativo foi assegurado. Essa vitória foi replicada na Convenção Coletiva de Trabalho 2023–2024, incluindo o pagamento em parcela única e a conquista de cláusulas sociais.

427) Durante a campanha salarial 2024–2025 dos médicos de OSs e filantrópicas, o SIMESP intensificou o diálogo para manter a mobilização e avançar nas conquistas. Na ocasião, foram discutidas pautas como: reajuste de 7% acima da inflação; licença-maternidade de 180 dias; gratificação de 10% para mestrado e doutorado, 20% para RT e 15% para preceptoria; APS: três consultas por hora e fim do banco de horas; liberação remunerada dos dirigentes sindicais.

428) A perspectiva de formação da categoria foi priorizada pelo Sindicato neste período. Em 2024, lançou a “Cartilha sobre o trabalho do Responsável Técnico (RT) Médico em unidades de saúde”, a partir da orientação do setor jurídico da entidade. Também naquele ano, lançou o “Guia Completo para Residentes”, sobre casos de abuso ou ilegalidade, apontando as legislações e os órgãos que regulamentam a prática, além de esclarecimentos sobre direitos, benefícios e previdência.

429) O SIMESP acompanhou a luta dos médicos residentes que prestaram concurso e foram aprovados para assumir a residência no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE), mas tiveram as provas anuladas pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). O Sindicato exigiu a reconsideração por parte da CNRM e a posse imediata de todos os residentes. Houve, ainda, mobilização conjunta de mais de 50 entidades contra a iniciativa do prefeito de São Paulo que paralisou o atendimento ao aborto legal e seguro do Hospital Cachoeirinha, realocou os profissionais e deixou a população sem acesso a esse serviço previsto em lei.

Contra todas as formas de privatização da saúde

430) O SIMESP mantém sua diretriz na defesa da saúde pública e contra todas as formas de privatização do SUS, que ocorrem por meio da entrega de equipamentos às OSs, entidades filantrópicas, pelas terceirizações e até pelas quarteirizações dos serviços. Em 2020, acompanhou a CPI das Quarteirizações na Assembleia Legislativa de São Paulo para “*apurar irregularidades nos contratos de quarteirização praticados nos convênios, parcerias, contratos de gestão e outros ajustes firmados pelo governo do Estado de São Paulo com o terceiro setor*”. Uma luta que não teve trégua.



431) A Confederação e suas entidades filiadas fazem um trabalho permanente de denúncia contra o avanço do setor privado na área da saúde, inclusive grandes conglomerados transnacionais, além de lutarem por mais investimentos para o SUS. Dados divulgados pela mídia, com base em números da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em março deste ano, indicam que o lucro dos planos de saúde quintuplicou e fechou 2024 em R\$ 10,2 bilhões. O resultado, 429,2% superior ao de 2023 (R\$ 1,9 bilhão), é o melhor para o segmento médico-hospitalar desde 2020 (R\$ 17,6 bilhões).

432) O mercado privado contrata cada vez mais por meio de vínculos precários, e os poderes públicos utilizam mecanismos como Contratos de Emergência para não realizarem concursos públicos. A defesa do SUS é cada vez mais importante para conter os ataques orquestrados contra sua estrutura, seus trabalhadores e sua forma de financiamento, além de visar garantir políticas públicas de qualidade para o atendimento da população. Indicadores de 2023 divulgados pelo Sindicato apontavam que as OSs já administravam mais de 90% dos equipamentos da Atenção Primária à Saúde (APS) no município de São Paulo.

433) Com as terceirizações, são impostos aos profissionais de saúde vínculos precários, o que os expõe a extrema vulnerabilidade. Relatos de atrasos e calotes nos pagamentos, alta rotatividade das equipes e ausência de qualquer estabilidade e proteções trabalhistas são comuns nos serviços de saúde de São Paulo que adotam esse regime de contratação. A terceirização possibilita fraudes trabalhistas, como o vínculo de Pessoa Jurídica (PJ) ou, muitas vezes, a quarteirização da força de trabalho, que fragiliza as formas de contratação dos profissionais de saúde e os priva de seus direitos trabalhistas.



PSICÓLOGOS

Embate contra o negacionismo e os ataques bolsonarista

434) Assim como as demais entidades filiadas à CNTSS/CUT, a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SINPSI) defenderam e mobilizaram os trabalhadores de suas bases durante a pandemia da Covid-19 para garantir condições adequadas e segurança nos locais de trabalho. A precariedade encontrada em outros setores, guardadas as devidas especificidades do trabalho, também se reproduzia entre os profissionais da psicologia e foi denunciada.

435) O SINPSI esteve entre as filiadas à Internacional de Serviços Públicos (ISP) que divulgaram as Notas sobre a urgência e importância dos serviços públicos e a que solicitava a derrubada do veto presidencial 48, referente à Lei 14.200/2021, que garantia a licença compulsória das patentes. Participou do “Seminário Internacional Proteger o Trabalhador e a Trabalhadora é Proteger o Brasil”, realizado pelo Conselho Nacional de Saúde em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O Sindicato manteve interlocução com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e participou da pesquisa “Os trabalhadores invisíveis da Saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da Covid-19 no Brasil”.

436) O negacionismo de Bolsonaro na pandemia foi abordado no “11º Congresso Nacional de Psicologia”. Com o tema “O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais”, o evento reuniu trabalhadores e especialistas de todo o país. A FENAPSI compôs a Mesa de abertura, denunciou a política de desfinanciamento de Bolsonaro ao setor público, enquanto financiava comunidades terapêuticas, e destacou a luta por jornada de trabalho de 30 horas.

437) Naquele período, os profissionais da psicologia precisaram lidar com a exaustão da jornada, criar protocolos e construir novas frentes de trabalho. Os impactos da Covid-19 na saúde mental mostraram a relevância dos serviços de atenção psicossocial. O aumento da demanda levou à questão do atendimento virtual, e essa migração exigia adequações na prática do psicólogo. O Sindicato acompanhou as discussões sobre os cuidados no atendimento nas unidades do sistema prisional durante a pandemia.

Resistir contra os retrocessos

438) O SINPSI mobilizou seus trabalhadores para incorporarem a iniciativa da CUT na construção dos “Comitês de Luta em Defesa da Classe Trabalhadora”. A luta pelos direitos da mulher trabalhadora foi levada pelo SINPSI em suas pautas de reivindicação e nas ações coletivas envolvendo os movimentos sindical e popular nas agendas do 8 de março, “Dia Internacional da Mulher”. Nove entre dez profissionais de psicologia no Brasil são mulheres, segundo dados do Conselho Federal de Psicologia.

439) O Sindicato esteve engajado nas mobilizações pela derrubada da Medida Provisória nº 1.045/2021, que instituiu o “Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e



da Renda”, introduzindo uma nova Reforma Trabalhista com eliminação de direitos essenciais, e também lutou contra a PEC nº 32/2020. A CNTSS/CUT esteve entre as entidades que assinaram a Nota “Derrotar de vez a PEC nº 32/2020 e garantir reposição emergencial das perdas salariais”. O Sindicato foi contra a tentativa da extrema-direita de colocar em votação, no final do exercício legislativo de 2022, o Estatuto do Nascituro, PL nº 478/2007, que tramitava desde 2007 no Congresso Nacional.

440) O SINPSI defendeu as pessoas com deficiência na questão do rol taxativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que atingia usuários dos planos privados de saúde. A discussão, avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), consistia na obrigatoriedade ou não de os planos de saúde cobrirem procedimentos definidos como obrigatórios pela lista da ANS. O SINPSI também foi contra a Resolução nº 3/2020 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), que permitia a reclusão de adolescentes em comunidades terapêuticas. O Sindicato denunciou as alterações propostas por Bolsonaro na Lei do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

441) A CNTSS/CUT e várias de suas entidades filiadas, entre elas o SINPSI, em conjunto com a Internacional de Serviços Públicos (ISP), firmaram documento para negociar com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a redação de um acordo internacional sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias. O texto foi resultado de diversas oficinas sobre o processo de negociação, consultas a trabalhadores e participação em consultas no âmbito do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB, na sigla em inglês).

442) Em novembro de 2024, em Bogotá (Colômbia), representantes do SINPSI participaram da “13ª Conferência Regional Interamericana (IAMRECON)”, organizada pela ISP. O Sindicato reiterou seu compromisso com a defesa de melhores condições de trabalho e políticas que garantam serviços públicos de qualidade para a população.

Contra o Ensino a Distância (EaD)

443) O SINPSI e a FENAPSI estiveram entre as entidades da psicologia que conquistaram a derrubada da Portaria nº 749/2022, que autorizava a abertura de curso de graduação em Psicologia na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Uma Nota de Repúdio contra a Portaria foi assinada por inúmeras entidades. A manifestação contrária e a mobilização dos trabalhadores fizeram com que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicasse nova Portaria tornando sem efeito a nº 749/2022, sob alegação de erro material.

444) Em 2023, o SINPSI participou, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), da Audiência Pública para discutir o PL nº 5.414/2016, que proibia o incentivo ao desenvolvimento e à veiculação de programas de ensino a distância em cursos da área de saúde. Em sua intervenção, o representante do Sindicato reafirmou a postura da entidade contrária ao ensino a distância para áreas da saúde. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) havia defendido a presencialidade nos cursos de graduação em Saúde.

Pela ratificação da Convenção nº 190 da OIT

445) A Confederação e a FENAPSI seguem a estratégia da CUT de manter a mobilização



pela ratificação da Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece que a violência e o assédio nas relações trabalhistas violam os direitos humanos, ameaçam a igualdade de oportunidades e são incompatíveis com o trabalho decente. A Central orienta suas entidades a incorporarem os conceitos da Convenção nº 190 nos acordos coletivos e negociações.

446) O SINPSI participou da “Oficina de Enfrentamento à Violência de Gênero e Racial no Trabalho”, promovida pela ISP em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES). As entidades apresentaram propostas para o lançamento de uma campanha pela ratificação da Convenção nº 190, contra a desigualdade de gênero e para avançar na desconstrução das situações de violência. Em 2023, o Sindicato participou da Audiência Pública na Câmara Federal sobre a implementação da Convenção nº 190.

447) O setor dos psicólogos acompanha as discussões realizadas pela União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). Em 2021, foi realizado o “VIII Congresso Latino-Americano”, no Paraguai, sob o lema “Fortalecendo o Compromisso de uma Psicologia Latino-Americana que Contribui para o Bem-Estar Social”. Em 2023, a IX edição do Congresso, realizada no Uruguai, teve como tema “Os caminhos de encontro da Psicologia da América Latina”.

Nas ruas por democracia e direitos

448) Em 2022, o Sindicato esteve presente em Porto Alegre (RS) durante o “Fórum Social das Resistências”, evento inserido nos processos do “Fórum Social Mundial”. Em novembro daquele ano, o SINPSI acompanhou as discussões do “6º Congresso Brasileiro de Psicologia, Ciência e Profissão”, organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB). Em 2023, o SINPSI e a FENAPSI participaram da “7ª Marcha das Margaridas”, mobilização que reúne milhares de mulheres de todo o país.

449) O Sindicato e a FENAPSI acompanham a agenda de lutas e discussões estabelecida pela CUT. Em 2021, participaram da “16ª Plenária Nacional da CUT”. Em 2023, estiveram no “16º Congresso Estadual da CUT (CECUT)”, quando foram discutidos os caminhos da luta da classe trabalhadora na retomada de direitos e contra a precarização das relações de trabalho. No mesmo ano, as entidades estiveram no “14º Congresso Nacional da CUT (14º CON-CUT)”, que celebrou os 40 anos da Central.

450) Em 2024, a Confederação e suas entidades acompanharam a “Marcha da Classe Trabalhadora”, em Brasília, promovida pela CUT. Na ocasião, a Confederação entregou um documento em que defendia investimentos para a Seguridade Social, fortalecimento das políticas e serviços públicos e valorização dos trabalhadores. Naquele ano, o SINPSI participou da campanha da ISP com o tema “Se o cuidado é para todxs, é público”, que propunha dialogar sobre o acesso universal a serviços de cuidados públicos e o reconhecimento dos prestadores de Cuidados.

451) Lideranças do SINPSI participaram do “10º Encontro das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTTÃO)”, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde, em 2024. Também acompanharam o “12º Encontro da Rede



Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (RENASTTÃO)”. O Sindicato esteve presente na “4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde”.

452) O Sindicato combateu o Projeto de Lei Complementar nº 26/2021, da Reforma Administrativa do governo de São Paulo, e manteve a luta contra as privatizações. Em 2023, posicionou-se em defesa dos trabalhadores do sistema prisional regidos pela Lei nº 1.157/2021. No âmbito municipal, atuou contra o Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PLO) nº 07/2021, da Reforma da Previdência, chamado de Sampaprev 2. A Reforma foi promulgada em meio a muita violência policial contra os trabalhadores durante a votação.

Contra os manicômios e em defesa da Reforma Psiquiátrica

453) O SINPSI defende o fortalecimento da “Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)” e as lutas por práticas antimanicomiais. O Sindicato tem como referência a política de saúde mental compreendida na “Reforma Psiquiátrica”, conhecida como antimanicomial, como um contraponto ao retrocesso proposto por Bolsonaro, com sua política de valorização das internações em comunidades terapêuticas, criticadas e denunciadas por violação dos direitos humanos. A RAPS é integrada ao SUS.

454) O Sindicato acompanhou a “1ª Conferência Popular Nacional de Saúde Mental Antimanicomial 2021”, realizada pela Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, com apoio do Conselho Nacional de Saúde. Em 2022, participou da “1ª Conferência Livre Nacional sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas”, atividade preparatória à “5ª Conferência Nacional de Saúde Mental”. A FENAPSI realizou a “1ª Conferência Nacional Livre de Saúde Mental da Psicologia: pelo cuidado em liberdade e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)”, como evento preparatório à 5ª Conferência Nacional.

455) O SINPSI acompanhou as discussões da “4ª Conferência Municipal de Saúde Mental”. O resultado deste trabalho foi levado à “3ª Conferência Estadual de Saúde Mental”, realizada em 2023. Na ocasião, foi divulgado um manifesto denunciando a redução drástica do financiamento das políticas sociais, uma tentativa de desmonte do SUS, com ataques diretos à “Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas” e ao desfinanciamento da “Rede de Atenção Psicossocial”, com o favorecimento das comunidades terapêuticas.

Preparando a discussão sobre a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental

456) O Sindicato participa da agenda de mobilizações da Frente Estadual de Luta Antimanicomial. A CNTSS/CUT e a FENAPSI contribuíram com o processo de discussão da “5ª Conferência Nacional de Saúde Mental”, que teve como tema “A Política de Saúde Mental como Direito: pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e à garantia dos serviços de atenção psicossocial no SUS”. As entidades acompanharam o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

457) O Sindicato participou da organização e esteve presente no “8º Congresso Brasileiro de Saúde Mental”, promovido em 2022 pela Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME). Em 2023, acompanhou o “6º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental” da ABRASME. Naquele



ano, o SINPSI e a FENAPSI estiveram no processo de discussão e participaram da “17ª Conferência Nacional de Saúde”, realizada pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde.

458) Na ocasião, a Confederação apresentou cinco Moções em defesa do SUS e de seus trabalhadores, sendo uma delas sobre a “Política Nacional de Saúde Mental” e contra as comunidades terapêuticas. O texto explicitava o retrocesso feito por Bolsonaro e cobrava a valorização da “Política de Redução de Danos”, investimentos na “Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)”, o fortalecimento do Controle Social, a defesa das políticas de saúde mental, a valorização dos trabalhadores e a defesa da “Reforma Psiquiátrica” e da luta antimanicomial.

459) O SINPSI manifestou apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por conta da publicação, em julho de 2024, da Resolução nº 249, que estabelecia a proibição do *“acolhimento, atendimento, tratamento e acompanhamento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas ou em instituições que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime de residência, e que utilizam como principal instrumento terapêutico a convivência entre os pares”*.

460) O Sindicato foi contra o Projeto de Lei nº 551, que alterava a Lei nº 10.216/2001 (Reforma Psiquiátrica) para dispor *“sobre a internação compulsória de pessoas com transtornos mentais em cumprimento de penas e medida de segurança”*. Em dezembro de 2024, a extrema-direita tentou colocá-lo em votação na Câmara Federal. Em Nota, a Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Saúde, apontou diversas ilegalidades no teor do PL, entre elas o conceito de periculosidade.

Governo democrático e popular: um novo diálogo

461) A retomada do governo democrático e popular com a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva permitiu que os trabalhadores voltassem a dialogar propositivamente na busca pela conquista de direitos e na retomada de políticas públicas inclusivas e emancipatórias. O SINPSI e a FENAPSI contribuíram no processo de transição, nas discussões realizadas no Grupo de Trabalho da Saúde.

462) Em 2024, o SINPSI esteve entre as entidades, partidos e parlamentares que lançaram o “Manifesto em Defesa da Saúde Pública e pelo Fortalecimento do Controle Social”. As entidades denunciaram o desmonte na saúde promovido pelos governos do estado e da capital de São Paulo. A posição do governo estadual foi denunciada pelo Sindicato durante Audiência Pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 2024, em defesa do SUS e contra a privatização da saúde pública.

463) A participação nos mecanismos de Controle Social tem sido uma estratégia da CNTSS/CUT e da FENAPSI. Em 2021, as duas entidades foram eleitas para compor o Conselho Nacional de Saúde (CNS). À época, a FENAPSI passou a integrar a Mesa Diretora do CNS. O SINPSI integrou o Conselho Estadual de Saúde. Criado em 1993 pela Lei nº 8.356, o Conselho é uma instância colegiada, deliberativa e de natureza permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), vinculado à Secretaria Estadual da Saúde.



464) Em 2024, a FENAPSI, representada por sua presidenta, Fernanda Magano, também dirigente nacional da CNTSS/CUT, assumiu a presidência do Conselho Nacional de Saúde. Pela primeira vez em 87 anos de existência do Conselho, uma psicóloga, representando o segmento dos trabalhadores, foi eleita presidenta do órgão. A CNTSS/CUT manteve representação na Mesa Diretora do Conselho, a partir da escolha de seu vice-presidente, Mauri Bezerra, para compor o colegiado. O mandato deste novo grupo se estende até 2027.

Bandeiras históricas: piso salarial e jornada de até 30 horas

465) O SINPSI e a FENAPSI mantiveram suas participações nas discussões sobre os Projetos de Lei nº 2.079/2019, que trata do piso salarial dos psicólogos, e o PL nº 1.214/2019, que propõe alterar a Lei nº 4.119/1962 para fixar em até 30 horas semanais a jornada de trabalho do psicólogo. Em 2021, as entidades estiveram presentes na Audiência Pública realizada na Câmara Federal sobre essas legislações. Naquele ano, acompanharam o parecer favorável do relator na Comissão de Seguridade Social e Família. Em 2022, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o projeto. Ao final de 2023, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 511/2017, referente às 30 horas, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

466) A FENAPSI integrou o Grupo de Trabalho responsável por elaborar estratégias para os projetos relativos à jornada de 30 horas. Em outubro de 2024, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal deu parecer favorável ao PL nº 1.214/2019. Atualmente, em âmbito federal, tramitam três projetos relacionados à regulamentação da jornada de trabalho no Congresso Nacional. Os Sindicatos pretendem envolver a categoria para buscar a aprovação, neste segundo semestre, da SUG nº 13/2022, na Comissão de Direitos Humanos; do PL nº 1.214/2019, na Comissão de Finanças e Tributação; e apresentar projetos de lei nos estados e municípios. Há ainda o PLS nº 511/2017.

467) Em agosto de 2024, a FENAPSI realizou seu Congresso Nacional com representações de 15 estados e do Distrito Federal. Diversas organizações, como a CUT, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a ISP e o DIEESE, participaram da abertura do Congresso. A bandeira da jornada de trabalho de até 30 horas semanais manteve-se como uma das prioridades para os próximos períodos.

Pela regulamentação da Lei nº 13.935/2019

468) A FENAPSI e o SINPSI mantiveram como uma de suas lutas a cobrança da regulamentação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. A articulação entre várias entidades do setor, entre elas a Federação, permitiu, em 2020, a inclusão da Lei no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº 14.113/2020, que passou a ser sua principal fonte de custeio.

469) Em dezembro de 2021, a Lei nº 13.935/2019 foi legalmente inserida como ação a ser custeada pelo FUNDEB. Em 2022, a FENAPSI e demais entidades desses trabalhadores conquistaram, no Senado, a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE), por meio do



PLP nº 235/2019. O senador Fabiano Contarato apresentou Emenda para contribuir com a efetiva implementação da Lei nº 13.935/2019 como parte do SNE.

470) Em junho de 2024, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 31, que criou o Grupo de Trabalho para *“coligir e sistematizar subsídios e recomendações com vistas à elaboração das orientações nacionais para a implementação dos serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de ensino, na forma da Lei Federal nº 13.935/2019”*. O GT foi constituído com caráter consultivo e composto por 19 integrantes, entre eles, representante da FENAPSI.

471) Em fevereiro de 2025, o MEC realizou o *“Seminário Nacional Implementação dos Serviços de Psicologia e Serviço Social nas Redes de Ensino: Desafios e Possibilidades”*. O evento apresentou subsídios e recomendações para a implementação da Lei nº 13.935/2019. A atividade marcou a entrega do documento final do GT, que elaborou contribuições para a implantação da Lei nos municípios e estados. O material foi encaminhado ao ministro da Educação.

Pelos direitos dos trabalhadores da Fundação Casa

472) O SINPSI mantém a defesa dos psicólogos e demais trabalhadores da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) na luta por seus direitos. Durante o dissídio de 2021, a greve dos trabalhadores foi levada ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que determinou o retorno ao trabalho sob pena de multa ao Sindicato da categoria e indeferiu as cláusulas econômicas. Os profissionais estavam sem reajuste salarial desde 2015 e sem repasse da inflação desde 2019.

473) O Sindicato participou de protestos e mobilizações contra a Portaria Normativa nº 367/2021 do governo do estado, que autorizava a transferência compulsória de servidores da Fundação Casa. A defesa desses trabalhadores foi discutida em Audiência realizada em 2023, no Ministério dos Direitos Humanos. Foi debatida a necessidade de elaboração do Plano Decenal 2024. O representante do governo destacou a importância da criação de cargos e da profissionalização dos servidores que atuam com medidas socioeducativas.

474) O SINPSI acompanhou a 40ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e do Conselho Diretor do Programa de Desestatização (CDPED), ocorrida em 2023, quando foi apresentado o projeto que previa a transferência da operação e manutenção de unidades da Fundação Casa para a iniciativa privada. O representante do Sindicato destacou que *“o caráter das medidas socioeducativas é pedagógico; a medida de internação deve ser aplicada somente em situações excepcionais. Esse projeto do governo estadual vai contra os direitos humanos, ataca os empregos e direitos dos servidores e abre mais uma brecha para o desmonte do Estado”*.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Defendendo a vida e a renda dos trabalhadores

475) A crise estabelecida com a pandemia da Covid-19 reiterou ao mundo a importância das políticas públicas, com destaque para as da Seguridade Social, assim como dos profissionais que as executam. A CNTSS/CUT e suas entidades da Assistência Social realizaram um movimento contínuo para garantir o respeito aos cuidados com esses trabalhadores. Desde o início da pandemia, a CNTSS/CUT e a Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS) atuaram para que fossem respeitados todos os protocolos de segurança sanitária.

476) Os assistentes sociais encontravam-se em estruturas precarizadas, sofrendo assédio moral, sem equipamentos de proteção individual e coletiva, sem protocolos de cuidados e com jornada de trabalho ampliada por conta do aumento da demanda ocasionado pelo agravamento da situação de vulnerabilidade econômica que acometeu ampla parcela da sociedade. A FENAS e seus Sindicatos buscaram parcerias nacionais e internacionais para denunciar o descaso de Bolsonaro durante a pandemia e para garantir os direitos dos trabalhadores e dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

477) Já em 2019, os trabalhadores se posicionaram contra a Portaria nº 2.362, que resultou no corte de cerca de 40% dos recursos federais para a Assistência Social e colocou em risco o pacto federativo e a continuidade dos serviços dessa política. A medida afetou diretamente os municípios, com reduções de recursos entre 30% e 40%. A atuação dos trabalhadores contribuiu para o avanço no valor a ser pago pelo auxílio emergencial criado durante a pandemia. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicavam que, em 2020, cerca de 30% da população — aproximadamente 64 milhões de brasileiros — precisaram ser socorridos com o auxílio emergencial.

478) A FENAS divulgou, em 2022, uma Nota sob o título “Em defesa da saúde e proteção da classe trabalhadora, do SUS e da vacinação como direito de todas as pessoas”, em que cobrou do governo Bolsonaro a garantia de vacinação para trabalhadores e a população, a defesa do SUS, uma política ampla e gratuita de testagem e distribuição massiva de máscaras, além de mais investimento e apoio aos estados e municípios para estruturação das redes de atenção e ampliação da força de trabalho para atendimento, entre outras demandas.

479) Em maio de 2022, a FENAS, assim como a CNTSS/CUT e demais entidades filiadas à Confederação, participou das discussões durante a sessão do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), realizada em São Paulo, que julgou Bolsonaro por crimes contra a humanidade cometidos durante a pandemia da Covid-19 e por ameaças à democracia. Apesar de não ter caráter punitivo, Bolsonaro foi condenado pelo Tribunal.

Contra o desfinanciamento da Assistência Social

480) Mesmo com as crises sanitária e social ocasionadas pela pandemia, Bolsonaro aprofundou a política de austeridade fiscal iniciada por seu antecessor e intensificou os



ataques à Assistência Social quando, em 2021, liberou apenas R\$ 1,1 bilhão do orçamento de R\$ 2,6 bilhões destinados ao custeio de serviços e ações socioassistenciais, representando uma redução de 59,34%, o que comprometeu a rede de proteção de renda e o acesso a serviços socioassistenciais.

481) O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado por Bolsonaro ao Congresso Nacional, em 2022, previa um corte de 95% nos recursos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para 2023, o que afetaria a operação de equipamentos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centrais de Atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

482) Em relação ao CadÚnico, as entidades denunciaram os ataques do governo Bolsonaro, que buscava a desconfiguração do sistema implementado desde 2002 a partir da pactuação com governos municipais e estaduais. Os Sindicatos e a FENAS denunciaram o processo acentuado de “filantropização” promovido por esses governos para beneficiar instituições privadas na execução dos serviços da Assistência Social, em detrimento da estrutura estatal.

483) Essas entidades denunciaram a crescente desresponsabilização e o desfinanciamento da proteção social, sobretudo no campo da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Bolsonaro promoveu cortes em programas sociais, especialmente o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Substituiu o Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil, que alterou o valor mensal do repasse por família e a duração do programa. A FENAS divulgou Nota defendendo o Bolsa Família e denunciando as incertezas do novo programa idealizado a partir da Medida Provisória nº 1.061/2021.

Ataques ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

484) O período de 2016 a 2022 foi de grandes retrocessos impostos por Temer e Bolsonaro, respondidos com muita mobilização e luta pelos trabalhadores da Assistência Social. A política intencional de desmonte da estrutura do Estado, iniciada por Temer, foi ampliada por Bolsonaro. Os avanços conquistados durante os governos democráticos e populares de 2003 a 2016 foram atacados, e muitos de seus programas e políticas foram desmantelados ou enfraquecidos.

485) A FENAS organizou seus Sindicatos e acompanhou os trabalhos da “Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social”, que destacava ser fundamental que as lideranças e organizações da Assistência Social estivessem comprometidas em denunciar os retrocessos. Os assistentes sociais encamparam as lutas estabelecidas pela CUT contra a PEC nº 32/2020 e pela derrubada da Política de Terceirização, da EC nº 95/2016 e das Contrarreformas Trabalhista e da Previdência Social, além de atuar em defesa da democracia.

486) Essa situação vem sendo revertida a partir de 2023 com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Executivo Federal. Os trabalhadores do SUAS intensificaram o diálogo com o atual governo nos espaços de Controle Social para recuperar seus direitos, garantir valorização e atuar na defesa do SUAS, das políticas públicas, dos usuários e pela construção de um processo contínuo de refinanciamento.

487) Em dezembro de 2022, a CNTSS/CUT e entidades do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), à época presidido pela secretária de Políticas Sociais da Confederação, Margareth Alves Dallaruvera, entregaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um documento sugerindo a criação do Ministério da Assistência Social. O Manifesto da Coalizão Nacional em Defesa da Criação do Ministério da Assistência Social era assinado por 25 entidades de trabalhadores da área, movimentos sociais e gestores públicos.

Defesa das legislações de interesse da Assistência Social

488) A FENAS participou da instalação da “Frente Nacional em Defesa do SUAS”, na Câmara dos Deputados. Entre as principais demandas da Frente está a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383/2017, chamada de PEC do SUAS, que garante recursos para o financiamento mínimo do setor. A proposta poderia ser votada em Plenário desde abril de 2022. O texto garante no mínimo 1% da receita corrente líquida para a Assistência Social. Além de definir os limites financeiros, a PEC insere o SUAS no texto constitucional, pois atualmente o sistema está previsto apenas na Lei nº 12.435/2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

489) A FENAS realizou uma discussão intensa com a categoria sobre os projetos de lei que estavam em tramitação no Congresso Nacional voltados aos interesses dos assistentes sociais, entre eles: o PL nº 3.145/2008, que dispõe sobre a contratação; o PL nº 430/2015, sobre as condições de trabalho; o PL nº 428/2015, sobre a inclusão obrigatória de assistentes sociais nas equipes do Programa Saúde da Família; o PL nº 2.693/2020, que institui o piso salarial nacional; o PL nº 1.827/2019, que estabelece um piso salarial com jornadas de 30 horas semanais; o PL nº 5.278/2009, sobre o salário mínimo profissional; o PL nº 4.022/2008, sobre o piso salarial; e o PL nº 5.874/2023, do piso salarial nacional dos profissionais que integram as equipes de referência do SUAS.

490) Acompanhou as discussões sobre a Lei nº 12.317/2010, que dispõe sobre a jornada semanal máxima de 30 horas, considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020. Sobre essa lei, a FENAS deliberou por ajuizar ações para fazer valer a garantia prevista em lei, bem como para cobrar os direitos subtraídos. A Federação se manifestou contrária ao PL nº 4.614/2024, que alterava regras para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), tornando o acesso mais restrito. Denunciou e cobrou o arquivamento do PL nº 1.904/2024, que tratava da criminalização do aborto legal.

491) Em 2023, a FENAS acompanhou as discussões na Câmara Federal sobre o PL nº 1.827/2019, que propõe um piso salarial para assistentes sociais com jornada de até 30 horas semanais, quando o projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados. O projeto estabelece o piso reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A aprovação final do Projeto ainda requer análise e debate em várias Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado. Em 2024, as entidades acompanharam a aprovação do PL na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.

492) As entidades da Assistência Social vêm dialogando com os trabalhadores sobre a Lei nº 13.935/2019, que prevê que as redes públicas de educação básica contêm com serviços



de Psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. Essa discussão sobre a regulamentação da lei também está sendo monitorada pela FENAPSI e pelo SINPSI. As entidades acompanham os desdobramentos a partir das discussões no Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Educação, em 2024.

Ocupando os espaços na defesa da Assistência Social

493) Em 2021, a CNTSS/CUT e a FENAS acompanharam as discussões realizadas na “12ª Conferência Nacional de Assistência Social”. Na ocasião, a Federação destacou o difícil cenário para os trabalhadores do SUAS, sem as condições adequadas para o seu exercício profissional e com completa desvalorização da remuneração, além do desmonte que o Sistema vinha sofrendo desde 2016. Naquele momento, a “Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social” denunciou a falta de compromisso de Bolsonaro com o SUAS.

494) As entidades estiveram presentes durante a realização da “13ª Conferência Nacional de Assistência Social”, em dezembro de 2023. A retomada da democracia trouxe para as discussões um tema de grande relevância para aquele momento: “Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”. A “14ª Conferência Nacional de Assistência Social” ocorrerá em 2025 e tem como eixo “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.

495) Em 2022, de maneira inédita na história do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), um representante do segmento dos trabalhadores foi eleito para assumir sua presidência. O cargo foi ocupado, no mandato de 2022 a 2024, pela secretária de Políticas Sociais da CNTSS/CUT e dirigente da FENAS, Margareth Alves Dallaruvera. Naquele pleito, a secretária de Comunicação da Confederação, Maria Aparecida Godoi de Faria, foi eleita como primeira suplente, representando a CUT.

496) A participação das duas lideranças no Colegiado reforçou o protagonismo da CNTSS/CUT na defesa da Assistência Social, dos trabalhadores e do SUAS. Em 2024, a CNTSS/CUT e a FENAS voltaram a assumir cargos no Colegiado do CNAS. Pela FENAS, foi eleita Aparecida Guerra, presidenta do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro (SASERJ). A secretária de Políticas Sociais da Confederação, Margareth Alves Dallaruvera, foi eleita titular no Conselho.

497) Em 2023, foi criado o “Fórum de Articulação Nacional de Entidades e Organizações de Caráter Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (FANTSUAS)”. O Fórum surgiu como resposta à demanda apresentada por inúmeras entidades da Assistência Social representantes das Centrais Sindicais e do CNAS. Uma de suas atribuições é constituir uma agenda focada nas questões sindicais e na pauta de interesses dos trabalhadores do SUAS. Em 2024, a CNTSS/CUT foi eleita para compor, com um titular e um suplente, a Executiva Nacional do FANTSUAS, no comando da Secretaria de Comunicação.

498) Em 2023, a FENAS realizou seu “VII Congresso Nacional” para discutir e enfrentar os desafios do movimento sindical e da categoria diante de um contexto de precarização e desregulamentação do trabalho deixado por Temer e Bolsonaro. Foi enfatizada a participação ativa da Federação em Conselhos de políticas públicas e Mesas de Negociação, especial-



mente nas áreas da Saúde e Assistência Social. A filiação à Internacional de Serviços Públicos (ISP) ampliou a atuação para além das fronteiras nacionais.

499) A FENAS e os Sindicatos da Assistência Social conquistaram a Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (MNNPSUAS). O compromisso do governo foi firmado durante a abertura da “13ª Conferência Nacional da Assistência Social”, realizada em dezembro de 2023, quando foi assinada a criação desse espaço de diálogo entre o poder público e os profissionais da área. Em 2024, a FENAS representou a Assistência Social na “13ª Conferência Regional Interamericana (IAMRECON)”, da Internacional de Serviços Públicos (ISP), realizada em Bogotá (Colômbia). A atividade contou com a participação de outros setores da CNTSS/CUT.

500) Em janeiro de 2025, uma reunião entre sindicalistas e o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, teve como pauta a criação da Mesa do SUAS, para definição de resolução dos trabalhos, protocolos e composição da Mesa. Tendo como referência o modelo da Mesa do SUS, a medida visou fortalecer o diálogo entre governo e trabalhadores, assim como discutir questões como jornada de trabalho, condições laborais e combate a todas as formas de assédio. A CNTSS/CUT e a FENAS acompanharam a reunião.

501) As duas entidades acompanharam a agenda da “17ª Conferência Nacional de Saúde”, realizada em 2023. A atividade, promovida pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde, representou a defesa da democracia e a retomada do diálogo e da participação popular na construção das políticas de saúde. Na ocasião, a Confederação aprovou cinco Moções em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e de seus trabalhadores.

Em sintonia com a agenda da CUT e do movimento social

502) A FENAS participou das atividades autogestionadas durante o G20, ocorrido no Rio de Janeiro em novembro de 2024. A Federação esteve entre as entidades dos trabalhadores a discutir o tema “Pobreza climática e as estratégias de proteção social para as populações vulneráveis”. A atividade buscou potencializar articulações e formulações intersetoriais, mapear iniciativas e estabelecer conexões possíveis. A Declaração final foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e enviada aos líderes do G20.

503) A integração nas atividades organizadas pela CUT é uma das prioridades da Assistência Social. Em 2021, a Federação e seus Sindicatos estiveram na “16ª Plenária Nacional da CUT”. Em 2023, participaram do “14º Congresso Nacional da CUT (14º CONCUR)”. Com o tema “Luta, direitos e democracia que transformam vidas”, o 14º CONCUR também foi um momento de celebração da classe trabalhadora, que comemorou os 40 anos de existência da CUT.

504) Em 2024, a CNTSS/CUT e suas entidades participaram da “Marcha da Classe Trabalhadora”, organizada pela CUT em Brasília. A Confederação entregou o documento “CNTSS/CUT defende investimentos para a Seguridade Social, fortalecimento das políticas e serviços públicos e valorização dos trabalhadores”. No campo da Assistência Social, defendeu a aprovação da PEC nº 383/17, a desprecarização do trabalho no SUAS, concurso público, salário digno, Mesa de Negociação e aprovação do PL do piso salarial.



FEDERAIS

Resistência e defesa da vida nos governos pós-golpe

505) Os Sindicatos do Setor Público Federal da CNTSS/CUT estiveram organizados durante a pandemia na defesa dos seus trabalhadores e dos usuários do sistema de Previdência Social. A precarização das condições de trabalho também foi diagnosticada nesse setor, assim como a falta de protocolos para atendimento. Foi intensa a mobilização para conquistar melhor infraestrutura, equipamentos de proteção individual e coletiva, insumos, garantir vacina e demais componentes de segurança sanitária.

506) Foi feita uma ação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e nos espaços do governo para manutenção dos servidores em formas de trabalho que não fossem presenciais. Houve a defesa da manutenção da remuneração desses trabalhadores, uma vez que a pandemia desconfigurou o fluxo de trabalho e colocou em risco o cumprimento das metas e dos ciclos de Avaliação de Desempenho da Carreira do Seguro Social.

507) A Confederação foi contrária à transformação do INSS em uma Agência Única, como proposto na Reforma Administrativa pretendida por Bolsonaro. A proposta do governo era adaptar o INSS para se tornar Unidade Gestora Única dos serviços previdenciários, inclusive dos Regimes Próprios. Houve mobilização contra a PEC nº 186/2019, que previa o congelamento dos salários dos servidores a partir de "*medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União*".

508) A CNTSS/CUT cobrou do INSS a não implementação da Portaria nº 14/2021, que substituiu a de nº 11, prejudicando os assistentes sociais do Instituto. As Portarias colocavam em risco a segurança desses profissionais e dos beneficiários do sistema durante a pandemia. As medidas dispunham, entre outras questões, sobre os processos de trabalho dos assistentes sociais, com acréscimo diário no número de agendamentos para atendimentos.

509) A Confederação se posicionou contrária às Portarias nº 1.345/2021 e nº 1.347/2021 do INSS que, naquele momento da crise sanitária, tratavam do retorno gradual ao trabalho presencial e do horário de funcionamento nas unidades de atendimento. Os documentos também previam decretar o fim do Regime Especial de Atendimento por Turnos (REAT) e não respeitavam cláusulas do Acordo de Greve de 2015, que determinavam a implantação do Comitê Gestor de Carreiras e a fixação da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS) em 70 pontos.

510) A CNTSS/CUT mobilizou suas entidades contra a retirada de conquistas dos servidores, como a Diferença Pessoal Nominalmente Identificada (DPNI). A CNTSS/CUT exigiu a reabertura do Comitê Gestor Nacional da Avaliação por Desempenho (CGNAD), quando o governo Bolsonaro fez ataques diretos às gratificações dos servidores e pretendia tornar produtivista a parte individual da GDASS. A luta permitiu barrar essas medidas de Bolsonaro.

Resistir contra a retirada de direitos

511) Havia o desafio de evitar os retrocessos propostos por Temer e Bolsonaro, que desconstruíam direitos, desmantelavam as políticas públicas, enfraqueciam a infraestrutura do Estado e apostavam na terceirização dos serviços. As agendas de mobilizações da CUT e da CNTSS/CUT contra a Lei da Terceirização, a PEC nº 95/2016, a PEC nº 32/2020 e as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência Social foram incorporadas na estratégia cotidiana dessas entidades pela preservação dos direitos e da democracia.

512) Os Sindicatos realizaram a defesa incondicional da Previdência Social, do serviço público, da qualidade do atendimento à população e lutaram contra o desmonte do Estado ao se posicionarem contra a medida de Bolsonaro de convocar militares da reserva para atuarem nas Agências da Previdência Social. A Confederação e seus Sindicatos acompanharam os trabalhos da “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social”.

513) Os Sindicatos mantiveram uma programação de plenárias, seminários e oficinas para discussão da organização e definição de estratégias sobre as pautas dos servidores. A Confederação e seus Sindicatos mantiveram a integração com as agendas da CUT e suas estaduais como forma de agregar as pautas específicas da categoria às grandes demandas nacionais. Estiveram presentes na “16ª Plenária Nacional da CUT” e no “14º Congresso Nacional da CUT (14º CONCUR)”. Outra estratégia foi manter os acompanhamentos no “Fórum Nacional dos Servidores Federais (FONASEFE)” e no “Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE)”.

Defesa dos beneficiários da GEAP

514) A CNTSS/CUT manteve o acompanhamento da situação na Autogestão em Saúde (GEAP) para garantir os direitos dos beneficiários e seus familiares. O problema dos aumentos abusivos foi constante nos governos Temer e Bolsonaro, o que fez com que a Confederação tivesse que ajuizar Ações para que a União assumisse sua responsabilidade com o custeio da GEAP. A Confederação busca participar das eleições na GEAP para o Conselho Fiscal (CONFIS) e o Conselho de Administração (CONAD) a fim de referendar as demandas dos servidores.

515) Em 2021, a CNTSS/CUT apresentou candidaturas para os dois Conselhos e conquistou a vitória para garantir representante no CONAD para um mandato trienal. Naquele ano, apoiou candidatura nas eleições da Fundação Viva Previdência para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, para um mandato de quatro anos. Em 2024, a CNTSS/CUT voltou a apoiar candidaturas para as eleições na GEAP para o CONAD e o CONFIS, para o mandato 2024–2027.

516) As eleições passaram a ocorrer por Chapas, e não mais por candidaturas individuais. As lideranças da CNTSS/CUT integraram a Chapa 02. Houve a vitória da Chapa 03. A Chapa 02 denunciou procedimentos que indicaram vantagens para a Chapa vencedora e configuraram desigualdade na disputa. A Confederação e demais entidades nacionais acionaram seus setores jurídicos objetivando definir medidas diante da falta de transparência e de informações durante o processo eleitoral, que, segundo avaliaram, tenderam a comprometer a lisura do pleito e de seus resultados.



Mobilização permanente nas greves de 2022 e 2024

517) A CNTSS/CUT conclamou seus Sindicatos a participarem da greve unificada dos servidores públicos federais, estabelecida pelo “Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE)”, em 2022. A Confederação estabeleceu um Comando de Greve com calendário permanente para acompanhar a mobilização nos estados. A pressão dos trabalhadores e a consolidação da greve fizeram com que o governo aceitasse a criação de uma Mesa de Negociação no INSS.

518) Durante as rodadas ocorridas na Mesa, a CNTSS/CUT encaminhou ofício para que fosse incluída cláusula sobre reposição salarial na proposta de Termo de Acordo. Entre os avanços conquistados, foi acertado o compromisso junto ao Ministério da Economia sobre o pagamento dos valores descontados na greve de 2009. A Confederação fez com que o INSS incluísse no Acordo o item que detalhava o compromisso sobre a pauta financeira. O Termo de Acordo da greve de 2022 foi assinado em 23 de maio daquele ano.

519) Em 2024, a Confederação e seus Sindicatos aderiram à greve do setor, tendo em vista que as demandas dos servidores não foram contempladas durante as rodadas da Mesa de Negociação. Foi realizada uma mobilização nos estados e mantidas reuniões periódicas para avaliação da adesão e dos retornos dados pelo governo. Foi indicado que as entidades buscassem apoio de parlamentares de seus estados.

520) A falta de avanços satisfatórios nas negociações sobre as perdas salariais acumuladas nos últimos anos, a decisão do governo de congelar a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) — uma vez que o vencimento básico dos profissionais do INSS é o único abaixo do Salário Mínimo Constitucional —, o requisito de nível superior para ingresso na Carreira do Seguro Social e a Carreira Típica de Estado foram alguns dos pontos questionados durante a Mesa com o governo. Outro ponto defendido pela Confederação era a concessão de reajustes aos servidores do INSS nos mesmos percentuais estabelecidos às demais categorias.

521) A CNTSS/CUT se posicionou contra a indicação de corte de ponto dos servidores em greve. Foi indicado que os Sindicatos acionassem seus setores jurídicos para avaliarem quais medidas poderiam ser tomadas para a preservação dos direitos dos servidores. A Confederação se manifestou contra a atitude do INSS de judicializar a greve. A medida era injustificável, uma vez que a Confederação e suas entidades observaram os preceitos legais e notificaram oficialmente o INSS e todos os demais órgãos do Instituto.

Pelo cumprimento dos Acordos de Greves

522) Em reunião no INSS, lideranças da CNTSS/CUT cobraram do presidente do Instituto a criação imediata de uma Mesa de Negociação da Greve de 2024. As negociações com o governo permitiriam que o Comitê Gestor, cuja instalação estava prometida para até outubro daquele ano, fosse um espaço para discutir questões remuneratórias, como um vencimento básico mais robusto e a desidratação da GDASS. Evidenciou-se, ainda, a necessidade da construção da Carreira do Seguro Social, garantindo a inclusão, no Acordo, das definições de “exclusiva” e “finalística” dos integrantes da Carreira do Seguro Social — pontos resgatados do Acordo da Greve de 2022.



523) Após a conquista de pontos de interesse da categoria, a CNTSS/CUT optou, a partir de intensa e permanente consulta com os servidores de sua base nos estados, pela assinatura do Acordo da Greve de 2024. A Confederação tomou essa decisão com o principal e fundamental intuito de garantir que o servidor saísse deste processo com avanços em sua pauta de reivindicações, incluindo o direito ao reajuste salarial para os próximos dois anos, para servidores ativos, aposentados e pensionistas, e o compromisso do governo de manter a negociação sobre os demais pontos.

524) A aproximação do prazo regimental, que vencia ao final de agosto, para entrega da peça orçamentária de 2025 ao Congresso Nacional, na qual estaria contemplado o contingenciamento para pagamento de salários do setor público federal, impôs a difícil decisão de garantir o reajuste salarial. Em 2015, os servidores ficaram sem reajuste porque as entidades não aceitaram assinar o Acordo. Com isso, os trabalhadores amargaram um período de sete anos sem reajuste salarial.

525) Os termos do Acordo nº 09/2024, assinado pelas entidades nacionais e discutidos com o governo e com os trabalhadores de suas bases, estabeleceram a reestruturação remuneratória dos servidores, que se daria em duas etapas: uma em janeiro de 2025, com reajuste de 9%, e outra em abril de 2026, com reajuste de 5%, além da revisão dos *steps* da carreira do PST para os próximos dois anos. Ficou estabelecido que as demais pautas não remuneratórias seriam discutidas nas Mesas Específicas e demais Fóruns do governo.

526) A Confederação acompanhou a instalação e as demais reuniões da Mesa Setorial de Negociação do pós-greve de 2024. Suas lideranças cobraram avanços no Programa de Gestão de Desempenho (PGD) e a instalação do Comitê Gestor de Carreira. A CNTSS/CUT expressou que não aceitaria qualquer tipo de retrocesso na forma de trabalho dos servidores do INSS. Havia uma cobrança da categoria sobre a Portaria que tratava da compensação dos dias parados na greve. Em relação ao MGI, a CNTSS/CUT solicitou informações sobre o processo de acumulação de cargos para assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e psicólogos.

Retorno do diálogo democrático e os novos desafios

527) Com a chegada do governo democrático e popular a partir da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi possível reconstruir canais de diálogo. Em novembro de 2022, foi protocolada pelas entidades que compõem o FONASEFE, incluindo a Confederação, uma Carta de reivindicações à equipe de transição do novo governo. O documento contava com quatro reivindicações urgentes: revogação da EC nº 95/2016; arquivamento da PEC nº 32/2020; reajuste emergencial linear com o índice de inflação acumulado nos quatro anos do governo Bolsonaro; e a revogação da EC nº 103/2019. Uma pauta de reivindicação foi entregue em janeiro ao novo governo.

528) Em Audiência realizada em maio de 2023 com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, a partir de solicitação da Confederação, foi apresentada uma extensa pauta de interesse dos trabalhadores. Foi apontada a urgência na criação do Comitê Gestor de Carreira, uma vez que este constava como pendência do Acordo de Greve de 2015. As lideranças cobraram o ingresso dos aprovados no concurso de 2022 e a realização de novos concursos,



assim como se posicionaram contra a terceirização. A Confederação defendeu que fossem incorporados à Carreira do Seguro Social os servidores da Junta de Recursos da Previdência Social, do Conselho de Recursos da Previdência Social e do Ministério da Previdência.

529) Foi reiterada ao ministro a necessidade de anistia da compensação residual da greve de 2022. Outro ponto do Acordo de 2022 cobrado dizia respeito ao fato de que Normas, Portarias e Recomendações sobre processos de trabalho deveriam passar pelos Comitês Permanentes dos Serviços Previdenciários e de Processos de Trabalho antes de serem publicadas. Reafirmou-se que o vencimento básico da Carreira do Seguro Social era o único com valor inferior ao salário mínimo.

530) A Confederação comunicou ao ministro que ainda estavam pendentes, desde o governo anterior, Notas Técnicas sobre a Carreira Típica de Estado e a exigência de nível superior para ingresso na carreira. Indicou-se que havia posicionamento favorável ao retorno da gratificação de bônus de produtividade, desde que contemplasse toda a categoria e não estivesse atrelado ao aumento de 30% da meta de produtividade. A CNTSS/CUT apresentou uma proposta de criação de uma Superintendência do INSS na Bahia.

Mesa Nacional de Negociação Permanente do Serviço Público Federal

531) Em janeiro de 2023, as Centrais Sindicais conquistaram a revogação da Nota Técnica da Controladoria-Geral da União (CGU) que permitia a perseguição a servidores e proibia manifestações políticas durante o governo Bolsonaro. Em fevereiro, foi reaberta oficialmente a Mesa Nacional de Negociação Permanente do Serviço Público Federal, na qual a Confederação possui representante. Isso representou uma conquista dos trabalhadores, que viram esse espaço negocial ser interrompido em 2016, durante o governo Temer.

532) Durante as reuniões da Mesa, os trabalhadores retomaram o diálogo sobre suas perdas e os demais debates específicos, como a questão das carreiras, e apresentaram sugestões sobre o percentual de reajuste emergencial para aquele ano e para 2024. A Minuta apresentada pelas lideranças contou com a contribuição da CNTSS/CUT e questionava o percentual oferecido na primeira rodada de negociação da Mesa, em fevereiro de 2023. O descontentamento dos trabalhadores não se expressou apenas durante a reunião da Mesa. Em 30 de agosto, os servidores realizaram um ato na Esplanada dos Ministérios e no Congresso Nacional.

533) O texto abordava os seguintes temas: solução definitiva para os Acordos de Greve firmados em 2015 e 2022; anistia aos servidores que estão respondendo a Processos Administrativos em razão da perseguição do governo Bolsonaro e aos que foram punidos por participação em movimentos grevistas entre 2016 e 2022; solução definitiva para a adoção plena da Convenção nº 151 da OIT. Havia outras preocupações: discutir a campanha salarial de 2024 com reconhecimento das perdas históricas; instalação urgente das Mesas Setoriais; definição das regras do processo de negociação.

534) Na Mesa, os servidores conquistaram um reajuste emergencial dos salários em 2023. Entre os pontos consolidados com o novo governo estavam os que diziam respeito à pauta econômica: reajuste emergencial de 9% nos salários dos servidores ativos, aposentados e

pensionistas da Lei nº 8.112/90 a partir de 1º de maio, a ser pago em 1º de junho, e um reajuste nos benefícios do auxílio-alimentação, no auxílio-creche e um aumento no *per capita* da União no custeio da assistência à saúde. Foi conquistado o compromisso do governo de interceder junto ao Congresso Nacional para a retirada da PEC nº 32/2020, além das revisões nas Instruções Normativas nº 02/2018 e nº 54/2021, de retomar as Mesas Setoriais, de repensar o formato atual da Mesa, e apresentar apontamentos sobre a Portaria nº 10.723, da redistribuição de cargos na Administração Federal.

Defesa do servidor em Audiências e Mesas de Negociação

535) Em Audiência solicitada pela Confederação, em agosto de 2023, com o presidente recém-empossado do INSS, Alessandro Stefanutto, as lideranças reiteraram as pautas ainda em aberto. Estavam entre os pontos as questões sobre a instalação da Mesa Setorial do Seguro Social para debater sobre a carreira típica de Estado para os servidores do INSS e a defasagem no quadro de profissionais. Foram defendidas a contratação dos remanescentes do concurso público de 2022 e a realização de novo concurso, além do reconhecimento do direito dos profissionais da Assistência Social em acumular cargos. Foi exposto que este tema era pauta junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

536) A Confederação solicitou reunião com representantes do MGI tendo como ponto central cobrar a instalação da Mesa de Negociação Específica do INSS e protocolar documento sobre temas de interesse dos servidores. O texto focava na reestruturação da Carreira do Seguro Social, tendo-a como carreira típica de Estado, assim como mencionava a questão da remuneração desses trabalhadores, inclusive com incorporação da Gratificação de Desempenho da Atividade do Seguro Social (GDASS) ao vencimento básico, a recomposição da força de trabalho do INSS por meio de concursos públicos, capacitação permanente, valorização dos servidores, política de saúde, entre outros pontos.

537) As lideranças procuraram suscitar o debate sobre o Acordo da Greve de 2022 em consonância com a Nota Técnica nº 13/2023 CGEDUC/DGP-INSS, Processo nº 35014.201044/2023-85, que versava sobre a proposta de reestruturação da Carreira do Seguro Social. Ainda em dezembro daquele ano, a CNTSS/CUT teve uma série de reuniões nos espaços de governo: Comitê de Serviços Previdenciários; Comitê Permanente de Processos de Trabalho; Mesa Nacional Permanente de Negociação.

538) Em 2024, a Confederação se reuniu com o Comitê de Processos de Trabalho do INSS para assegurar melhores condições sobre o Programa de Gestão do Atendimento Presencial, de retorno ao trabalho presencial. O INSS informou que não havia intenção de acabar com os programas de gestão já existentes, como o Programa de Gestão em Regime Parcial (PGRP) e o Programa de Gestão em Regime Integral (PGRI). A Confederação reiterou que a iniciativa respeitasse os programas já existentes, que deveriam ser reformulados, respeitando a Instrução Normativa nº 24/2023 do MGI.

539) A CNTSS/CUT discutiu carreiras, recomposição das tabelas salariais e demais reivindicações dos servidores da Previdência, Saúde e Trabalho com representantes do Ministério da Saúde. As lideranças cobraram o andamento das propostas apresentadas, incluindo respostas sobre o estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos So-



cioeconômicos (DIEESE) com referência às questões remuneratórias e o respectivo impacto financeiro que a medida traria. Outro ponto foi sobre a implantação da Carreira do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi questionada a continuidade das rodadas da Mesa de Negociação Temporária das Carreiras da Previdência, Saúde e Trabalho.

540) Em reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Serviço Público Federal, realizada com representantes do MGI durante a greve de 2024, a CNTSS/CUT considerou uma afronta a proposta do governo de não conceder reajuste linear e geral naquele ano. O governo reajustaria os benefícios sociais e trataria da recomposição salarial e da reestruturação das carreiras em Mesas Específicas por categoria, num total de 60 Mesas, nos meses seguintes até julho daquele ano.

541) A Confederação cobrou uma solução para outro tema de grande relevância para os servidores: a questão do plano de saúde. O pleito reiterado diz respeito à demanda para que o governo universalizasse o *per capita* do plano para que todos recebessem, independentemente de ter plano de saúde ou não. Este tem sido um problema que prejudica os servidores.

542) Em abril de 2024, a CNTSS/CUT participou da assinatura do Termo de Compromisso assumido pelo MGI, que dispunha sobre os reajustes nos benefícios assistenciais dos servidores. As lideranças cobraram avanços nas questões salariais. O documento apontava que as negociações sobre reestruturação das carreiras e reajustes de remuneração deveriam acontecer nas Mesas Específicas e Temporárias.

543) A Confederação manteve representantes na Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, instalada em cumprimento à Portaria GM/MS nº 3.830, de 14/05/2024. Naquele momento, ficou definida a criação de Grupos de Trabalho sobre o Regimento Interno da Mesa e para debater a questão dos hospitais federais do Rio de Janeiro. A CNTSS/CUT integrou a Mesa de Negociação Nacional Específica do Seguro Social, que, inclusive, teve rodadas durante a greve do setor federal de 2024. As lideranças queriam respostas às demandas contidas em ofício encaminhado ainda em dezembro de 2023, com destaque à remuneração dos servidores da carreira do Seguro Social.

544) As lideranças da Confederação apresentaram discordância em relação ao índice de reajuste apresentado pelo governo de 3,5% previsto para 2026, enquanto as demais categorias teriam 5,0%. Os dirigentes conquistaram o compromisso do governo de que o índice para 2026, para os trabalhadores do Seguro Social, será também de 5,0%. Outro ponto conquistado foi o compromisso reafirmado de que o governo implementará o Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social. Este tema foi uma determinação tirada na greve de 2015 e está previsto em lei.

545) A questão dos assistentes sociais conquistou avanços com compromissos assumidos pelo presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, em setembro de 2024, durante reunião solicitada pela Confederação. A demanda dos assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais sobre a possibilidade de duplo vínculo, quando não há incompatibilidade de horário ou função, foi acolhida por Stefanutto, que enviou ofício à Diretoria de Gestão de Pessoas estabelecendo a Medida Cautelar para que todos os processos sobre este tema, conforme disposto na Nota Técnica nº 11/2023/DSS/COSERP/DIRBEN-INSS, fossem sobrestados até que houvesse uma manifestação oficial do MGI.



546) A pedido da CNTSS/CUT, foi realizada, em outubro de 2024, nova reunião com o presidente do INSS para cobrar mais celeridade na execução dos pontos presentes no Termo de Acordo da Greve de 2024. Entre os destaques, estava a criação da Mesa Setorial para ser possível avançar nas discussões sobre condições e relações de trabalho. Foi cobrada novamente a criação do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, conquista reiterada no Acordo de Greve de 2024. As definições sobre a reposição da greve de 2024 e quanto ao acúmulo de cargos da assistência social foram cobradas.

547) A CNTSS/CUT manifestou seu repúdio e posicionamento contrário à apresentação, de forma arbitrária e impositiva, por parte do INSS, da Portaria nº 1.800/2024, que tratava da autorização e instituição do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) para o exercício de atividades que seriam avaliadas em função da efetividade e da qualidade das entregas, e estabelecia normativas para o trabalho dos servidores. A apresentação de metas abusivas, a obrigatoriedade de anuência por meio do Termo de Ciência e Responsabilidade, o custeio do teletrabalho e até punições por não cumprimento das metas são alguns dos pontos considerados inaceitáveis pela Confederação.

548) A CNTSS/CUT compreendia que a Portaria prejudicava os servidores, inclusive atacando direitos conquistados a partir de sua organização e mobilização, e também termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e não apresentava as contribuições das lideranças dos trabalhadores presentes às reuniões da Mesa Setorial de Negociação. A Confederação intensificou o diálogo com os trabalhadores nos estados para discutir o conteúdo da Portaria.



PROPOSTAS DE PLANO DE LUTAS AO 9º CONGRESSO NACIONAL DA CNTSS/CUT APROVADAS NOS ENCONTROS SETORIAIS

SETOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

549) A CNTSS/CUT deve lutar e realizar ações políticas por vacinas, testagens e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os(as) profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o Brasil, que somam mais de 465 mil — conforme CADSUAS de fevereiro de 2023. Deve-se manter como prioridade os(as) profissionais do SUAS no Plano Nacional, bem como garantir todas as vacinas inerentes aos(as) trabalhadores(as) da saúde;

550) A CNTSS/CUT deve defender e divulgar as determinações que reconhecem o trabalho desenvolvido na Assistência Social como essencial e, por isso, que não pode ser interrompido (Decreto nº 10.282/2020; Lei Federal nº 14.023/2020). Ademais, a crise promovida pelo golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e, posteriormente, agravada pela pandemia, além de provocar graves questões de ordem sanitária, também gerou impactos sociais, com repercussões dramáticas na vida da maioria da população brasileira;

551) A CNTSS/CUT deve atuar na construção das políticas de Seguridade Social, dando consistência e relevância ao tripé constitucional Saúde, Previdência e Assistência Social — sendo esta última a política de proteção social não contributiva. Cabe a ela prover ações preventivas e protetivas diante das vulnerabilidades, riscos e danos sociais. Deve assegurar a proteção social básica e especial, independentemente da questão contributiva, garantindo a Assistência Social como política pública, independentemente da situação legal do usuário ou da existência, ou não, de endereço ou domicílio fixo;

552) A CNTSS/CUT deve reafirmar, por meio de campanhas de divulgação, a Assistência Social como política pública — tal como foi implementada a campanha em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Confederação —, ratificando, conforme disposto na Constituição Federal Cidadã de 1988 (CF/1988) e na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 (LOAS/1993), o status de política social, direito do(a) cidadão(ã) e dever do Estado, com financiamento público;

553) A CNTSS/CUT deve lutar pela efetiva implementação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS, NOB-RH/SUAS), destacando seus princípios:

a) Universalidade: a proteção socioassistencial é um direito de qualquer cidadã(o) brasileira(o) que dela necessitar e deve ser prestada com respeito à dignidade e à autonomia da(o) usuária(o), sem discriminação de qualquer tipo ou comprovação vexatória de sua condição;

b) Gratuidade: a Assistência Social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida;

c) Integralidade da proteção social: as provisões devem ser ofertadas em sua completude, por meio de um conjunto articulado de serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais;



d) Intersetorialidade: a Rede Socioassistencial deve operar de forma integrada e articulada com as demais políticas e órgãos setoriais;

e) Equidade: deve-se considerar as diversidades regionais, culturais, políticas, socioeconômicas e territoriais;

554) A CNTSS/CUT deve fomentar e apoiar as entidades filiadas à Confederação que atuam na Assistência Social e realizam planejamento de ações intersetoriais, articulando o combate às vulnerabilidades, o desenvolvimento das potencialidades dos(as) atendidos(as) e a proteção dos vínculos, que respaldam o acesso aos direitos de cidadania e aos direitos humanos, viabilizando a gestão do trabalho e a vigilância socioassistencial;

555) A CNTSS/CUT deve definir movimentos políticos para concretizar ações pela desprecarização do trabalho no SUAS, defender as pautas das(os) trabalhadoras(es) do Sistema, combater a privatização e terceirização, defender concurso público com salário digno, combater o assédio moral e todas as formas de violência no trabalho e no SUAS, realizar campanhas por um SUAS sem racismo, combater o capacitismo etc.;

556) A CNTSS/CUT deve acompanhar e incentivar a participação nas instâncias de Controle Social do SUAS, defendendo o Controle Social e a participação do(a) cidadão(ã) na gestão pública. O Controle Social inclui, por parte da população, fiscalização, monitoramento e controle das ações da administração pública. Trata-se de um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania, que contribui para aproximar a sociedade do Estado;

557) A CNTSS/CUT deve defender a manutenção e aplicação da Resolução nº 269, de 13/12/2006, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH). Trata-se de um mecanismo normativo inicial do SUAS, que orienta a constituição de equipes, com destaque para assistentes sociais e psicólogas(os) como profissionais de referência dos serviços socioassistenciais, bem como os(as) demais trabalhadores(as) incluídos nas seguintes resoluções: Resolução CNAS nº 17, de 20/06/2011, que ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender às especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS; e a Resolução nº 9, de 15/04/2014, que ratifica e reconhece as ocupações e áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS;

558) A CNTSS/CUT deve lutar pelas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), considerando os riscos e vulnerabilidades para sua efetivação no SUAS, nos serviços e programas desenvolvidos, destacando as questões centrais do território e da família. O território surge como condição para o desenvolvimento da proteção social e da centralidade da família;

559) A CNTSS/CUT deve participar de todo o processo da “14ª Conferência Nacional de Assistência Social (14ª CNAS)”, convocada para dezembro de 2025, incluindo as etapas municipais e estaduais. O Conselho Nacional de Assistência Social aprovou Resolução de convocação da 14ª Conferência para o período de 6 a 9 de dezembro;

560) A CNTSS/CUT deve apoiar e cobrar a implementação da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS), entendendo a educa-



ção permanente como *“processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis”*. Também deve defender a participação de todos(as) os(as) profissionais do SUAS em ações de educação permanente;

561) A CNTSS/CUT deve defender os programas de transferência de renda e retomar o debate sobre a renda básica cidadã;

562) A CNTSS/CUT deve lutar pelos direitos e pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, como ação direta da Seguridade Social;

563) A CNTSS/CUT deve lutar contra o financiamento público das comunidades terapêuticas em detrimento dos investimentos necessários aos serviços de saúde que atendem ao mesmo público-alvo, como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), as Residências Terapêuticas em Saúde Mental e os Consultórios na Rua. Deve reconhecer o uso abusivo de álcool e outras drogas como um problema de saúde e manter posicionamento contrário ao uso de recursos públicos nessas instituições;

564) A CNTSS/CUT deve lutar contra o “primeiro-damismo”, que consiste no deslocamento do direito social para a filantropia, o voluntariado e a solidariedade indiferenciada — ações equivocadas e propositadamente realizadas para desmontar o SUAS e deslocar a Assistência Social, tardiamente reconhecida como direito social, para o campo do clientelismo, do assistencialismo, da solidariedade mecânica e, portanto, do não-direito;

565) A CNTSS/CUT deve defender o financiamento do SUAS como repasse obrigatório, assim como ocorre nas áreas da Saúde e da Educação;

566) A CNTSS/CUT deve lutar por um SUAS 100% estatal, universal e de qualidade;

567) A CNTSS/CUT deve fazer incidências junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e à Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SNAS/DGSUAS) para instituir a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS (MNNPSUAS), conforme preconiza a NOB-RH/SUAS;

568) A CNTSS/CUT deve participar do “Fórum Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único da Assistência Social (FNTSUAS)”, bem como do “Fórum de Articulação Nacional de Entidades e Organizações de Caráter Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único da Assistência Social (FANTSUAS)”, e lutar pela implementação de seu Plano de Lutas;

569) A CNTSS/CUT deve criar, em sua estrutura política e administrativa, a Secretaria de Assistência Social para fortalecer a organização dos(as) trabalhadores(as) do SUAS e a política de Assistência Social no Ramo;

570) A CNTSS/CUT deve lutar pela redução da jornada de 30 horas semanais dos(as) trabalhadores(as) do SUAS;

571) A CNTSS/CUT deve lutar pelo piso salarial nacional dos(as) trabalhadores(as) do SUAS, acompanhando o PL nº 5.874/2023, que dispõe sobre o piso salarial de todos(as) os(as) trabalhadores(as) do SUAS;



Prioridades do Setor da Assistência Social para o mandato 2025–2029

572) A CNTSS/CUT deve lutar pela valorização dos(as) trabalhadores(as) do SUAS, com a aprovação do PL nº 5.874/2023, que trata do piso salarial da categoria; instituição da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS; implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS-SUAS); políticas de saúde do(a) trabalhador(a) do SUAS; políticas de educação permanente; realização de concurso público; combate à precarização por meio de contratos temporários, organizações sociais (OSs) e terceirização; defesa das condições técnicas e éticas de trabalho nos equipamentos do SUAS, com ênfase no cumprimento das Normativas do Sistema e na garantia da equipe mínima no território;

573) A CNTSS/CUT deve fortalecer a participação no Controle Social, incentivando e defendendo a participação dos(as) trabalhadores(as) do SUAS nos espaços de Controle Social — Conselhos e Conferências —, com garantia de liberação do trabalho sem qualquer prejuízo para o(a) trabalhador(a). A CNTSS/CUT deve levar esse debate ao Ministério do Trabalho e Emprego;

574) A CNTSS/CUT deve participar dos Fóruns de trabalhadores(as) do SUAS: “Fórum Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único da Assistência Social (FNTSUAS)” e “Fórum de Articulação Nacional de Entidades e Organizações de Caráter Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único da Assistência Social (FANTSUAS)”;

575) A CNTSS/CUT deve auxiliar na organização das entidades sindicais dos(as) trabalhadores(as) que estão nas Resoluções NOB nº 17, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), para o fortalecimento do FANTSUAS;

576) A CNTSS/CUT deve articular a luta em defesa do orçamento público permanente, com repasses regulares, obrigatórios e automáticos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

SETOR DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

577) A CNTSS/CUT deve incentivar a formação de Mesas Permanentes de Negociação; também deve lutar pela garantia de formação continuada dos(as) Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e Agentes de Combate às Endemias (ACEs), visando à qualificação profissional permanente;

578) A CNTSS/CUT deve lutar pela instituição de Mesas Permanentes de Negociação nos municípios e estados, para discutir condições de trabalho, remuneração, saúde e segurança do trabalho;

579) A CNTSS/CUT deve lutar pela aprovação da PEC nº 18/2022, que estabelece que o salário dos(as) agentes comunitários de saúde e dos(as) agentes de combate às endemias com formação técnica não poderá ser inferior a três salários mínimos, reforçando a justiça social e o reconhecimento da dedicação desses(as) trabalhadores(as) à saúde pública;

580) A CNTSS/CUT deve lutar pela aprovação do PL nº 6.169/2023, assegurando às categorias o adicional de insalubridade em grau máximo;



581) A CNTSS/CUT deve defender a aposentadoria especial, com integralidade e paridade;

582) A CNTSS/CUT deve lutar pela abertura de editais de seleção pública e concursos públicos para ingresso nas categorias, assegurando o vínculo direto com o ente público, conforme previsto na Lei Federal nº 11.350/2006; deve combater as contratações temporárias e terceirizações, excetuando-se apenas casos excepcionais, como períodos de pandemia;

583) A CNTSS/CUT deve lutar pela criação de sistemas de proteção à saúde física e psicológica dos(as) ACSs e ACEs que atuam em áreas de risco, bem como pela criação de políticas de acolhimento para trabalhadores(as) vítimas de violência física ou psicológica;

584) A CNTSS/CUT deve lutar contra a aprovação da Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020);

585) A CNTSS/CUT deve defender a utilização do e-SUS como sistema único de informação da Atenção Primária à Saúde;

586) A CNTSS/CUT deve lutar pela redução da jornada de trabalho para até 30 horas semanais para os(as) ACSs e ACEs;

587) A CNTSS/CUT deve lutar pela instituição de Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) em todos os municípios;

588) A CNTSS/CUT deve defender a criação, por meio de lei, de gratificações e bonificações em reconhecimento ao trabalho dos(as) ACSs e ACEs;

589) A CNTSS/CUT deve lutar pela criação de um Código Brasileiro de Ocupações (CBO) específico para técnicos agentes de combate às endemias;

590) A CNTSS/CUT deve lutar pela definição de parâmetros objetivos para o quantitativo mínimo de ACSs e ACEs por território;

Prioridades do Setor de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias para o mandato 2025–2029

591) A CNTSS/CUT deve lutar pela aposentadoria especial, pelos direitos previdenciários e pelo reconhecimento da insalubridade em grau máximo. A luta prioritária é pela conquista da aposentadoria especial para os(as) Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, com integralidade e paridade dos proventos, reconhecendo a natureza insalubre, penosa e de risco da atividade;

592) A CNTSS/CUT deve lutar pela aprovação do PL nº 6.169/2023, que assegura o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, corrigindo uma injustiça histórica contra a categoria. É necessário reforçar o reconhecimento da atividade como essencial para a saúde pública e de risco constante, exigindo tratamento diferenciado na proteção previdenciária;

PEC nº 18/2022 – Valorização Profissional e Reconhecimento da Formação Técnica

593) A CNTSS/CUT deve defender a aprovação imediata da PEC nº 18/2022, que altera o § 9º do art. 198 da Constituição Federal para assegurar que: *“Aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias com formação em curso técnico será garantido o vencimento básico não inferior a três salários mínimos”*.

A aprovação da PEC nº 18/2022 representa:



- a)** Reconhecimento formal da importância estratégica dos(as) ACSs e ACEs para o Sistema Único de Saúde (SUS);
- b)** Valorização da formação técnica e do investimento em qualificação profissional;
- c)** Melhoria da remuneração, corrigindo a defasagem histórica enfrentada pela categoria;
- d)** Promoção da justiça social em prol de quem atua diretamente na proteção e promoção da saúde da população;

Incentivo Financeiro Anual (IFA) – Aprovação do PL nº 460/2019

594) A CNTSS/CUT deve lutar pela aprovação do Projeto de Lei nº 460/2019, que transforma em política permanente o Incentivo Financeiro Anual (IFA) aos(as) Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Deve defender que o incentivo:

- a)** Seja incorporado à política nacional de financiamento da Atenção Primária;
- b)** Tenha regras claras, com repasse direto e obrigatório aos(as) trabalhadores(as), sem desvios ou retenções por parte dos gestores municipais;
- c)** Reforce o reconhecimento financeiro pelo trabalho essencial prestado;

595) A CNTSS/CUT deve defender a valorização profissional, a melhoria das condições de trabalho e a saúde do(a) trabalhador(a). A CNTSS/CUT deve lutar por:

- a)** Condições dignas de trabalho, com fornecimento regular e adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- b)** Melhoria da infraestrutura de trabalho (salas, transporte, equipamentos);
- c)** Proteção da saúde física e mental dos(as) trabalhadores(as), especialmente para quem atua em territórios com risco de violência;
- d)** Implantação de programas de acolhimento e suporte psicológico para trabalhadoras(as) vítimas de agressões físicas ou psicológicas no exercício da função;
- e)** Implementação de políticas de promoção da saúde ocupacional para reduzir afastamentos e adoecimentos;

596) A CNTSS/CUT deve lutar pela desprecarização dos vínculos: concurso público já! A precarização do vínculo é uma afronta à função pública essencial que os(as) ACSs e ACEs desempenham. Por isso, a luta pelo concurso público é também uma luta pela qualidade do SUS. A CNTSS/CUT deve defender, de forma intransigente, o ingresso dos(as) ACSs e ACEs exclusivamente por meio de concurso público, conforme previsto na Lei Federal nº 11.350/2006, garantindo:

- a)** Vínculo efetivo com o ente público;
- b)** Fim das contratações precárias e terceirizadas, excetuando-se apenas situações excepcionais, como calamidades ou pandemias;
- c)** Estabilidade, dignidade e segurança jurídica aos(as) trabalhadores(as);

SETOR DA SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL

597) A CNTSS/CUT deve lutar pelo piso salarial nacional dos(as) trabalhadores(as) da saúde;

598) A CNTSS/CUT deve lutar pelo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) para todos(as) os(as) servidores(as) da saúde;

599) A CNTSS/CUT deve lutar por um projeto de lei que regulamente a Covid-19 como



doença ocupacional;

600) Que a CNTSS/CUT defenda a jornada de trabalho de até 30 (trinta) horas semanais para os(as) trabalhadores(as) da saúde dos setores público e privado;

601) Que a CNTSS/CUT organize e articule as entidades sindicais da Seguridade Social com o objetivo de representar nacionalmente os(as) trabalhadores(as), consolidando o Ramo;

602) A CNTSS/CUT deve elaborar políticas que fortaleçam e unifiquem as entidades sindicais e que possibilitem a intervenção nas políticas públicas;

603) A CNTSS/CUT deve defender o SUS 100% estatal, universal e de qualidade, com base nos princípios da Reforma Sanitária Brasileira;

604) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa da democracia e contra a criminalização dos movimentos sociais e sindicais;

605) A CNTSS/CUT deve lutar contra toda e qualquer violação dos direitos humanos e da vida das pessoas;

606) A CNTSS/CUT deve lutar pela proteção aos(às) trabalhadores(as) no enfrentamento da Covid Longa e suas sequelas;

607) A CNTSS/CUT deve lutar pela retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNPSUS) e sua implementação em todos os estados e no Distrito Federal, com implantação também dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) em todos os municípios;

608) A CNTSS/CUT deve realizar cursos de capacitação visando qualificar os(as) dirigentes sindicais no processo de negociação coletiva e na construção de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), melhorando, assim, os processos de negociação dos acordos coletivos;

609) A CNTSS/CUT deve lutar pela formulação e acompanhamento, nas Casas Legislativas, dos projetos de lei de interesse da categoria;

610) A CNTSS/CUT deve estabelecer uma campanha relacionada à redução da jornada de trabalho para, no máximo, 30 horas semanais, sem redução de salário, para todas as categorias de trabalhadores(as) da saúde;

611) A CNTSS/CUT deve incentivar e cobrar a realização de cursos de capacitação para os(as) trabalhadores(as) da saúde sobre a história e a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) — por meio de ações de Educação Permanente e Continuada em Saúde que dialoguem, de forma efetiva, com as necessidades dos municípios e demais localidades — para que estes(as) multipliquem as informações com a participação dos Conselhos de Controle Social;

612) A CNTSS/CUT deve realizar ações que visem fortalecer a Política de Práticas Integrativas e Complementares do SUS e a de Educação Permanente no SUS;

613) A CNTSS/CUT deve lutar pela implantação e organização dos Conselhos Locais de Saúde em todas as unidades de saúde;

614) A CNTSS/CUT deve cumprir as deliberações do “Encontro Nacional de Mulheres”



desta Confederação, intensificando as lutas contra a violência e discriminação que vitimizam as mulheres trabalhadoras, desenvolvendo ações de combate aos assédios moral e sexual nos locais de trabalho, entre outras ações;

615) Que a CNTSS/CUT implemente ações em defesa das políticas de igualdade racial, de gênero e respeito à diversidade sexual;

616) Que a CNTSS/CUT implemente ações pela igualdade de oportunidades e salários entre homens e mulheres;

617) Que a CNTSS/CUT unifique a luta contra a Reforma Administrativa, PEC nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores(as), empregados(as) públicos e organização administrativa;

618) A CNTSS/CUT deve lutar contra as privatizações;

619) A CNTSS/CUT deve lutar pela garantia de que nenhum(a) servidor(a) público receba menos que o salário mínimo nacional como salário base;

620) A CNTSS/CUT deve lutar pela garantia de concursos públicos nas esferas federal, municipal e estadual; deve defender o concurso público como forma de contratação no SUS, estimulando o diálogo com trabalhadores(as) não efetivos sobre a necessidade de sua efetivação como servidores(as) de carreira, como forma de combater a precarização;

621) A CNTSS/CUT deve construir campanha nacional contra as privatizações, terceirizações e quarteirizações existentes nos setores da saúde e da Seguridade Social em geral, considerando serem essas atividades essenciais como política social na atenção à população;

622) A CNTSS/CUT deve lutar pela democratização nos locais de trabalho, por meio da implementação de política de gestão participativa em todas as unidades do SUS e esferas de governo, com eleições para a gestão;

623) A CNTSS/CUT deve lutar pela implementação da política de saúde do(a) trabalhador(a), envolvendo trabalhadores(as) e gestores da saúde no debate e na troca de experiências sobre ações para a melhoria da qualidade de vida no trabalho e na saúde do(a) trabalhador(a);

624) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa da atuação das Comissões de Saúde do(a) Trabalhador(a) (COMSAT) em tudo o que envolve condições de trabalho. A COMSAT tem como responsabilidade investigar, discutir e combater as condições de trabalho insalubres, inseguras e perigosas. Deve atuar em todos os campos relacionados à prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Deve participar de todas as decisões referentes ao trabalho em saúde;

625) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do(a) Trabalhador(a), pelo cumprimento do Plano Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) e pela regulamentação da Convenção nº 155, da OIT, sobre a segurança, a saúde dos(as) trabalhadores(as) e o ambiente de trabalho;

626) A CNTSS/CUT deve lutar pela paridade salarial entre ativos e aposentados;



Propostas gerais contidas no Plano de Lutas do SINDSAÚDE PARÁ para contribuição ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT

627) A CNTSS/CUT deve lutar pelo piso salarial nacional dos(as) trabalhadores(as) da saúde;

628) A CNTSS/CUT deve lutar pelo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) para todos(as) os(as) servidores(as) da saúde;

629) A CNTSS/CUT deve lutar por Projeto de Lei que regulamente a Covid-19 como doença ocupacional;

630) A CNTSS/CUT deve defender a jornada de trabalho de até 30 horas semanais para os(as) trabalhadores(as) da saúde dos setores público e privado;

631) A CNTSS/CUT deve lutar contra quaisquer formas de retirada de direitos dos(as) servidores(as), conquistados através da luta de classes;

Propostas gerais contidas no Plano de Lutas do SINDSAÚDE GOIÁS para contribuição ao 9º Congresso Nacional da CNTSS/CUT

632) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa da democracia e contra a criminalização dos movimentos sociais e sindicais;

633) A CNTSS/CUT deve lutar pela democratização da comunicação;

634) A CNTSS/CUT deve lutar contra toda e qualquer violação dos direitos humanos e da vida das pessoas;

635) A CNTSS/CUT deve lutar pela revogação da EC nº 103/2019, que trata da Reforma da Previdência;

636) A CNTSS/CUT deve lutar contra a aprovação da PEC nº 66/2023, que abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social dos(as) Servidores(as) Públicos e com o Regime Geral de Previdência Social, e pelas aprovações da PEC nº 555/2006, que extingue a contribuição de servidores(as) inativos(as) e pensionistas para o regime de previdência de que trata o Art. 40 da Constituição Federal Cidadã de 1988, e da PEC nº 06/2004, que prevê a redução progressiva da contribuição previdenciária, com eliminação total a partir dos 75 anos;

637) A CNTSS/CUT deve lutar pela revogação da Contrarreforma Trabalhista (Lei Federal nº 13.467/2017);

638) A CNTSS/CUT deve lutar pela jornada máxima de trabalho de 30 horas semanais para todos(as) os(as) trabalhadores(as) do SUS, sem redução salarial;

639) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa da PEC nº 8/2025 (fim da escala 6x1 de trabalho);

640) A CNTSS/CUT deve lutar pela reposição das perdas salariais e demais direitos e contra as medidas que precarizam o trabalho;

641) A CNTSS/CUT deve lutar pela efetivação do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e às Discriminações no Trabalho na Saúde do Ministério da Saúde (PEA-DTS), nos estados e municípios;

642) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa das políticas de igualdade racial, de gênero e respeito à diversidade sexual;



643) A CNTSS/CUT deve lutar pelo combate à violência contra a mulher e pelo fim da violência obstétrica;

644) A CNTSS/CUT deve lutar pela igualdade de oportunidades e salários entre homens e mulheres;

645) A CNTSS/CUT deve lutar pela intensificação das lutas contra a violência e a discriminação que vitimizam as mulheres trabalhadoras, desenvolvendo ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos;

646) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa das empresas estatais, para que sejam 100% públicas;

647) A CNTSS/CUT deve lutar pela retomada da concessão de partilha e aplicação dos *royalties* do petróleo do Pré-Sal exclusivamente para a saúde e a educação;

648) A CNTSS/CUT deve lutar pela composição, contribuição e reunião de forças sociais e políticas na construção das ações da "Frente Popular e Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional";

649) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa da auditoria da dívida pública, para apurar os esquemas, ilegalidades e irregularidades que promovem o endividamento do país e consomem mais da metade da receita federal para o pagamento de juros, retirando recursos da saúde, da educação e de outras áreas sociais;

650) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa da Resolução nº 190 da OIT, que dispõe sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

651) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do(a) Trabalhador(a);

652) A CNTSS/CUT deve lutar pela implementação de políticas de geração de emprego e renda;

653) A CNTSS/CUT deve lutar pela política de segurança alimentar;

654) A CNTSS/CUT deve lutar pela política de agricultura familiar, orgânica e sustentável;

655) A CNTSS/CUT deve lutar pela política de desenvolvimento e proteção social;

656) A CNTSS/CUT deve lutar pela política de desenvolvimento sustentável;

657) A CNTSS/CUT deve lutar pela política de defesa dos direitos sociais e fundamentais consagrados na Constituição Federal Cidadã de 1988;

658) A CNTSS/CUT deve lutar por iniciativas populares ou institucionais que defendam os direitos constitucionais, como saúde, educação, moradia, direitos humanos, acesso à terra, entre outros;

659) A CNTSS/CUT deve lutar por uma Reforma Tributária que tenha por objetivo a implantação da justiça fiscal, promovendo o crescimento e a distribuição de renda;

660) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), 100% público, gratuito e de qualidade;

661) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa de uma Lei de Responsabilidade Sanitária para



contrapor a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assegurando o fortalecimento das políticas públicas nas áreas da Saúde e da Seguridade Social;

662) A CNTSS/CUT deve lutar pelo fortalecimento da luta contra as privatizações e terceirizações na saúde, nas esferas federal, estaduais e municipais;

663) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa de toda e qualquer política pública que garanta a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico;

664) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa do Controle Social;

665) A CNTSS/CUT deve lutar pela implantação e organização dos Conselhos locais de saúde em todas as unidades de saúde;

666) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa do concurso público como forma de ingresso no SUS;

667) A CNTSS/CUT deve lutar para que o SUS continue sendo uma política de inclusão social;

668) A CNTSS/CUT deve lutar contra a terceirização e/ou quarteirização da saúde e contra as Organizações Sociais de Saúde e modelos de gestão similares;

669) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa de qualquer programa de saúde no âmbito nacional, estadual ou municipal que esteja em consonância com os princípios e diretrizes do SUS;

670) A CNTSS/CUT deve lutar por ações que visem à implantação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde;

671) A CNTSS/CUT deve lutar por ações que visem o fortalecimento da Política de Práticas Integrativas e Complementares do SUS;

672) A CNTSS/CUT deve lutar por ações de fortalecimento da educação permanente no SUS e da profissionalização da gestão;

673) A CNTSS/CUT deve lutar pela implantação de uma política de humanização no SUS e pelo fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização;

674) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa da Carreira Única Tripartite no âmbito do SUS, assegurando a inclusão de todos(as) os(as) trabalhadores(as), concurso público, piso nacional, jornada máxima de trabalho de até 30 horas semanais e pactuada entre os entes federativos;

675) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa da criação de um Fundo Nacional Tripartite para a Carreira Única no SUS;

676) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa do Regime Jurídico Único (RJU);

677) A CNTSS/CUT deve lutar pela inserção de todos(as) os(as) servidores(as) e categorias lotados na saúde, incluindo os(as) administrativos e os(as) agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, nos Planos de Cargos, Carreiras e Salários da Saúde;

678) A CNTSS/CUT deve lutar pela oferta de cursos, palestras e seminários para capacitação, conscientização, organização e unidade dos(as) trabalhadores(as);

679) A CNTSS/CUT deve lutar pela promoção de ações de cidadania, alimentação, saúde, entre outras, para o envolvimento da sociedade com o Sindicato;



680) A CNTSS/CUT deve lutar para que todos(as) os(as) trabalhadores(as) recebam insalubridade, adicional noturno, entre outros direitos previstos em lei;

681) A CNTSS/CUT deve lutar por melhores condições de trabalho e de atendimento à população;

682) A CNTSS/CUT deve lutar pelo incentivo à formação dos(as) trabalhadores(as) sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) para o fortalecimento da luta nos municípios;

683) A CNTSS/CUT deve lutar pela promoção, junto a outros Sindicatos, movimentos sociais e frentes parlamentares, de campanha contínua de valorização dos(as) servidores(as) públicos;

684) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa do salário mínimo baseado em estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);

685) A CNTSS/CUT deve lutar contra toda e qualquer proposta de alteração previdenciária que venha a prejudicar os(as) aposentados(as) e pensionistas e as aposentadorias futuras;

686) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa intransigente da democracia, sem anistia e com punição para os golpistas;

687) A CNTSS/CUT deve lutar, especialmente no Congresso Nacional, pela defesa das pautas de luta dos(as) Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias;

688) A CNTSS/CUT deve lutar pela defesa de um piso salarial nacional da enfermagem justo e com jornada de trabalho de até 30 horas semanais;

689) A CNTSS/CUT deve lutar pela participação efetiva de suas entidades sindicais na constituição da “Frente em Defesa dos(as) Trabalhadores(as) do SUS”, em construção no Congresso Nacional;

690) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa da implementação das Mesas Permanentes de Negociação do SUS subnacionais — Estados e Municípios;

Prioridades do Setor de Saúde Pública para o mandato 2025–2029

691) Que a CNTSS/CUT unifique a luta contra a Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020), que altera disposições sobre servidores(as), empregados(as) públicos e organização administrativa;

692) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do(a) Trabalhador(a) (NRs); pela regulamentação da Convenção nº 155 da OIT, que trata de segurança, saúde do(a) trabalhador(a) e meio ambiente; da Convenção nº 151 da OIT, que trata da proteção do direito de organização e negociação coletiva na administração pública; e da Convenção nº 190 da OIT, que trata de assédio e violência no trabalho;

693) A CNTSS/CUT deve lutar pela redução da jornada de trabalho e pelo fim da escala 6x1 para todos(as) os(as) trabalhadores(as) da saúde;

694) A CNTSS/CUT deve lutar por uma discussão com princípios éticos, transparentes, justos e humanizados sobre a regulamentação e a implementação das novas tecnologias, incluindo a Inteligência Artificial (IA), no mundo do trabalho da saúde;

695) A CNTSS/CUT deve lutar pelo fortalecimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e seus desdobramentos para os Estados, Municípios e o Distrito Fe-



deral, com a implementação também dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários em todos os municípios;

696) A CNTSS/CUT deve lutar pela garantia de concursos públicos nas esferas federal, municipal e estadual; deve defender o concurso público como forma de contratação no SUS, estimulando o diálogo com trabalhadores(as) não efetivos sobre a necessidade de sua efetivação como servidores(as) de carreira, como forma de combater a precarização;

697) Que a CNTSS/CUT participe do projeto do governo federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre valorização da negociação coletiva, através do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que discute a reestruturação das relações de trabalho e a valorização da negociação coletiva no Brasil, buscando elaborar uma proposta de lei que fortaleça a negociação coletiva e as entidades sindicais, incluindo direitos para os(as) servidores(as) públicos e a regulamentação do direito de negociação;

SETOR PÚBLICO FEDERAL

698) A CNTSS/CUT deve cobrar dos gestores a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os(as) trabalhadores(as) da Seguridade Social, como garantia de proteção e segurança no trabalho. Para tanto, deve recuperar e atualizar as diretrizes e determinações presentes no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do(a) Servidor(a) (SIASS), frente às novas tecnologias e processos de trabalho;

699) A CNTSS/CUT deve garantir a implantação e implementação da nova Norma Regulamentadora – NR nº 1, conforme a Portaria MTE nº 1.419/2024, para identificar e gerenciar os riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);

700) A CNTSS/CUT deve exigir o cumprimento imediato das Ações Judiciais com decisão favorável;

701) A CNTSS/CUT deve lutar pela participação do governo, no mínimo com 50% (cinquenta por cento), na *per capita* dos planos de saúde dos(as) funcionários(as);

702) A CNTSS/CUT deve lutar pelo pagamento imediato do piso salarial da enfermagem para todos(as) os(as) profissionais da área, com a aprovação da PEC nº 19/2024, como indexador do valor às 30 horas de jornada semanal e com reposição salarial anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);

703) A CNTSS/CUT deve lutar pela implantação da jornada de trabalho de até 30 horas semanais para os(as) profissionais de enfermagem e administrativos;

704) A CNTSS/CUT deve desenvolver campanha permanente sobre a importância do serviço público e contra a aprovação da Reforma Administrativa, em consonância com as discussões realizadas na CUT no Grupo das Três Esferas (federal, estadual e municipal);

705) A CNTSS/CUT deve lutar pela implantação da data-base anual para correção dos salários do funcionalismo;

706) A CNTSS/CUT deve exigir que, no Programa Nacional de Imunização, os(as) trabalhadores(as) essenciais — com destaque para os(as) da Seguridade Social — sejam priorizados(as) em virtude do atendimento prestado à população;



- 707)** A CNTSS/CUT deve realizar campanha permanente em defesa dos serviços públicos;
- 708)** Que a CNTSS/CUT participe efetivamente da organização do conjunto dos federais como polo de formulação de políticas para o setor;
- 709)** Que a CNTSS/CUT participe da construção da mobilização/greve dos(as) servidores(as) públicos federais por reposição salarial e plano de benefícios, defasados desde 2017;
- 710)** A CNTSS/CUT deve lutar pela revogação da lei que congela progressões e promoções;
- 711)** A CNTSS/CUT deve lutar por uma política salarial permanente, visando à recomposição das perdas inflacionárias;
- 712)** A CNTSS/CUT deve lutar pela isonomia salarial e de todos os benefícios entre os Poderes;
- 713)** A CNTSS/CUT deve lutar pela incorporação de todas as gratificações produtivistas;
- 714)** A CNTSS/CUT deve lutar contra a aprovação da PEC da Reforma Administrativa e outras formas de destruição ou diminuição do Estado, bem como de afronta aos serviços e servidores(as) públicos;
- 715)** A CNTSS/CUT deve lutar pela revogação da lei das terceirizações no serviço público;
- 716)** A CNTSS/CUT deve lutar pela manutenção da estabilidade dos(as) servidores(as) públicos;
- 717)** A CNTSS/CUT deve buscar ampliar a participação nos espaços de discussão para exigir abertura de diálogo sobre o Programa de Gestão de Desempenho (PGD), com destaque ao teletrabalho, incluindo o debate sobre ajuda de custo quando o(a) trabalhador(a) for submetido(a) a modalidades remotas ou híbridas;
- 718)** A CNTSS/CUT deve lutar para que as entidades financeiras não atrelem a margem de consignado dos(as) servidores(as) à exclusão da contribuição sindical e do plano de saúde;
- 719)** A CNTSS/CUT deve lutar pela inclusão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) no Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, garantindo sua regulamentação em respeito ao Acordo de Greve de 2015, reiterado no Acordo da Greve de 2024;
- 720)** A CNTSS/CUT deve lutar pelo reconhecimento da carreira como típica de Estado, entendendo as atividades do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como exclusivas de Estado;
- 721)** A CNTSS/CUT deve lutar por melhores condições de trabalho, com modernização de equipamentos, redes ampliadas e previsibilidade nas atribuições dos(as) servidores(as);
- 722)** A CNTSS/CUT deve lutar pela ampliação do atendimento à população e contra a exclusão dos(as) cidadãos(ãs) sem acesso às novas tecnologias, garantindo-lhes sempre a opção do atendimento presencial por servidor(a) público da carreira do Seguro Social;
- 723)** A CNTSS/CUT deve cobrar o efetivo funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente e das Mesas Setoriais, com seu caráter de negociação;
- 724)** A CNTSS/CUT deve lutar pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) na Saúde, Trabalho e Previdência Social;
- 725)** A CNTSS/CUT deve lutar pela inclusão dos(as) servidores(as) dos ministérios do Tra-



balho e Emprego e da Previdência Social na carreira do Seguro Social;

726) CNTSS/CUT deve ampliar o processo de politização e formação sindical permanente das Direções dos Sindicatos e da Confederação, com a realização de cursos, seminários, encontros e debates;

727) A CNTSS/CUT deve lutar prioritariamente, junto aos(as) servidores(as) da ativa e aposentados(as), por:

a) Política salarial permanente, com reposição inflacionária, elevação do salário-base e incorporação das gratificações;

b) Planos de Cargos e Carreiras para todos os órgãos;

c) Valorização e qualificação profissional dos(as) servidores(as);

d) Defesa da jornada de trabalho de até 30 horas semanais;

e) Realização de novas ações político-sindicais de enfrentamento ao modelo de gestão do governo federal, que adota características produtivistas, com metas abusivas e que provocam o adoecimento dos(as) servidores(as);

f) Condições dignas de trabalho em todas as suas dimensões, desde o ambiente físico até a relação com os gestores;

g) Ações de enfrentamento a todo tipo de assédio institucional;

728) A CNTSS/CUT deve persistir na luta pela integralidade e paridade entre ativos(as), aposentados(as) e pensionistas;

729) A CNTSS/CUT deve continuar participando ativamente das ações nacionais e locais contra a Reforma Administrativa e das demais atividades encampadas pela CUT;

730) A CNTSS/CUT deve manter o compromisso com as lutas mais amplas dos movimentos sociais pela melhoria das políticas públicas de saúde, previdência, educação, segurança, emprego e renda, meio ambiente, bem como pela defesa dos direitos dos(as) idosos(as), das mulheres, das pessoas negras, das crianças e adolescentes, indígenas, quilombolas, estudantes e demais segmentos submetidos à discriminação e à exclusão social;

731) A CNTSS/CUT deve exigir do governo a reativação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do(a) Servidor(a) (SIASS) e a realização de exames periódicos e ações no campo da política de saúde dos(as) trabalhadores(as);

732) A CNTSS/CUT deve lutar pela realização de concursos públicos, pelo fim da terceirização e pela contratação de servidores(as), de acordo com a necessidade de reposição da força de trabalho nos órgãos;

733) A CNTSS/CUT deve lutar pela reativação e efetivo funcionamento das Mesas de Negociação Setorial e Nacional da Saúde;

734) A CNTSS/CUT deve defender os(as) servidores(as) contra as arbitrariedades dos planos de saúde e buscar construir alternativas para atender às suas demandas;

735) A CNTSS/CUT deve lutar pela realização de concursos públicos para a área de Portos, Aeroportos e Fronteiras (PAF) e para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

736) A CNTSS/CUT deve realizar ações para que o Setor Federal possa debater o crescimento do Ramo nos estados;



737) A CNTSS/CUT deve reivindicar a liberação dos(as) dirigentes sindicais, com custeio por parte do governo federal;

Prioridades do Setor dos Federais para o mandato 2025–2029

738) A CNTSS/CUT deve combater a Reforma Administrativa;

739) A CNTSS/CUT deve lutar pelo fortalecimento e o efetivo funcionamento de todas as Mesas Setoriais;

740) A CNTSS/CUT deve buscar a criação do cargo de auditor(a) fiscal do SUS;

741) A CNTSS/CUT deve atuar pela regulamentação da Convenção nº 151 da OIT;

742) A CNTSS/CUT deve lutar pela implementação da *per capita* da saúde em 50% pelos(as) trabalhadores(as) e 50% pelo governo;

SETOR DA SAÚDE PRIVADA E CATEGORIAS

743) A CNTSS/CUT deve lutar pela implantação de Mesas de Negociação Coletiva com os sindicatos patronais, em conjunto com os sindicatos de trabalhadores, para fortalecer as negociações;

744) A CNTSS/CUT deve lutar pela instalação das Mesas de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNPSUS) nos estados e municípios, com a atuação e participação das entidades sindicais;

745) A CNTSS/CUT deve elaborar pauta de reivindicações única, conjunturais e permanentes, dos(as) trabalhadores(as);

746) A CNTSS/CUT deve elaborar ações para o fortalecimento do Fórum Nacional da Enfermagem;

747) A CNTSS/CUT deve fortalecer as mobilizações em defesa dos projetos de lei dos(as) trabalhadores(as) da Saúde Privada;

748) A CNTSS/CUT deve elaborar e implementar cursos que promovam a capacitação dos(as) dirigentes para as negociações coletivas;

749) A CNTSS/CUT deve criar o observatório das privatizações dos serviços de saúde e seus impactos para o conjunto dos(as) trabalhadores(as) e para a sociedade;

750) A CNTSS/CUT deve lutar para melhorar a representatividade do Setor da Saúde Privada na Direção da Confederação;

751) A CNTSS/CUT deve lutar para fortalecer a regionalização das ações entre os(as) trabalhadores(as) das Federações da Saúde Privada e da Federação da Seguridade Social;

752) A CNTSS/CUT deve promover o debate sobre as estruturas sindicais;

753) A CNTSS/CUT deve defender uma política de gestão do trabalho, na perspectiva dos direitos da classe trabalhadora, nos diversos espaços sócio-ocupacionais;

754) A CNTSS/CUT deve realizar ações pela recuperação das perdas salariais;

755) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa dos concursos públicos, da abertura de vagas e contra a terceirização dos serviços;



756) A CNTSS/CUT deve acompanhar e incentivar a participação nas instâncias de Controle Social;

757) A CNTSS/CUT deve lutar pela redução da jornada de trabalho para, no máximo, 30 horas semanais, sem redução de salário, a todas as categorias profissionais, e contra a jornada da escala 6x1;

758) A CNTSS/CUT deve lutar pela regulamentação de um piso salarial para todas as categorias profissionais;

759) A CNTSS/CUT deve lutar pela valorização dos(as) profissionais da Seguridade Social na sociedade;

760) A CNTSS/CUT deve lutar contra a precarização e por melhorias nos locais de trabalho, possibilitando condições para o exercício da profissão de forma adequada, na defesa do trabalho decente e na implementação da NR-1;

761) A CNTSS/CUT deve lutar pelo combate ao assédio moral, ameaças e punições no exercício da profissão;

762) A CNTSS/CUT deve defender uma política de saúde do(a) trabalhador(a);

763) A CNTSS/CUT deve lutar contra a Reforma Administrativa e as PECs em torno do tema;

764) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa da luta antimanicomial, dos princípios da Reforma Psiquiátrica e contra todas as formas de manicômios;

765) A CNTSS/CUT deve estimular a criação e participar de fóruns e outros espaços democráticos no campo da saúde mental e da política nacional contra o álcool e outras drogas;

766) A CNTSS/CUT deve defender o Sistema Nacional, Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos e o III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e seus pactos e acordos existentes;

767) A CNTSS/CUT deve dar continuidade às ações e fortalecer as pesquisas e projetos de parcerias com a Internacional de Serviços Públicos (ISP) e a UNI Global, na perspectiva de manter as parcerias internacionais, garantir espaço para denúncias de violação de direitos e proteção dos(as) trabalhadores(as);

768) A CNTSS/CUT deve realizar ampla campanha pela ratificação da Convenção nº 190 da OIT, sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, e da Recomendação nº 157 da OIT, relativa aos(as) profissionais de enfermagem, pelo governo brasileiro — questões que dizem respeito às políticas de proteção dos(as) trabalhadores(as) da enfermagem no mundo;

769) A CNTSS/CUT deve aprofundar o conhecimento das relações sobre a tele saúde – telemedicina, de acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que tem se ampliado para diversas categorias profissionais e que precisa de regulamentação, reconhecimento, remuneração adequada, garantia do sigilo profissional e aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

770) A CNTSS/CUT deve retomar os debates previstos na Vigilância Epidemiológica e na Vigilância Socioassistencial, para colocar em prática planos nacionais de contingência e ges-



tão integral de riscos em emergências e desastres;

771) A CNTSS/CUT deve se posicionar de acordo com as determinações da Comissão Nacional de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde (CIRHRT-CNS), que estabeleceu posicionamentos contrários ao ensino a distância nas profissões de saúde;

772) A CNTSS/CUT deve lutar pela manutenção das políticas de residências multiprofissionais em saúde, que fazem interface entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura, garantindo a volta da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, a aplicabilidade de suas Resoluções e a garantia do pagamento integral, incluindo complementações ou atualizações de valores das bolsas aos(as) residentes e respeito aos fóruns, monitores e preceptores das residências multiprofissionais;

773) A CNTSS/CUT deve lutar contra o ensino a distância na área da saúde;

774) A CNTSS/CUT deve se posicionar contra quaisquer chamadas de trabalho voluntário para o exercício profissional, dentro e fora da situação de pandemia, pois isso configura exploração da força de trabalho, que não será remunerada, não terá supervisão do exercício profissional e acarretará situações que podem, inclusive, levar a processos éticos e denúncias nos Conselhos Profissionais;

775) A CNTSS/CUT deve estimular os Sindicatos a participarem dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde;

776) A CNTSS/CUT deve promover o debate para que os Conselhos voltem a ser compostos por entidades, representações de associações de bairro e por representatividade das entidades dos coletivos etc.;

777) A CNTSS/CUT deve estimular a promoção da diversidade e da igualdade também no mundo do trabalho, combatendo a misoginia, o etarismo, o racismo, a homofobia e todas as formas de discriminação;

Prioridades do Setor de Saúde Privada e Categorias para o mandato 2025–2029

778) A CNTSS/CUT deve lutar pelos(as) Cuidadores(as) de Idosos(as) por meio das ações abaixo:

- a)** Defender que os(as) Cuidadores(as) sejam representados(as) pelos Sindicatos da Saúde;
- b)** Lutar pela regulamentação e acompanhar a proposta de apoio do governo federal à política voltada aos(às) Cuidadores(as);
- c)** Lutar pela regulamentação da profissão dos(as) Cuidadores(as) em clínicas de saúde;
- d)** Fortalecer seu departamento de comunicação, dando visibilidade às ações das entidades nacionais;
- e)** Buscar política de financiamento no SUS para a política de saúde da pessoa idosa;
- f)** Construir um Grupo de Trabalho (GT) para debater a questão dos(as) Cuidadores(as), visando à construção de ações voltadas às políticas em discussão no governo;

779) A CNTSS/CUT deve realizar seminário para debater o financiamento da saúde;

780) A CNTSS/CUT deve lutar pelo fortalecimento da formação para o Controle Social e pela “Política do Cuidado”, no que se refere às relações de formação em saúde, na perspecti-



va da presencialidade e não da educação a distância;

781) A CNTSS/CUT deve lutar contra as práticas antissindicais e pela implementação das Convenções da OIT, em especial a de nº 190, que trata do assédio moral no trabalho e da questão de gênero;

782) A CNTSS/CUT deve fortalecer o diálogo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o objetivo de debater a revisão das condições das entidades sindicais, visando inclusive à implementação de mais Mesas de Negociação — para além das Mesas Gerais do MGI e do Ministério da Saúde — e prever a instalação de Mesa de Negociação no Ministério do Trabalho e Emprego para discutir as estruturas sindicais e seus processos de negociação;

POLÍTICAS TRANSVERSAIS

Violência contra as mulheres

783) A CNTSS/CUT deve defender, resgatar e fazer valer a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, construída na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff. Realizar lives e rodas de conversa;

784) A CNTSS/CUT deve realizar formação para as mulheres da Seguridade Social a partir do conceito de violência contra as mulheres adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, fundamentada na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), segundo a qual a violência contra a mulher constitui *“qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”*;

785) A CNTSS/CUT deve retomar a luta por assistência e garantia de direitos na prevenção e no combate à violência contra as mulheres, com serviços articulados entre os diversos níveis de governo — posto que esses serviços têm sido fechados ou esvaziados —, por meio de campanhas e ações com entidades e com o movimento social organizado de mulheres;

786) A CNTSS/CUT deve promover discussões em vários setores da saúde, assistência e prevenção, preparando os setores que acolhem as mulheres para que tenham um olhar atento à violência e acionem a Delegacia da Mulher;

787) A CNTSS/CUT deve capacitar, por meio de ciclos de formação e disseminação de informações, as mulheres da Seguridade Social, no sentido de orientar as usuárias dos serviços quando perceberem que estão sofrendo algum tipo de violência e direcioná-las aos órgãos que cuidem especificamente da questão;

788) A CNTSS/CUT deve lutar para que, na Atenção Básica, haja questionários preventivos e explicativos — sem necessidade de identificação — nos quais as mulheres que levam seus filhos para vacinar respondam perguntas voltadas ao conhecimento da violência doméstica, com dados atualizados e depoimentos reais;

789) A CNTSS/CUT deve lutar em defesa da construção de Casas de Acolhimento para mulheres que sofreram violência;

790) A CNTSS/CUT deve lutar pela criação, em hospitais e unidades de saúde, de uma



rede orientadora para as mulheres que chegam após sofrerem violência;

791) A CNTSS/CUT deve realizar cursos de orientação às trabalhadoras da Seguridade Social para acolhimento e orientação das mulheres violentadas;

792) A CNTSS/CUT deve lutar por políticas públicas de apoio às mulheres, pela reabertura de Delegacias e Centros Especializados da Mulher em locais que concentram vítimas de violência doméstica, com atendimento social, psicológico, pedagógico e de orientação jurídica;

793) A CNTSS/CUT deve desenvolver ações de conscientização e de combate à violência. É necessário que as mulheres da Seguridade Social se posicionem contra toda e qualquer forma de violência — física, psicológica ou emocional;

Aumento do feminicídio

794) A CNTSS/CUT deve divulgar o documento “Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres”, como estratégia de proteção, considerando que o feminicídio no Brasil é a faceta final do machismo e que é importante dar a conhecer a tipificação jurídica do feminicídio como crime de gênero, necessário por estar diretamente ligado à violência de gênero;

795) A CNTSS/CUT deve divulgar e estudar a Lei nº 13.104/2015, mais conhecida como Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal brasileiro, incluindo como qualificadora do crime de homicídio o feminicídio — pensar oficinas para a base da Seguridade Social;

796) A CNTSS/CUT deve lutar pela criação de um Grupo de Trabalho Social, em conjunto com as Delegacias da Mulher, fortalecendo as estratégias já aplicadas pelas diretrizes atuais, promovendo, dentro das escolas, ações focadas em estudantes, estimulando-os(as) a compartilhar em suas redes sociais sua visão sobre o tema (como uma competição de ideias);

797) A CNTSS/CUT deve lutar por investimentos dos governos na proteção das mulheres, por meio de políticas protetivas claras, sendo uma delas as Casas de Acolhimento;

798) A CNTSS/CUT deve lutar para que as instituições ofereçam suporte psicológico às mulheres violentadas;

799) A CNTSS/CUT deve lutar para que seja disponibilizado o dispositivo de monitoramento eletrônico de proteção em caso de medidas protetivas de urgência;

800) A CNTSS/CUT deve realizar palestras com material didático e de conscientização voltadas às mulheres, para que denunciem o agressor na Delegacia da Mulher, visando à implantação das medidas cabíveis, considerando o aumento do feminicídio;

Preconceito racial contra as mulheres

801) A CNTSS/CUT deve realizar rodas de conversa e lives sobre as questões raciais estruturantes que compõem a construção da nossa sociedade. As subjetividades que nos formam — os nossos preconceitos, por exemplo — acabam moldando as relações sociais que estabelecemos. E essas relações estão impregnadas de uma construção histórica. O preconceito de gênero e a discriminação racial estão profundamente imbricados;

802) A CNTSS/CUT deve realizar ação em parceria com a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT, considerando o desafio de repensar e conhecer o mercado de trabalho



da Seguridade Social, a ser pesquisado com base em três vertentes: o preconceito de gênero (vivido por toda mulher), o de raça (que atinge a população preta e parda) e o de classe (no qual estão inseridos os mais vulneráveis);

803) A CNTSS/CUT deve apresentar uma visão diferenciada sobre o estado de pobreza, promovendo um debate mais abrangente nas mídias sociais e nas igrejas, considerando a desigualdade social no país e valorizando a cor, a feminilidade e a crença;

804) A CNTSS/CUT deve fortalecer a luta permanente de combate ao racismo, por meio de denúncias, debates e ações de conscientização, esclarecendo aos mais leigos que o racismo adocece, humilha, fere e deve ser combatido, pois está institucionalizado;

805) A CNTSS/CUT deve organizar a luta contra o racismo, envolvendo toda a Direção e o Ramo da Seguridade Social, independentemente da raça;

806) A CNTSS/CUT deve acompanhar todas as iniciativas do movimento negro, das mulheres negras, dos povos de religiões afro-brasileiras que sofrem com o racismo, fortalecendo o mês de novembro, considerado o mês de luta antirracista;

807) A CNTSS/CUT deve realizar, em novembro, um seminário das mulheres negras e de axé;

808) A CNTSS/CUT deve incluir nas pautas de reivindicações propostas indenizatórias para punir o ato de racismo;

809) A CNTSS/CUT deve integrar o Conselho da Igualdade Racial;

810) A CNTSS/CUT deve lutar por leis mais severas e por políticas públicas para combater o preconceito racial contra as mulheres;

811) A CNTSS/CUT deve combater o mito da “democracia racial”, no qual as mulheres negras são discriminadas em razão da cor da pele, sendo preteridas em disputas por postos de trabalho pela mesma razão, além de receberem salários inferiores aos das mulheres não negras e, em maior desvantagem, quando comparados com os salários dos homens;

812) A CNTSS/CUT deve lutar pelo cumprimento da Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e critérios remuneratórios entre homens e mulheres;

Homofobia

813) A CNTSS/CUT deve apoiar e fortalecer a participação do segmento LGBTQIA+ no combate à discriminação, criando novos grupos de trabalho para elaboração de instrumentos técnicos que acolham, apoiem e respondam às demandas dentro da Seguridade Social;

814) A CNTSS/CUT deve retomar a campanha da Internacional de Serviços Públicos (ISP) e suas filiadas junto ao setor público pelo fim da discriminação no trabalho com base na orientação sexual. Uma das campanhas é “LGBT é superlegal”, que visa fortalecer a luta pela igualdade de oportunidades para trabalhadores(as) LGBTQIA+ no setor público;

815) A CNTSS/CUT deve orientar as entidades filiadas a negociarem Convenções Coletivas de Trabalho com o objetivo de estabelecer cláusulas de igualdade no tratamento de empregados(as) com cônjuge do mesmo sexo e cláusulas de respeito ao nome social de travestis e transexuais;

816) A CNTSS/CUT deve promover formação sobre a Convenção nº 111 da OIT, que trata



da discriminação em matéria de emprego e ocupação. A Convenção nº 111, de 1958, contém princípios que podem ser aplicados na erradicação da homo-lesbo-transfobia e inspira ações de promoção dos direitos, da diversidade e da igualdade no mundo do trabalho;

817) A CNTSS/CUT deve apoiar o movimento LGBTQIA+ em seus atos, contribuindo com sua pauta de reivindicações;

818) A CNTSS/CUT deve propor cláusulas punitivas nos Contratos Coletivos de Trabalho firmados pelos Sindicatos;

819) A CNTSS/CUT deve realizar pesquisas e eventos regionalizados, em parceria com os Sindicatos, sobre a homofobia e suas consequências para a categoria LGBTQIA+ nas relações de trabalho — assédio moral, adoecimento físico e mental e desigualdade salarial;

Assédio moral e doenças psíquicas

820) A CNTSS/CUT deve aprofundar o conhecimento e as ações em parceria com a ISP sobre a Convenção nº 190 da OIT, que versa sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho;

821) A CNTSS/CUT deve promover estudos específicos, no âmbito da Seguridade Social, sobre o assédio moral como ato discriminatório contra a mulher, como violência perversa que submete a trabalhadora a humilhações e perseguições veladas no ambiente de trabalho, ofendendo sua dignidade e causando consequências físicas e psíquicas;

822) A CNTSS/CUT deve implementar ações nos locais de trabalho, como cartilhas orientativas contra piadas sexistas, perseguições, exposições a situações vexatórias, supervisão excessiva, ameaças, exigências de tarefas impossíveis, críticas grosseiras, uso de palavras de baixo calão, brincadeiras inapropriadas e isolamento — exemplos de assédio moral, os quais, em diversos casos, está associado a uma relação de poder e expressão de machismo;

Desigualdade salarial

823) A CNTSS/CUT deve retomar e dar visibilidade à publicação da CUT “Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres – Experiências e Desafios e os Princípios da Campanha Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical”, lançada em 1995, mas ainda atual e necessitando de aplicabilidade;

824) A CNTSS/CUT deve realizar ações dentro do movimento sindical para dar visibilidade ao direito à Seguridade Social como direito público, subjetivo, irrenunciável, inalienável e intransmissível, diante da escassez de estudos que abordem os mecanismos para superar a insuficiência de renda, a falta de autonomia nas atividades cotidianas no recorte de gênero e renda e na proteção previdenciária das mulheres;

825) A CNTSS/CUT deve desenvolver pesquisa nas bases sobre o impacto atual dessas diferenças;

826) A CNTSS/CUT deve realizar campanha pela igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores;

827) A CNTSS/CUT deve desenvolver campanhas para o cumprimento da Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e critérios remuneratórios entre homens e mulheres, nos Estados, Municípios e Distrito Federal;



828) A CNTSS/CUT deve defender o piso salarial nacional da enfermagem;

829) A CNTSS/CUT deve criar um site com ampla divulgação, onde possam ser lançadas todas essas informações e no qual, a cada período, possam ser feitas divulgações comparativas;

Assédio moral

830) A CNTSS/CUT deve propor que os Sindicatos realizem seminários sobre o tema, visando à diminuição do assédio físico e mental, para que consigam negociar esse debate sobre assédio moral. Devemos continuar o debate com a sociedade sobre a desigualdade salarial;

831) A CNTSS/CUT deve investir em propagandas de forma contínua, abrindo um canal nas mídias sociais com o apoio de pessoas influentes e conhecidas que também tenham sido vítimas de assédio moral, explicando o que caracteriza assédio ou dano moral, em uma linguagem mais popular, bem como onde procurar ajuda;

832) A CNTSS/CUT deve propor em lei a obrigatoriedade de as empresas constituírem um serviço de psicologia para seus(suas) trabalhadores(as) adoecidos(as) por assédio e estresse;

Adoecimento físico e mental

833) A CNTSS/CUT deve distribuir os resultados da campanha “Trabalhadoras e Trabalhadores Protegidos(as) Salvam Vidas” entre os seus Sindicatos filiados, para que possam utilizar os dados nos processos negociais e na busca por mudanças na atual fragilidade, levando em consideração que são inúmeras as evidências de que as condições de trabalho na Seguridade Social geram adoecimento mental em trabalhadores(as), e que as políticas públicas que abordam essa temática ainda são frágeis no Brasil, como aponta a pesquisa da ISP;

834) A CNTSS/CUT deve lutar para que as empresas incluam em sua equipe de medicina do trabalho um(a) psicólogo(a), visando avanços nos resultados referentes ao adoecimento físico e mental por excesso de trabalho e assédio moral;

835) A CNTSS/CUT deve lutar para que, no caso de adoecimento por acidente de trabalho, seja modificado o conceito e a forma de acolhimento pelo médico do trabalho. Isso demanda articulação junto aos conselhos de medicina e enfermagem, para que as empresas encaminhem corretamente o tratamento médico indicado ao(à) trabalhador(a), sem alterações pelos médicos do trabalho;

836) A CNTSS/CUT deve propor aos Sindicatos que disponibilizem aos(as) seus(suas) filiados(as) orientações e apoio para a realização dos Comunicados de Acidente de Trabalho (CATs);

837) A CNTSS/CUT deve defender a proposta de jornada 4x4 nas emergências, como forma de diminuir os riscos do ambiente insalubre e o estresse no trabalho para as equipes de profissionais de saúde;

838) A CNTSS/CUT deve defender os parâmetros de dimensionamento como instrumento para minimizar o estresse no trabalho da enfermagem;

Assédio no ambiente de trabalho

839) A CNTSS/CUT deve lutar pela regulamentação da Convenção nº 190 da OIT, que trata do combate à violência e ao assédio no ambiente de trabalho, incluindo o assédio com base no gênero.



FONTES DE PESQUISA

Cadernos e Textos

- 8º Congresso Nacional da CNTSS/CUT (2021)
- Resoluções Congresso Extraordinário da CUT (2017)
- Resoluções 13º CONCUT (2019)
- Texto Base 14º CONCUT (2023)
- Estado e Proteção Social no Brasil: desafio de uma terra arrasada – XI Jornada Internacional de Políticas Públicas – São Luís (MA, Brasil) - 2023
- O Desmonte da Seguridade Social na Contemporaneidade: breves reflexões acerca da ofensiva neoliberal sobre os direitos sociais - 17º Encontro Nacional de Política Social - Vitória (ES, Brasil) - 2024
- O avanço do neofascismo e os desafios da esquerda na América Latina - Instituto Tricontinental de Pesquisa Social - 2024

Sites

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social
<https://cntsscut.org.br/>
- Central Única dos Trabalhadores
<https://www.cut.org.br/>
- Conselho Nacional de Saúde
<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br>
- Conselho Nacional de Assistência Social
<https://www.blogcnas.com/>
- Fundação Perseu Abramo
<https://fpabramo.org.br/>
- Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT)
<https://www.cesit.net.br/>
- Fundação Friedrich Ebert
<https://brasil.fes.de/>
- UNI Global Union
<https://uniglobalunion.org/>
- Internacional de Serviços Públicos
<https://publicservices.international/>
- Ministério da Saúde
<https://www.gov.br/saude/pt-br>



- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
<https://www.gov.br/mds/pt-br>
- Ministério da Previdência Social
<https://www.gov.br/previdencia/pt-br>
- Ministério do Trabalho e Emprego
<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>
- Secretaria de Comunicação do governo federal
<https://www.gov.br/secom/pt-br>
- Empresa Brasil de Comunicação (EBC)
<https://agenciagov.ebc.com.br/>
- Brasil de Fato
<https://www.brasildefato.com.br/>
- Oxfam Brasil
<https://www.oxfam.org.br/>
- Instituto Humanitas Unisinos
<https://www.ihu.unisinos.br/>
- Portal Vermelho
<https://vermelho.org.br/>
- BBC Brasil
<https://www.bbc.com/portuguese>
- G1
<https://g1.globo.com/politica/>
- CNN Brasil
<https://www.cnnbrasil.com.br/>



FICHA TÉCNICA

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social (CNTSS/CUT) Quadriênio 2021 a 2025

Direção Executiva

Presidenta

Maria Júlia Reis Nogueira - SINTSPREV/MA

Vice-Presidente

Mauri Bezerra dos Santos Filho - SINDSAÚDE/SP

Secretaria-Geral

Isabel Cristina Gonçalves - SINDESC/PR

Secretaria de Finanças

Sandro Alex de Oliveira Cezar - SINTSAÚDE/RJ

1ª Tesoureira

Débora Giselda Cristiano - SINDSAÚDE/ABC

Secretaria de Organização

Robson Teixeira Góes - SINDACS/BA

Secretaria de Mulheres

Maria de Fátima Veloso Cunha - SINDSAÚDE/GO

Secretaria de Comunicação

Maria Aparecida Amaral Godoi de Faria – SINDSAÚDE/SP

Secretaria de Relações do Trabalho

José Ribamar Santos de Assis - SINDSAÚDE/PA

Secretaria de Relações Internacionais

José Bonifácio do Monte - SINDSPREV/PE

Secretaria de Formação

Miriam Oliveira de Andrade - SINDSAÚDE/PA



Secretaria de Políticas Sociais
Margareth Alves Dallaruvera - FENAS

Secretaria de Combate ao Racismo
Cleidinir Francisca do Socorro - SINDSAÚDE/AM

Secretaria de Saúde do Trabalhador
Raimundo Rodrigues Cintra - SINDPREV/BA

Direção Nacional

Tadeu Afonso de Sena Silva - SINDSAÚDE/AM
Assis Tiago de Oliveira - SINDSAÚDE/PE
Ricardo Manzi - SINDSAÚDE/GO
Jeane Gomes - SINDSAÚDE/GO
Élbia Miguel Alves - SINDSAÚDE/ES
Cleonice Ferreira Ribeiro - SINDSAÚDE/SP
Terezinha de Jesus Aguiar - SINTFESP GO/TO
Margarida de Jesus Santos da Costa - SINTSPREV/MA
Alzira de Souza Soares - SINDSPREV/PE
Edson Conceição dos Santos - SINDPREV/BA
Silvana de Farias Oliveira Lobo - SINDPREV/BA
Jailton Rodrigues França - SINDIPREV/SE
Maria Luiza de Medeiros Nascimento Pombo - SINDSPREV/PB
Luiza de Fátima Dantas de Sousa - SINTSAÚDE/RJ
Raquel Prestes de Mello - SINDSAÚDE/PR
Milton Francisco Kempfer – FEESERS
Neumora Lira B. Gordo - SINDSAÚDE/CM
Luzinéia Vieira dos Santos - SINDSAÚDE/GO
Ygor da Silva Machado – SINDASSE
Líbia Dantas Bellusci – SINDENFRJ
Fernanda Lou Sans Magano – SINPSI/SP
Carlos Eduardo Pierangelo – SIMESP
Stela Priscila Barros Pragana Mariano - SINDSPREV/PE



Conselho Fiscal

1º Titular

Ulisses Eduardo Silva Freitas – SINDIPREV/SE

2º Titular

Marlon Leite de Souza – SINDSAÚDE/PA

3º Titular

Erivânio Herculano - SINDSAÚDE/GO

1º Suplente

Lindinete Pereira do Nascimento – SINDPREV/BA

2º Suplente

José de Castro Souza Neto Júnior - SINDSPREV/PE

3º Suplente

José Antônio de Souza – SINTSAÚDE/RJ



EXPEDIENTE

O “Caderno de Textos e de Balanço 2021/2025” é uma publicação direcionada para o 9º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT) – situada à rua Caetano Pinto, 575 Brás – São Paulo – SP – Cep: 03041-000 telefone: (11)2108-9156
Web site: www.cntsscut.org.br
twitter: @cntsscut facebook: @cntsscut

Presidenta

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Maria Aparecida Amaral Godoi de Faria

Secretária-Geral

Isabel Cristina Gonçalves

Jornalista

José Carlos Araújo

Projeto Gráfico e Diagramação

Baracase Design Gráfico – telefone: (11) 99616-0396

formato: e-book - Junho de 2025